

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO**

ROSÂNGELA CRISTINA GONÇALVES

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

EE. DR. TOMÁS ALVES – HISTÓRIAS E MEMÓRIAS

Área: Filosofia e História da Educação
Orientadora: Prof^a Dr^a Ediógenes Aragão Santos

**Campinas
2011**

© by Rosângela Cristina Gonçalves, 2011.

**Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca
da Faculdade de Educação/UNICAMP**

Bibliotecário: Rosemary Passos – CRB-8ª/5751

Gonçalves, Rosângela Cristina	
G586e	E.E. DR. Tomás Alves – História e memórias / Rosângela Cristina Gonçalves. – Campinas, SP: [s.n.], 2011.
	Orientador: Edíógenes Aragão Santos. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação.
	1. Memória. 2. Fracasso escolar. 3. Prática educacional. 4. História oral. I. Santos, Edíógenes Aragão. II. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação. III. Título.
	11-064/BFE

Título em inglês: EE. Dr. Tomás Alves stories and memories

Keywords: Memory; School failure; Pedagogical practice; Oral history

Área de concentração: Filosofia e História da Educação

Titulação: Mestre em Educação

Banca examinadora: Profª. Drª. Edíógenes Aragão Santos (Orientadora)

Profª. Drª. Maria de Lourdes Pinheiro

Profª. Drª. Ernesta Zamboni

Data da defesa: 24/02/2011

Programa de pós-graduação: Educação

e-mail: rosangelacrisg@terra.com.br

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

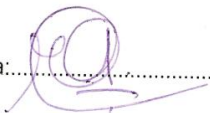
"EE. DR. TOMÁS ALVES – HISTÓRIAS E MEMÓRIAS"

Autor: ROSÂNGELA CRISTINA GONÇALVES
Orientadora: PROF^a DR^a EDIÓGENES ARAGÃO SANTOS

Este exemplar corresponde à redação final da Dissertação defendida por ROSÂNGELA CRISTINA GONÇALVES e aprovada pela Comissão Julgadora.

Data: 24 de fevereiro de 2011

Assinatura:.....



Orientadora

COMISSÃO JULGADORA:



Ediógenes Aragão Santos



2011

Dedico este trabalho a meu pai, Levindo H. Gonçalves (in memorian)

A minha mãe, Terezinha Pereira Gonçalves, pela dedicação, empenho e coragem...

Aos meus irmãos e irmãs:

Neusa Pereira Gonçalves (in memorian)

Antônio Gilberto Gonçalves

Valdir Gonçalves

Sandra Mara Pereira Gonçalves

Adriana Pereira Gonçalves

Todos responsáveis, cada um à sua maneira, pela minha trajetória e meu sucesso profissional.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, pela grande oportunidade de minha vida.

São muitas as pessoas envolvidas pelo pesquisador em seu trabalho de pesquisa. Algumas pessoas são as envolvidas no trabalho profissional de elaboração, por estarem à frente das instituições afins; as outras pessoas são pelo vínculos profissionais necessários à produção da pesquisa.

Mas há ainda um grupo de pessoas que são envolvidas à revelia de suas vontades e disponibilidades. Refiro-me ao círculo familiar, aos meus amigos e colegas de trabalho. Aos professores e alunos egressos da EE. Dr. Tomás Alves pela paciência e disposição para relatar suas memórias

Um sentimento especial de gratidão quero manifestar a Professora Doutora Maria Cristina Menezes pela amizade, e as Professoras Dras. Maria de Lourdes Pinheiro e Ernesta Zamboni que gentilmente aceitaram fazer parte desta banca.

Reservo o meu agradecimento especial a Professora Doutora Ediógenes Aragão dos Santos, minha orientadora, pela grande acolhida, paciência, dedicação nesta pesquisa. Minha admiração por sua atividade de pesquisadora e pela grande pessoa que a senhora é, foi muito prazeroso ser sua orientando e agora uma discípula. Minha muito obrigada.

A memória permite inúmeras licenças poéticas.

Ela omite alguns detalhes; outros são exagerados, de acordo com o valor emocional envolvido no tema, porque a memória está assentada predominantemente no coração.

Tennessee Williams - em The Glass Menagerie

LISTA DE FIGURAS

Quadros

Quadro 1 - Quadro do Pessoal da Escolas Reunidas do Arraial de Sousas.....	44
Quadro 2 - Pessoal administrativo e técnico administrativo de 1975.....	58
Quadro 3 - Pessoal Docente.....	58
Quadro 4 - Profissionais da Escola na 2ª Fase	60

Fotos

Foto 1 – Ponte Metálica Construída em 1895-96.....	12
Foto 2 Praça Santo Antônio – Distrito de Sousas 1899 (Acervo da Biblioteca do subdistrito de Sousas – “Guilherme de Almeida”).....	13
Foto 3 – Fachada Restaurada do Grupo Escolar	45
Foto 4 – Antiga estação do Ramal Férreo Campineiro.....	50
Foto 5 – Inauguração da Indústria Farmacêutica Merck Sharp Dhome em 1958	58
Foto 6 - Vista área da escola - Enchente de 1970	61
Foto 7 - Professoras chegando a escola de barco e pátio da escola alagado.....	62
Foto 8 – Chafariz doado pelo Rotary em homenagem Ao cinquentenário da escola	65
Foto 09 - Vidrarias do Laboratório de Patologia	73
Foto 10 – Sala de aula da atual EE. Dr. Tomás Alves	79
Foto 11 – Situação atual do Labortório de Patologia	79
Foto 12 - Turma da Sra. Elza Aparecida Marcon Manzin	89
Foto 13 _ Memorial do Imigrante	107

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Evolução do crescimento populacional e da escolarização; população de 5 a 19 anos, 1920/1950.....	26
Tabela 2 – Rendimento dos Alunos Matriculados nos anos de 1981 a 1983 da EE. Dr. Tomás Alves	36
Tabela 3 – Caracterização da Escola em sua 1ª Fase.....	46
Tabela 4 - Caracterização da Escola em sua 3ª Fase	71
Tabela 5 - Evolução de alunos matriculados e turmas no período de 1995 a 2010.....	107

LISTA DE SIGLAS:

APA – Área de Proteção Ambiental

APM – Associação de Pais e Mestres

CADES - Campanha de Aperfeiçoamento e Desenvolvimento do Ensino Secundário

CEEJA – Centro de Educação Estadual de Jovens e Adultos

COCAP - Comissão Coordenadora da Aliança para o Progresso

CONTAP - Conselho Técnico da Aliança para o Progresso

DES - Diretoria de Ensino Secundário

DIC – Conjuntos Habitacionais na Região Sudoeste de Campinas

EJA – Educação de Jovens e Adultos

ETI – Escola de Tempo Integral

GESC – Grupo Escolar Sousas – Campinas

LDB – Lei de Diretrizes e Bases

MEC – Ministério da Educação e Cultura

SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas

UNESP – Universidade Estadual de São Paulo

UNIMAR – Universidade de Marília

USAID – United States Agency for International Development

RESUMO

Este trabalho trata da história da EE. Dr. Tomás Alves, de sua criação em 1918 até 2005 e sua importância para o desenvolvimento econômico, cultural e político do Distrito de Sousas. Através da análise, interpretação de fontes oficiais, imagéticas e relatos orais de alunos e professores egressos, reconstruímos a história da escola nas suas três fases. O uso de depoimentos, relatos de vida, da memória como fonte de pesquisa tem sido objeto de estudo de muitos pesquisadores na área da Educação. Analisamos com as ferramentas e técnicas da história oral articulada com a história cultural, às representações de alunos e professores egressos, enfatizando o período de 1975 a 2005, recorte priorizado pela pesquisa.

A análise dos depoimentos da segunda fase revela que a escola teve um papel fundamental na trajetória de vida pessoal e profissional dos seus alunos, que tiveram participação ativa na vida do Distrito de Sousas. As representações construídas revelam uma clientela com um perfil diferenciado, da que frequentou a escola pós os anos 70. A Lei 5.692/71 implementada durante o regime militar, provocou a massificação do ensino sem qualidade, levando ao fracasso escolar dos grupos sociais, sem capital cultural. Concluímos o trabalho mostrando a importância de preservação dos arquivos escolares como fonte para a história da educação.

Palavras-chave: memória – fracasso escolar – práticas educacionais

ABSTRACT

This work deals with the history of EE. Dr. Tomás Alves, of its creation in 1918 to 2005 and its importance for economic development, cultural and political district of Sousas. Through the analysis, interpretation of official sources, well-imaginetic ones-and oral accounts of graduating students and teachers, we have reconstructed the history of the school in its three stages. The use of testimonials, stories of life, from memory, as a source of research has been the object of study of many researchers in the area of education. We analyze the tools and techniques of oral history combined with the cultural history, representations of graduating students and teachers, emphasizing the period between 1975 and 2005, clipping, prioritized by search. The analysis of testimonies of second phase reveals that the school had a key role in the achievement of personal and professional lives of its students, who had active participation in life of Sousas. Representations built show a clientele with a differentiated profile, who attended the school after the 1970s. The law 5,692/71 implemented during the military regime, provoked the massification of higher education without quality, leading to failure at school social groups without cultural capital. We found the work showing the importance of preservation of school files as a source for the history of education.

Key words: Memory - school failure - pedagogical practices

MEMORIAL

A título de apresentação pessoal breve, sou paulista, natural de Marília, onde realizei minhas graduações em Ciências Sociais, na Universidade Julio de Mesquita Filho – UNESP – Marília e História, na Faculdade Auxilium de Lins. Fiz especializações em Gestão Educacional na Faculdade de Educação da UNICAMP e em Ciências Humanas e Tecnológicas: Cidadania e Cultura no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da mesma universidade. Também estudei Direito durante três anos, na Faculdade de Direito da Universidade de Marília – UNIMAR, experiência que muito acrescentou à minha formação docente, fazendo-me compreender e refletir mais sobre as questões de cidadania relacionadas à Educação.

Iniciei minha carreira na docência em 1992, lecionando História e Sociologia na rede estadual de ensino, como professora contratada, enquanto trabalhava concomitantemente como funcionária de uma universidade privada (UNIMAR), exercendo as funções de auxiliar de biblioteca e posteriormente secretária setorial. Atualmente, sou professora efetiva da Rede Estadual – Diretoria de Ensino Campinas Leste, com dois cargos em duas escolas distintas. Um dos cargos é voltado para a Educação de Jovens e Adultos (no CEEJA “Paulo Decourt”) e o outro, para o ensino regular, na EE. Dr. Tomás Alves, alvo de minha pesquisa.

Sou a sexta filha de uma família numerosa, que teve a educação como grande valor na vida. Desde o início, eu e meus irmãos tivemos o incentivo de nossos pais, que, não tendo a oportunidade de estudar, transmitiram aos filhos a ideia de que somente pela educação conseguiríamos ter a possibilidade de ascensão social.

É gratificante resumir os passos e momentos vividos nesses anos de vida acadêmica, profissional e pessoal, que mostram o quanto a educação está entrelaçada em minha vida. Por isso, não me foi possível tornar este memorial simplesmente um exemplar técnico da minha história profissional, pois nela se entrelaçam os momentos mais importantes e decisivos da minha vida. Muitas das atividades aqui citadas tiveram uma importância muito particular para mim, porém não sei se será possível destacá-las da mesma forma para o leitor.

Como será possível verificar, minha vida profissional apresenta uma clara divisão: antes e depois de ter ingressado no magistério público (1992). Até então, eu me

dedicava somente ao serviço burocrático em empresas privadas, mas sempre ligadas à educação, experiência que até hoje valorizo e que contribuiu de modo inquestionável para a minha profissionalização. Atualmente, percebo que a decisão de cursar outra graduação (em História) foi acertada, pois me introduziu de fato no ofício do magistério e também na pesquisa, atividade exercida principalmente quando assumi a função de Assistente Técnico Pedagógico (ATP) junto à Diretoria de Ensino Campinas Leste.

Minha formação é na área de Ciências Humanas e desde o início de minha docência senti-me compromissada com a educação pública. Leciono História e Sociologia para o ensino fundamental e médio desde 2003 na EE. Dr. Tomas Alves, localizada no Distrito de Sousas e foi a partir desse ano que comecei a me interessar pela história do distrito e da escola, profundamente ligadas. Além disso, passei a interagir ativamente com os alunos dessa escola, enquanto sujeitos históricos, dentro da sala de aula, em estudos do meio ou quaisquer atividades educativas.

Também leciono no Centro Estadual de Ensino para Jovens e Adultos – CEEJA Paulo Decourt, que recebe alunos que por vários motivos, não podem frequentar uma escola de ensino regular. Ali, os alunos têm horário flexível e os professores cumprem uma jornada de trabalho de 40 horas semanais, atendendo-os em todos os períodos. Esta escola recebe inclusive uma parcela expressiva de alunos portadores de necessidades especiais visuais, auditivas e mentais, constituindo um sistema de inclusão para alunos que não conseguem se inserir no sistema escolar padrão.

Graduação

Minha escolha pelo Curso de Ciências Sociais foi baseada na situação financeira da família, pois, ao cursar uma universidade pública, eu não teria gastos com moradia e viagens, já que a unidade da UNESP que ministrava o curso escolhido se situava em Marília. Na época (1985), ainda não sabia exatamente em que consistia o curso de Ciências Sociais, mas ao conhecer as ideias dos filósofos Karl Marx, Emile Durkheim e Max Weber, senti que defender os ideais de uma sociedade justa e igualitária, através de uma educação pública de qualidade, seria meu objetivo. Conhecer e valorizar minha origem africana, através

da disciplina de Antropologia, foi de uma grande riqueza e importância fundamental na minha afirmação pessoal e profissional.

Durante o curso, várias leituras chamaram a minha atenção para os problemas da educação pública, como a de “Vigiar e Punir”, de Michael Foucault, que compara o sistema escolar francês ao dos manicômios, fábricas e presídios, e que me fez repensar o nosso sistema educacional. Não foi fácil conciliar este aprofundamento nos estudos com minha vida, pois, além de cursar a faculdade à noite, trabalhava o dia todo como auxiliar de bibliotecária em uma universidade.

Atuando como professora eventual temporária, tive meu primeiro contato com a docência e isso me fez procurar o curso de História, pois a licenciatura em Ciências Sociais não me possibilitava ensinar para o segundo grau – ensino médio. Nesse período, acabei me decepcionando com o magistério e resolvi cursar Direito, um curso que me deu uma visão do mundo jurídico e me auxiliou a repensar o papel do professor enquanto formador e de uma prática pedagógica comprometida.

Sempre me questiono sobre que caminhos profissionais trilharão os nossos alunos de agora e acredito que é também função do professor descortinar essas possibilidades. Por mais que o acesso à informação, hoje, seja instantâneo, há que se decodificar os caminhos, destacar ao aluno, pela ênfase e pelo exemplo, questões relacionadas à ética, à cidadania, à responsabilidade profissional e à luta pelo espaço e pela dignidade no trabalho.

Durante a graduação, participei de dois eventos marcantes. Entre eles, dois me chamaram muito a atenção: a “Semana de Ciências Sociais Antônio Cândido” e a “Semana de Ciências Sociais Florestan Fernandes”; neste último, tive a oportunidade de assistir a uma palestra com o então prof. Dr. Fernando Henrique Cardoso, discípulo de Florestan Fernandes, e esse momento despertou em mim a vontade de atuar em defesa das minorias. A Faculdade de Ciências Sociais também me motivou o interesse pelas questões políticas e de cidadania.

Em 1994 enquanto cursava História, já atuava na docência e me deparei com situações motivantes e desmotivantes. Nesse momento, senti a necessidade de me aperfeiçoar mais, pois percebi que somente o que tinha apreendido na faculdade não me bastava.

Ao realizar os estágios exigidos pelo curso, percebi que os professores, de modo geral, não se dedicavam e não tinham mais o respeito dos alunos, como no passado. Vi

alunos desmotivados, professores descompromissados e com uma formação muito precária. Além disso, por parte das autoridades, percebi o descaso com o ensino público.

Pós-graduação

Acredito que as atividades de participação em eventos científicos se tornam necessárias para a formação dos professores, principalmente após a graduação, pois, ao se distanciarem da área acadêmica, não ocorre a renovação constante nas diferentes áreas do conhecimento. Vivenciar estas atividades é repensar alguns rumos conhecidos e talvez desvendar outros.

No ano de 2003, participei do curso de aperfeiçoamento oferecido pela Secretaria da Educação em parceria com a Escola de Comunicação e Arte da USP, o Educom TV. Este curso tinha como objetivo aproximar dos professores o uso de recursos midiáticos na educação, implementando o uso de mídias em sala de aula e auxiliando no processo ensinar - aprender.

Em continuidade às atividades de renovação, em 2006, iniciei dois cursos de especialização Lato Sensu. O primeiro foi o de Gestão Educacional, pela Faculdade de Educação da UNICAMP, em que já focalizei o tema memória no Trabalho de Conclusão de Curso “História da Nossa Terra – um resgate da memória escolar”, com o objetivo de resgatar e valorizar a memória por meio de registros das histórias de vida dos ex-alunos e moradores da comunidade onde a escola está inserida.

O outro curso foi Especialização em Cidadania e Cultura, promovido pelo Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP, cujo tema de Trabalho de Conclusão de Curso também estava ligado ao estudo da memória.

Em 2008, fui selecionada para o Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação – UNICAMP, para cursar o Mestrado na área de concentração Filosofia e História da Educação, no grupo de pesquisa CIVILIS – Grupo de Estudos e Pesquisa em História da Educação, Cultura Escolar e Cidadania, e compreendi muitos dos dilemas que me acompanharam durante minha graduação.

Foi no mestrado que me aprofundi no tema Memória e Educação, pesquisando a história da fundação da EE. Dr. Tomás Alves, escola em que atuo desde 2003. Essa pesquisa

me propiciou um momento único para compreender o processo de transformação da educação brasileira e como o desenvolvimento da educação foi marcado por grandes mudanças e lutas, na conquista de um direito que é fundamental para o processo de cidadania e inclusão, o direito de todos a uma Educação de qualidade.

Atividade Profissional Docente

Minha atuação profissional como professora efetiva da rede estadual de ensino iniciou-se no ano de 2000, quando assumi o cargo de professora de História. No segundo ano de atuação, já estava desempenhando a função de Coordenadora Pedagógica em uma escola que contemplava desde o ciclo I do ensino fundamental até o ensino de jovens e adultos. Atuava na parte pedagógica, fazendo parte da equipe gestora (direção e vice-direção) e foi nesse momento que senti a necessidade de uma atualização profissional que me proporcionasse entender todo o processo pedagógico da escola e conhecer um pouco de administração escolar.

Como coordenadora pedagógica, participava das reuniões de HTPC (Hora de Trabalho Pedagógico Coletivo), que reuniam todo o corpo docente para decidir as ações que seriam desenvolvidas na escola e a interação entre escola e comunidade. Fiquei nessa função durante três anos, período em que iniciei minha militância em prol de uma educação cidadã e comprometida com a formação integral do aluno.

Depois, entre 2005 e 2008, atuei na Oficina Pedagógica da Diretoria de Ensino Campinas Leste, na função de Assistente Técnico Pedagógico (ATP), lidando com a formação dos professores de História. Considero que até o momento atual foi o melhor período de minha atuação como docente, pois tive a oportunidade de participar das capacitações oferecidas pela Coordenadora de Ensino e Normas Pedagógicas – CENP, com profissionais de instituições públicas e privadas, como a PUC-São Paulo, a USP, o Instituto Ayrton Senna, o Museu da Pessoa e a Fundação Desenvolvimento Educacional – FDE, em inúmeros projetos desenvolvidos juntos às escolas da Diretoria de Campinas Leste, entre eles o “Educando pela Diferença para a Igualdade” e o “Ensino Médio em Rede”, entre outros.

Em minha atuação como ATP, fui mediadora dos cursos “Ensino Média em Rede: o currículo em áreas” e “Práticas de Leitura e Escrita na Contemporaneidade”. Este trabalho propiciou a oportunidade de conhecer melhor o profissional de História e de Educação Básica – Ciclo I que estava atuando nas escolas. Através da Diretoria de Ensino Campinas Leste, realizei parcerias com o Museu da Pessoa, o Instituto Ayrton Senna e a Secretaria Municipal de Educação de Campinas, na realização de Projetos como “Histórias de Minha Terra”, “Memória e Escola” e “Game Superação”, entre outros.

Trabalhei ainda como professora na Fundação de Educação de Ensino – FESB, em Bragança Paulista, lecionando para os alunos da graduação em História as disciplinas de Cultura Brasileira, Práticas do Ensino de História e História da África. Foi uma experiência muito enriquecedora, pois aliei à prática a teoria e, no decorrer dessas atividades, orientei duas alunas no Trabalho de Conclusão de Curso – TCC, cujos temas eram respectivamente “O caipira” e “O feminismo no Brasil”. Nessa instituição, participei de uma banca de avaliação de TCC, sobre o tema “A África nos bancos escolares”.

No ano de 2007, já como professora efetiva e ATP junto à Diretoria de Ensino Campinas Leste, fui selecionada pela CAPES para a missão de cooperação internacional entre o governo brasileiro e o governo do Timor Leste. Infelizmente, por motivos particulares, não pude aceitar a proposta, mas o fato de ter participado da capacitação preparatória para esta função em Brasília foi muito gratificante. No início deste ano, fui selecionada pelo INEP para integrar a equipe de colaboradores do BNI – Banco Nacional de Itens, que elabora as questões do ENEM e após uma capacitação, ajudei na elaboração de itens de Ciências Humanas.

A experiência no ensino é ampla e lapida a sensibilidade do profissional da Educação. É também única, pois lidamos com diferentes indivíduos e vivências.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	01
INTRODUÇÃO	05
CAPÍTULO 1	
ENTRE A MEMÓRIA E A HISTÓRIA.....	11
1.1 – A Formação do Distrito de Sousas.....	11
1.2 - Importância do Estudo da Memória e Documentos no Processo de Formação da EE. Dr. Tomás Alves.....	15
CAPÍTULO 2	
DA DEMOCRATIZAÇÃO À MASSIFICAÇÃO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA AO FRACASSO ESCOLAR	25
2.1 – A Reforma Educacional Pós-64 e o Fracasso Escolar via Massificação do Ensino.....	29
CAPÍTULO 3	
O PROCESSO DE FORMAÇÃO DE ESCOLAS REUNIDAS A EE. DR. TOMÁS ALVES.....	43
3.1 - 1ª FASE 6/8/1918 a 7/4/1925	44
3.2 - 2ª FASE - FORMAÇÃO DO GRUPO ESCOLAR – 04/04/1925 a 29/11/1976	48
3.2.1 – Ginásio Estadual “Dr. Manuel Alexandre Marcondes Machado”.....	49
3.3– TERCEIRA FASE - ESCOLA ESTADUAL DE 1º e 2º GRAUS “DR. TOMÁS ALVES” – a partir de 28/1/1976	67
CAPÍTULO 4	
MEMÓRIA E HISTÓRIA DOS EGRESSOS DA EE. DR. TOMÁS ALVES	81
CONSIDERAÇÕES FINAIS	103
ANEXOS	105
REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO	109

APRESENTAÇÃO

“É preciso começar a perder a memória, ainda que se trate de fragmentos desta, para perceber que é esta memória que faz toda a nossa vida. Uma vida sem memória não seria uma vida, assim como uma inteligência sem possibilidade de exprimir-se não seria uma inteligência. Nossa memória é nossa coerência, nossa razão, nossa ação, nosso sentimento. Sem ela, não somos nada”.

Luis Buñuel

Este trabalho busca refletir e analisar a importância que a Escola Estadual Dr. Tomás Alves, criada em 1918, teve para o desenvolvimento econômico, cultural e político do Distrito de Sousas.

A criação da escola pública está inserida no processo de legitimação republicana que se conjuga com o lema: “ordem, progresso e civilização”.

No início das atividades pedagógicas, em 1918, os alunos/professores dessa escola enfrentaram péssimas condições de estudo e trabalho, pois as aulas eram ministradas em vagões abandonados. Apesar das dificuldades enfrentadas, professores e alunos tiveram suas vidas marcadas por este estabelecimento de ensino que ao longo de sua história formou profissionais que tiveram ascensão e mobilidade social.

Os relatos e depoimentos revelam que mesmo diante de toda a diversidade enfrentada, alunos/professores construíram suas histórias atuando e participando nas mudanças e transformações políticas, sociais, culturais e econômicas no Distrito de Sousas.

A construção dessa escola desde seus primórdios foi a vitória, uma luta travada entre a comunidade e órgãos representativos do Estado, delegacias de Ensino, inspetorias em prol de uma educação de qualidade e melhores condições de estudo para seus filhos.

A escola desempenhava para além do papel educacional, também o social, servindo de ponto de encontro e referência para população. Podemos afirmar também, que

durante décadas este estabelecimento funcionava como instrumento para legitimação das elites locais e cafeicultoras, identificadas com o lema “civilização e o progresso”.

A escola representava um espaço de conciliação de interesses, portanto: que reunia diferentes classes e grupos sociais, mesmo assim, havia em seu interior distinções de classe. A escola moderna foi e continua sendo legitimada pela sociedade como instituição responsável pela transmissão de saberes acumulados, para tanto, prescindia de novos equipamentos e práticas escolares associadas ao progresso e à revolução científica e tecnológica, imposta para atender à demanda da industrialização pós-II guerra.

Salas de aula, laboratórios e auditório estavam repletos de alunos de diferentes classes e condições sociais: filhos de operários, imigrantes e fazendeiros compartilhavam durante o período o mesmo espaço. Minimizando as diferenças sociais, realçando-as, porém, nas relações sociais fora da escola.

A escola Dr. Tomás Alves, que um dia já corporificou o ideal de progresso, futuro da nação, passou a ser vista no Distrito como lócus do passado, da memória, da história vivida, lembranças dos que lá passaram.

Propusemo-nos a utilizar os relatos para conhecer este universo escolar e recolher através das lembranças vividas durante o período que lá estiveram transformando seus relatos em narrativas escritas e cada linha escrita posta na história que nos liga, hoje, ao passado vivido por eles. Apenas quem vivenciou este espaço pode nos narrar aquilo que antes era somente seu.

A documentação consultada e relatos dos alunos/professores nos lembram de que a EE. Dr. Tomás Alves é resultado de uma construção histórica e para que esta história não se perca é preciso preservar sua memória. O trabalho de dar ouvidos aos “velhos” e as suas memórias, portanto, nos permite perceber a pluralidade dos diferentes sujeitos da história. Esta ação nos possibilita (re) pensar o passado e compreender como esta história possui muitos caminhos e destinos diferentes dos construídos pela história oficial.

A memória capturada através dos relatos, dos documentos do arquivo oficial escolar, levantamento das publicações na imprensa local e das imagens dos vários períodos da EE. Dr. Tomás Alves teve um papel central nesta pesquisa. Por meio dela, resgatamos historicamente as memórias individual e coletiva, os comportamentos dos alunos/professores

egressos, assim como, as práticas escolares implementadas, as representações sociais e culturais, o prestígio que a escola alcançou e tantos outros sentidos suscitados pelos relatos e análise dos documentos do período abordado.

O estudo abordou todo o processo de construção da história da escola, privilegiando o período em que a Educação passou por grandes transformações com as mudanças decorrentes da aplicação da Lei nº 5.692 de 1971, para o ensino fundamental, que estabelecia uma relação entre faixa etária e nível de ensino, definindo o grau de ingresso, a idade mínima de sete anos e a obrigatoriedade dos 7 aos 14 anos.

Esta lei foi responsável pela massificação da escola pública, porque favoreceu a adequação ao modelo tecnicista/desenvolvimentista, para que o Brasil fosse introduzido na nova etapa do capitalismo mundial pós-60, a lei mudou os objetivos educacionais vigentes no país.

Segundo TANURI (2000, p. 80), esta lei estabeleceu diretriz e bases para o primeiro e o segundo graus, contemplou a escola normal e, no bojo da profissionalização obrigatória adotada para o segundo grau, transformou-a numa das habilitações desse nível de ensino, abolindo de vez a profissionalização antes ministrada no nível ginásial. A Lei 5.692/71 levou o desaparecimento dos Institutos de Educação e a formação de especialistas e professores para o ensino primário, que passou a ser feita exclusivamente nos cursos de Pedagogia.

Se por um lado a Lei 5.692/71 garantiu o acesso da população em idade escolar excluída por outro restringiu a qualidade de ensino na educação pública. Fato também constatado na alfabetização de adultos, substituindo o método Paulo Freire pelo Mobral, decorrente das mudanças introduzidas pelo milagre econômico na sociedade brasileira pós-70.

Este processo de massificação da educação corresponde à perda da especificidade do magistério, com o fim das escolas normais, decorrente das mudanças introduzidas pela ditadura militar no pós 64, com as reformas universitária de 1968 e do ensino médio (Lei 5692/71), dificultando a chegada de jovens à universidade, contendo-os no 2º grau e impondo compulsoriamente a obrigatoriedade de 8 anos de escolaridade para a sociedade brasileira.

Atualmente torna-se difícil enxergar o “*glamour*” que a profissão de professor tinha nos idos dos anos 50/60. O questionamento que se faz é sobre os descaminhos da educação pública e responsabilidade pelo fracasso escolar, bem como do compromisso do Estado em relação a essa profissão tão essencial para equalizar e minimizar as diferenças sociais. Onde está o respeito que a sociedade devotava a esse profissional? A vivência no interior da escola pública hoje chegou a níveis insuportáveis, com a violência banalizada nas salas de aula.

Propomo-nos, portanto, neste trabalho, narrar às mudanças ocorridas na EE. Dr. Tomás Alves, situada no Distrito de Sousas, em Campinas, enfatizando o período de 1975/2005 impostas pela ditadura militar, buscando resgatar a história desta escola criada em 1918 e que em breve completará um século, e o papel primordial de que teve na política de inserção social e cultural da clientela que a frequentou.

INTRODUÇÃO

Todo sistema educacional assenta-se sobre uma base sociocultural, política e econômica e é legitimador do poder instituído. O ritmo e as modificações introduzidas na escola sejam no Brasil ou na Europa, na transição do século XIX para o XX, responderam as mudanças introduzidas no sistema produtivo no âmbito da industrialização e urbanização. No Brasil, com o fim do escravismo, e o republicanismo nascente a escola abre suas portas para participação de setores da sociedade antes alijados.

A partir de 1870 – ano do Manifesto Republicano Liberal, até meados do século XX, uma grande parte da população de brasileiros ainda era analfabeta. Em 1900, para uma população de 17.438.434, 65,3% daqueles que tinham quinze anos ou mais não sabiam ler e escrever; em 1950, o contingente populacional havia aumentado para 51.944.397 habitantes, e a metade dos que tinham, até quinze anos, continuava analfabeta. A intensificação do processo de urbanização verificada nesse período paralelo ao crescimento demográfico, combinados com o crescimento da renda *per capita*, foram acompanhados da diminuição da taxa de analfabetismo. Assim, a urbanização e a industrialização foram fatores que influenciaram a escolarização da população, pois entre os anos de 1920 e 1940, a taxa de urbanização dobrou e o analfabetismo sofreu uma sensível queda.

É neste contexto que em 1918 foi criada a EE. Dr. Tomás Alves no Distrito de Sousas, Campinas-São Paulo, aparece para responder as demandas colocadas pela nova estrutura econômica e política do Estado de São Paulo. Com a chegada dos imigrantes no Distrito, no final no século XIX, a preocupação com a educação de suas crianças fez com que se criasse uma escola voltada para atender essa clientela. Surgiram assim várias escolas rurais, na região de Campinas, uma delas futuramente viria a se tornar a EE. Dr. Tomás Alves. Os indicadores demográficos do período, verifica-se que a sociedade brasileira empreendeu um significativo esforço para diminuir o número de seus analfabetos, uma tarefa que será intensificada nos anos posteriores.

Vivemos hoje no cotidiano escolar um momento histórico que está se refletindo no nível educacional da escola pública, na formação dos nossos professores e principalmente na qualidade do ensino ofertado. A escola pública brasileira está na “UTI” há algum tempo,

com professores mal formados, gestores sem nenhum preparado para administrar a instituição, alunos desmotivados, semianalfabetos que aprendem quase nada.

A EE. Dr. Tomás Alves, onde exerço minha profissão docente desde o ano de 2003, tem apresentado um elevado índice de repetência e evasão escolar. No entanto, estes índices aumentaram a partir das mudanças implementadas pelas inúmeras legislações no decorrer da ditadura militar, quando se constatou simultaneamente uma mudança no perfil da clientela. Somente no ano de 2005, de um total de 1.143 alunos matriculados, 222 foram retidos ou desistiram da escola, ou seja, aproximadamente 20%.

Os dados analisados para a década de 70 mostram, se comparados com os de 2005, uma baixa evasão e repetência. Os relatos e depoimentos realizados pela pesquisa revelam que até década 70 a família participava mais na vida escolar de seus filhos. Constatou-se que as famílias pobres valorizavam, defendiam e continuam defendendo a escola como *locus* de uma possível mobilidade social e de inserção no mercado de trabalho. A educação escolar era a única maneira de uma pessoa pobre obter a mobilidade social. Tinha-se por objetivo, obter um dia o diploma universitário.

Nesta primeira década do século XXI, apesar da informação nos chegar por vários meios de comunicação e a uma velocidade antes impensável, os problemas de ordem moral, cultural, social e política continuam; a escola está sozinha na tarefa de formação de uma comunidade de cidadãos e constata-se uma baixa participação ou quase ausência das famílias na vida dos alunos e jovens que frequentam a escola pública.

A EE. Dr. Tomás Alves cumpriu seu papel social, pois, segundo os relatos analisados dos egressos, a grande totalidade dos alunos que por ali passaram no período dos anos 50 a 75, filhos de operários e trabalhadores rurais, pôde atingir a tão sonhada mobilidade social que seus pais almejavam e a inserção no mercado de trabalho, através da aquisição de um capital cultural. A escola representava para todos o “templo do saber”, do conhecimento, compartilhado pelos mestres e vivenciado pelos colegas.

Este trabalho dedica-se em um primeiro momento a analisar as mudanças educacionais pela quais o país passou, através da análise das transformações ocorridas na EE. Dr. Tomás Alves desde sua criação em 1918 até o início do século XXI, em suas diferentes

fases. Na narrativa construída passaremos pelas diferentes fases, mas quero enfatizar que o período privilegiado para o estudo será compreendido entre 1973¹ até o ano de 2005².

Optou-se inicialmente por uma análise dos relatos e depoimentos dos seus ex-alunos e professores de rememorar suas experiências profissionais e sociais para capturar sua contribuição e desenvolvimento de Sousas. Enfatizar o papel dos atores envolvidos, estabelecendo relações com a escolaridade, saberes, conhecimentos formais ou não, de gerações que lhes antecederam e passaram pela escola. Para atingir este objetivo realizamos o levantamento da documentação existente no acervo da escola tais como livro de visitas, atas e especialmente artigos publicados na imprensa local e regional decorrentes das mudanças para implantação da nova sede escolar (1973) , fontes imagéticas, assim como pesquisa bilobiográfica e a historiografia oficial do período.

Este conjunto de fontes permitiu analisar os diferentes pontos de vista e as transformações sociais, políticas e culturais considerando as diversos projetos e práticas pedagógicas implementadas na EE. Dr. Tomás Alves.

Ao utilizar os relatos dos alunos e professores egressos entrelaçamos a memória e a história, o sujeito e o objeto através dos recursos da História Oral e Cultural.

A escola não é apenas um universo dos documentos escolares e discursos, os documentos não falam por si só. A escola é locus de projetos pessoais, sociais, de normatização de saberes, comportamentos e valores. Frequentam a escola pessoas de diferentes classes sociais construindo um tecido de relações interpessoais, fazendo-nos transpor a face material através de uma leitura subjetiva da memória da escola, que, segundo Fernandes (2004, p. 24), “possibilita uma leitura crítica da memória da escola”. Memórias individuais que controem uma representação do passado, produzem sentidos novos.

Nos anos 80, com a introdução da nova História, a memória não pode mais ser vista como um processo parcial e limitado de lembrar fatos passados, de valor acessório para as Ciências Humanas. Na verdade, ela se apoia na construção de referenciais de diferentes grupos sociais sobre o passado e o presente, respaldados nas tradições e ligados a mudanças culturais.

¹ Período da inauguração do novo prédio escolar.

² Ano em que a escola deixou de ser uma ETI – Escola de Tempo Integral.

A História não pode ter a pretensão de estabelecer os fatos como de fato ocorreram, e por isso coexistem, não obstante, várias leituras possíveis sobre a utilização da memória para a interpretação da História. Essa importância pode ser somada ao crescimento do número de programas criados em universidades e instituições voltadas para preservação da memória e do patrimônio escolar, a partir dos anos 90. Tecemos aqui algumas considerações teóricas sobre a memória e sua relação com a história.

Para Halbwachs (1990), a questão central consiste na afirmação de que a memória individual existe sempre a partir de uma memória coletiva, posto que todas as lembranças são constituídas no interior de um grupo. Várias ideias, reflexões, sentimentos e paixões que atribuímos a nós são, na verdade, inspiradas pelo grupo. A disposição de Halbwachs acerca da memória individual refere-se à existência de uma “intuição sensível”. Vejamos:

“(…) Mas nossas lembranças permanecem coletivas, e elas nos são lembradas pelos outros, mesmo que se trate de acontecimentos nos quais só nós estivemos envolvidos, e com objetos que só nós vimos. É porque, em realidade, nunca estamos sós. Não é necessário que outros homens estejam lá, que se distingam materialmente de nós: porque temos sempre conosco e em nós uma quantidade de pessoas que não se confundem.” (HALBWACHS, 1990: p. 26)

Tal sentimento de persuasão é o que de certa forma garante, segundo Halbwachs, a coesão no grupo, esta unidade coletiva, concebida pelo pensador como espaço de conflitos e influências entre uns e outros.

Por outro lado, Halbwachs nos aponta, portanto para a subjetividade e identidade da memória para separação entre a história e a memória e nos alerta também para sua seletividade. No relato dos egressos identificamos marcos, lacunas, esquecimento, que se faz presente. Memória coletiva e história não se confundem.

Pierre Nora, ao retomar a oposição entre memória e história originalmente proposta por Halbwachs, afirma que a História é uma atividade escrita, que organiza e reúne numa totalidade sistematizada as diferenças e hiatos da memória coletiva, já que esta, sendo primordialmente oral e afetiva, fragmenta-se em uma pluralidade de narrativas. Nora contrasta, portanto, a tradição vivida da memória à sua reconstrução intelectual, a História.

Mas para ambos há uma ruptura entre a memória coletiva e a história. Conclui com certa provocação ao afirmar que aquilo a que chamamos hoje de memória é, na verdade história (NORA *apud* SEIXAS, 2004, pp. 40-1).

A diferença entre o que defendia Pierre Nora e o que afirmava Halbwachs é que para este as lembranças seriam incorporadas pela história à medida que fossem deixando de existir ou à medida que os grupos que as sustentavam deixassem de existir, porque passaram a ser reivindicada pelo discurso histórico.

Já Michel Pollak não vê com tanto pessimismo as relações entre história e memória ou entre a memória oficial (nacional) e aquilo que denominou “memórias subterrâneas”, em referência às camadas populares. Para Pollak, estas memórias marginalizadas abriram novas possibilidades no terreno fértil da História Oral (POLLAK, 1989: p. 29), não partilhando da oposição entre memória e história e apontando a necessidade de diálogo entre ambas.

Para ele não se trata de historicizar memórias que já deixaram de existir, e sim trazer à superfície memórias que até então se encontravam no silêncio e que só afloravam em momentos de crise. É por isso que o estudo da memória retornou ao meio acadêmico com tamanha força, pois decorre de questões que o tempo presente vem colocando ao historiador e à sociedade atual.

Para dar conta de nossos objetivos, nos propusemos a analisar e interpretar os relatos de vida, lembranças produzidas, rememoradas, inserindo-as nas relações vividas no coletivo. Privilegiar o estudo das memórias (individual/coletiva) dos alunos egressos para compreender as práticas escolares que fizeram parte desta história. Neste sentido, o trabalho tem por objetivo:

- a) Reconstruir a história da escola;
- b) Caracterizar a clientela da EE. Dr. Tomás Alves nas suas três fases, priorizando o período de 1975 a 2005;
- c) Discutir a responsabilidade do estado/escola e as possíveis razões do fracasso e da exclusão escolar;
- d) Conhecer a história da escola através de memórias dos egressos (alunos/professores) da EE. Dr. Tomas Alves após seu cinquentenário, em 1975 até 2005.

A narrativa está organizada em 4 capítulos a saber:

Capítulo 1 – Entre a Memória e a História;

Capítulo 2 – Da Demcoratização à Massificação da Educação Brasileira ao Fracasso Escolar;

Capítulo 3 – De Escolas Reunidas a EE. Dr. Tomás Alves;

Capítulo 4 – Memória e História dos Egressos da EE. Dr. Tomás Alves.

CAPÍTULO I — ENTRE A HISTÓRIA E A MEMÓRIA

1.1 – A Formação do Distrito de Sousas

É fundamental considerar o valor que os lugares têm como referência para as pessoas, pois estes lhes dão um sentido de pertencimento a um território, com base em sua cultura e em sua história. Esses referenciais vinculam os indivíduos aos lugares e criam identidades variadas relacionadas ao lugar que ali ocuparam.

Consequentemente, não podemos desconsiderar os significados históricos e as relações sociais presentes nesses espaços; eles são arenas políticas, lugares onde se constrói as representações do passado, o presente e o futuro.

Iniciaremos nossa narrativa com a análise uma breve história da formação do Distrito de Sousas e a importância deste na construção na EE. Dr. Tomás Alves.

O sítio urbano do distrito iniciou-se nas áreas planas ao longo do rio Atibaia. O Distrito de Sousas teve seu início por volta de 1830, quando Aleixo Antônio de Godoi e Bernardo José Sampaio, ultrapassaram a “Vila de São Carlos”, hoje Campinas, e embrenharam-se na vasta mata até atingirem as margens do rio Atibaia.

Quando os primeiros imigrantes italianos e portugueses transpuseram à margem direita do rio e se estabeleceram definitivamente naquele lugar. Logo o lugarejo foi atraindo a atenção de outros aventureiros. Foi assim que José Florêncio de Camargo e membros da família Sousas, sabedores da boa qualidade das terras, vieram adquiri-las, juntando-se aos primitivos povoadores. E nessa sucessão, o “povoado” foi crescendo e se transformou num pequeno “arraial” que se tornou conhecido como “Ponte do Arraial”.

O povoado de “Ponte Alta” (Sousas) e o “bairro de Luciano Teixeira” ou “bairro do Laranjal” (Joaquim Egídio) surgiram nas imediações dos caminhos, capelas e fazendas de cana de açúcar e café por volta de 1830, e se desenvolveram na proporção em que as lavouras de café (em lugar da cana) se expandiram pelo interior da região. Sousas teve origem nas proximidades da primeira ponte de madeira construída sobre o rio Atibaia, nas terras da Fazenda Atibaia, que então introduzia as primeiras plantações de café na região;

nesta ocasião, a família de Joaquim Monteiro ergueria uma capela em honra a São Sebastião (1833), fazendo nascer o arraial.



Foto 1 - Ponte metálica construída em 1895-96, sobre o Rio Atibaia, no sub-distrito de Sousas - Foto de 1960, mostrando a "parada" que havia antes da travessia sobre o rio (acervo da Biblioteca do Distrito de Sousas “Guilherme de Almeida)

Ponte esta, como mostra a imagem acima, que foi reconstruída com uma estrutura metálica vinda direto da Inglaterra, e que durante a Revolução Constitucionalista de 1932 foi parcialmente destruída pelos revolucionários a fim de dificultar o avanço das tropas getulistas à Campinas.

Em 1884, iniciou-se a construção da atual Matriz. Os doadores do terreno foram Adão Salgado e sua esposa, Maria Franco Salgado. A obra se completou graças aos esforços da população, tendo à frente Maneco Rosa e João Lopes Martins, este, conhecido fazendeiro no distrito. Inaugurada em 1897, sob a invocação de Nossa Senhora do Bom Conselho, foi mudada em 1903, para Santana.



Foto 2 – Praça Santo Antônio – Distrito de Sousas 1889 (Acervo da Biblioteca do subdistrito de Sousas – “Guilherme de Almeida”)

A foto supra, é ilustrativa da inauguração da primeira igreja do Arraial de Sousas, em 1889. A capela de São Sebastião, ainda hoje é preservada e ocupa a pracinha em frente à subprefeitura do distrito.

A Rua 13 de Maio, que liga o centro ao atual bairro de Nova Sousas, começa na Praça São Sebastião, onde se encontra uma área com muitos prédios ainda bem conservados, como o da atual subprefeitura, construída em tijolos de barro, ferro e vidro, materiais representativos do ciclo econômico cafeeiro e imigração italiana, que contribuíram para a intensificação da industrialização e do desenvolvimento de uma mão de obra de artesãos no distrito, uma das contribuições dos imigrantes.

Do desenvolvimento da agricultura cafeeira no distrito e seu entorno, veio à necessidade da construção de um ramal férreo ligando Campinas às áreas produtoras. Trens e mais tarde bondes foram os responsáveis pelo transporte de carga (produção de café) e de passageiros entre Campinas e os distritos de Sousas e Joaquim Egídio.

Entre as famílias que se instalaram na região desfrutando das riquezas da terra, colaborando com o “progresso” e ascensão social, destacou-se a família dos Sousas, cujos membros eram proprietários das sesmarias da região. Tornaram-se colaboradores no surto do crescimento econômico do povoado e de suas adjacências. Bernardo José Sampaio era genro de Jose de Sousa Campos e proprietário da Fazenda Palmeira; Manuel Antônio de Moraes era bisneto de João de Sousa Campos; João Floriano de Camargo era irmão de Bernardo José

Sampaio; José de Sousa Campos, em 1831, foi professor em uma das escolas rurais do Arraial; José de Sousa Siqueira, em sua fazenda Atiabaia, plantou cafezais, sendo considerado o pioneiro dessa cultura.

Considrando a contribuição dos Sousas para o desenvolvimento do Distrito, o vereador Dr. Ricardo Glumbeton Daunt, em 28 de janeiro de 1889, propôs que fosse dado ao povoado da Ponte do Arraial o nome de “Arraial dos Sousas”, como homenagem à prole que tanto contribuíra para a formação e desenvolvimento do núcleo e de sua expansão econômica.

Encontramos ainda referências centenárias da presença de populações africanas mantidas originalmente como escravas (e depois integradas como mão de obra livre) e a vinda de famílias imigrantes procedentes especialmente do sul da Itália, além de alemães, espanhóis, japoneses, fixadas como colonos nas fazendas cafeeiras que nas últimas décadas do século XIX já movimentavam os dois arraiais – Sousas e Joaquim Egídio, onde já constavam diversas casas de moradia, pequenas vendas e armazéns, além de uma ferrovia, o Ramal Férreo Campineiro (1889/1911), cuja locomotiva – a “cabrita” – alcançava os cafezais no alto da Serra das Cabras.

O Distrito de Sousas, em homenagem a esses imigrantes vindos mesmo antes da emancipação, em substituição ao processo de mão de obra escrava, ergueu um memorial construído na Praça Santana como forma de homenagear sua contribuição ao desenvolvimento do distrito. (ver foto em anexo)

1.2 - A Importância do Estudo da Memória e Documentos no Processo de Formação da EE. Dr. Tomás Alves

Antes de iniciar a análise deste item, quero chamar a atenção pra a importância de políticas de preservação do patrimônio público escolar, pois o arquivo da EE. Dr. Tomás Alves devidamente organizado, possibilitou recuperar a memória e a história deste estabelecimento de ensino desde sua criação em 1918.

Foi graças a preservação dos arquivos organizados e da Revista comemorativa do Jubileu, ponto de partida de nossa pesquisa, que foi possível recuperar os sentidos e o papel atribuído a esta escola há 50 anos, como “templo de saber”, onde o sujeito para se integrar na vida urbana, no mundo do trabalho industrial, era compelido a frequentar a escola elementar. Sendo assim, este trabalho busca balizar e sistematizar através dos relatos de vida e depoimentos dos alunos/professores egressos os fragmentos desta história, dialogando com as representações construídas do passado e que se relacionam com o tempo presente.

Essa relação caracteriza-se por dois momentos: de um lado o tempo e experiência marcados pela posição social, pelo movimento e dinamismo característico dos professores e de outro, pelo tempo atual, determinado por uma memória feita de experiências, na qual o trabalho é somente o da memória, que tenta transmitir-nos, por meio dos relatos, seu saber adquirido na prática, nas aulas compartilhadas com os colegas.

Após consulta aos arquivos podemos concluir que a escola preserva pouco daquilo que produz. O produto do trabalho de alunos e professores é muitas vezes descartado. Saberes produzidos que merecem serem preservados e comunicados a outros educadores, registros que possibilitam conhecer e refletir sobre experiências escolares se perdem, quando deveriam ser transmitidos e valorizados. A própria escola em si, enquanto prédio escolar guarda em seu interior documentos, materiais e móveis que constituem um artefato para estudos de muitos pesquisadores.

Rever os fatos já acontecidos, os mais efêmeros e importantes, possibilita compará-los ao existido. O estudo da memória por meio de relatos e rememoração de um passado comum a um grupo, no caso dos egressos da escola, envoca dimensões desgastadas

pelo tempo e revela sentidos e dá significados do relatado ao entrevistador que passou pelo filtro da memória.

A rememoração é um processo em que o passado penetra na estrutura do presente não como símbolo vago, nostálgico, mas enquanto tempo reconstituído. A memória narrada, relativa aos aspectos da vida social dos indivíduos de uma cultura específica, passa por um processo de valorização e está envolvida por incertezas. Ao ser descrita, propõe uma continuação na relação passado, presente e futuro e que se esboça como uma condição imposta pela linearidade do pensamento e se esforça em atribuir às lembranças um caráter contínuo, valorizando aquilo que é “merecedor” de ser narrado.

A construção desta narrativa procura distinguir os aspectos da memória individual e coletiva dos alunos/professores egressos: o que o passado tem em comum e se preserva no presente, ou ainda o que é específico para cada grupo considerando a questão do poder de decisão/político de cada um, por exemplo, o lugar ocupado na hierarquia, o fato concreto de haver uma ex-aluna, professora e hoje diretora da EE. Dr. Tomas Alves.

Ao se preocupar em preservar o patrimônio escolar, as instituições escolares têm que se preocupar com toda a materialidade que constituem os vestígios encontrados (nos porões e galpões antigos), um trabalho que irá exigir muito dos pesquisadores, pois tudo que se encontrar nesses arquivos, ditos “mortos”, serão constitutivos das práticas escolares de dada instituição.

Segundo Menezes (2005, p. 15), o trabalho com a materialidade da escola tem permitido rastrear práticas, processos e relações constituintes dessa modalidade social, a escola, tal como a vimos seguindo: como práticas culturais de nossa sociedade.

A EE. Dr. Tomás Alves apresenta-se como uma instituição que tem um passado histórico constituído por essa materialidade a que se refere Menezes³, mas que até o momento são tratados apenas como dados de arquivos, e não como um modo de se preservar o conhecimento da sociedade através destas fontes. Daí a importância de estudá-las e vê-las como documento vivo, capaz de reconstruir a sua história, com seus objetos e discursos, mostrando assim as práticas pedagógicas e escolares que ali se desenvolveram.

³ *Idem*, p. 16

Já Rogério Fernandes (2005, p. 20) discute as transformações ocorridas nos sistemas educacionais, sendo a principal delas quando a escola deixa de ser um palco de experiências e passa a ser um laboratório de produção de educação, de uma ação exercida por essas pessoas que passam a fazer parte do ambiente escolar. A escola passa a ser vista como um espaço qualificado, que requer igualmente determinados comportamentos e atitudes geradoras de valores e sendo caracterizada simultaneamente como uma estrutura de normatização.

Constata-se que, além de toda a documentação que este espaço abriga (códigos disciplinares, atas, livros de ponto, etc.), o próprio prédio, e todo o seu mobiliário, se traduzem em elementos com os quais se constituiu um espaço museológico. Segundo Fernandes⁴, trata-se de elementos museáveis, que podem ser mapas de matrículas dos alunos, relações de docentes e funcionários, registros de faltas e livros de atas dos conselhos escolares, entre muitos outros. Sendo que a importância das informações contidas nestes documentos vai depender da categoria da escola e das normas administrativas vigentes no país ou no período em causa.

A escola é também um lugar de memória do ponto de vista das pessoas que por ela passaram, pois estes guardam em suas memórias elementos subjetivos que não estão presentes nos documentos oficiais. A memória tem um papel central nesta pesquisa, pois por meio dela resgatamos valores, comportamentos e práticas institucionais do ponto dos alunos e das representações contruídas sobre o passado.

Para Nora (1993, p. 21), os lugares de memória são, primeiramente, lugares em uma tríplice acepção: são lugares materiais onde a memória social se ancora e pode ser apreendida pelos sentidos, são lugares funcionais porque têm ou adquiriram a função de alicerçar memórias coletivas e são lugares simbólicos onde essa memória coletiva – essa identidade – se expressa e se revela. São, portanto, lugares carregados de uma vontade de memória.

No estudo da EE. Dr. Tomás Alves, o principal objetivo é mostrar as contradições existentes entre a história documental e a memória constituída pelos ex-alunos, professores e funcionários que por lá passaram. As transformações ocorridas no interior da

⁴ *Idem*, p. 20

escola são demonstradas através de diversas fontes, imagens, artefatos materiais, documentos e arquivos que registraram tais mudanças, tanto no aspecto administrativo quanto no normativo. A análise dos relatos e depoimentos dos alunos e professores egressos nos remetem a outro movimento de reconstruir a história da escola através do narrado. Considerando que o período estudado enfatiza a transição do regime ditatorial para a redemocratização, no qual as leis que regiam a educação passam por grandes reformulações, faz da escola o local mais contundente de sua aplicabilidade.

Como fonte principal, priorizamos a revista publicada pela escola Dr. Tomas Alves, através da Associação de Pais e Mestres, em comemoração ao Jubileu de Ouro desta escola (1925-1975), publicação organizada e coordenada pela então diretora, Prof^a Antônia Bombachi. Neste documento, com uma tiragem de 2.500 exemplares, ex-alunos, autoridades públicas e eclesiásticas e moradores do Distrito de Sousas puderam deixar seus relatos se manifestando sobre a escola. Neste documento/revista estão registrados o passado da escola através dos relatos e das representações de todos que tiveram um envolvimento direto com a instituição.



Capa da revista comemorativa
ao cinquentenário da Escola.

Hoje, passados 40 anos de sua publicação, ao analisar as transformações ocorridas na escola e as mudanças introduzidas ao longo desses anos, identificamos permanências e continuidades através das memórias e histórias dos que lá passaram. No entanto, nos diversos relatos individuais e depoimentos encontramos comportamentos em relação à sociedade, escola e a outros aspectos da vida fora do profissional, tornando possível incluir padrões e graus de identidades parecidos. Acreditamos que o resgate através das memórias desses personagens levaria a estreitar os laços entre escola, comunidade e a história do período em Sousas.

A escola foi sendo construída por grupos sociais que integravam e formavam a sociedade local e do lugar que ocupavam na estrutura social. Grupos grandes ou pequenos, de lugares muito antigos ou de bairros recém-criados, ricos ou pobres, todos têm o direito de ter a sua memória e história valorizada e preservada. É a escola o lugar para a democratização da construção da narrativa histórica, memória coletiva e das relações sociais.

Desta forma, apreendemos que estes grupos são definidos pelos próprios homens ao viver sua história, significando, portanto, uma categoria histórica que vai se constituindo a partir de um processo social vivido ao longo do tempo. Assim, os grupos sociais não existiriam como entidades separadas; são, na verdade, agentes que se encontram em uma sociedade estruturada, de modos determinados, que experimentam a exploração, identificam pontos de interesses comuns e começam a lutar por questões e neste processo de luta se descobrem enquanto uma classe que possui uma identidade (Thompson, 2002).

Dar vozes às pessoas da comunidade, fazer com que suas histórias sejam ouvidas, registradas e, mais do que isso, que sejam objeto de fazer escola – ler, escrever, ouvir, desenhar – tem se mostrado excelente instrumento de valorização de alunos, professores e famílias.

O estudo da memória depara-se com dificuldades ao recorrer às lembranças individuais, elementos insuficientes para a compreensão mais ampla da estrutura social. No entanto, alguns estudiosos entendem que a memória peculiar de um indivíduo é decorrência da interação entre suas especificidades, todo seu ambiente e todas as coletividades em que se insere (Queiroz, 1991). Desta forma, a memória é social e coletiva na medida em que opera

numa estrutura de conhecimento do mundo que, por sua vez, é a expressão de pertencimento do sujeito a uma cultura.

Segundo Queiroz (1991), o relato oral sempre foi uma fonte de conservação e difusão do saber, o que vale dizer uma fonte de dados para as ciências em geral. A história oral é importante, portanto, pelo papel que exerce na interpretação do imaginário e na análise das representações sociais; ela está presente na obtenção da informação e conservação do conhecimento.

Na verdade, a narrativa oral, uma vez transcrita, se transforma num documento semelhante a qualquer outro texto escrito, diante do qual se encontra um estudioso e que, ao ser fabricado, não seguiu forçosamente as injunções do pesquisador; de fato, o cientista social interroga uma enorme série de escritos, contemporâneos ou não, que constituem a fonte de dados em que apóia seu trabalho (QUEIROZ, 1991, p.18).

Le Goff (2005) declara que o estudo da memória social é um dos meios fundamentais de abordar os problemas do tempo e da história, em relação aos quais a memória está ora em retraimento, ora em transbordamento. Segundo ele, o suporte da memorização não se situa no nível superficial; a importância de seu papel está na dimensão da narrativa dos acontecimentos.

A utilização da história oral, melhor dizendo, de relatos orais, possibilita o conhecimento e a reflexão do que se quer investigar na voz dos próprios protagonistas do tema em questão. A história oral é importante pelo papel que exerce na interpretação do imaginário e na análise das representações sociais. Paul Thompson (1992) ressalta que é preciso preservar a memória física e espacial, como também descobrir e valorizar a memória do homem. A memória de um pode ser a memória de muitos; ao se investigar a memória, fatos coletivos podem ser evidenciados.

Para Ecléa Bosi, “a velhice é uma categoria social. Por meio dos velhos, um mundo social que possui riqueza e diversidade pode ser descoberto quando são resgatadas suas memórias” (1994, p. 21).

A partir dos relatos de um grupo podemos perceber não somente as continuidades, como também as rupturas; a procedência desses narradores, suas visões de

mundo, a maneira como vivem, como exercem seus papéis enquanto sujeitos históricos. As rupturas originadas pelo tempo vivido são mais significativas quando nos damos conta de que o passado não é um tempo morto, esquecido nas páginas viradas do livro da existência, mas tempo vivo, pulsante, atual.

As reflexões sobre memória e a concepção de história de Benjamim (1987), são fundamentais na reafirmação da importância das lembranças dos indivíduos. A rememoração significa uma atenção precisa ao presente, pois não se trata somente de não esquecer o passado, mas também de agir sobre o presente. Para este autor, “o cronista que narra os acontecimentos, sem distinguir entre os grandes e os pequenos, leva em conta a verdade de que nada do que um dia aconteceu pode ser considerado perdido para a história” (BENJAMIN, 1987, p. 223).

O modo de lembrar é tanto individual quanto social. O grupo transmite, retém e reforça as lembranças. “Mas, o entrevistado ao trabalhá-las, vai lentamente individualizando a memória comunitária e, no que lembra e como lembra, faz com que fique somente o que tem significado para ele” (BOSI, 1994, p. 31). Assim, a memória do indivíduo depende de seus relacionamentos com a família, com a classe social, com a profissão; enfim, com os grupos de convívio, os grupos de referências peculiares e também os espaços físicos por onde esses indivíduos percorreram suas trajetórias.

Por conseguinte, por mais que a história do indivíduo seja contada por um personagem girando em torno deste, e que em um primeiro momento pareça ser subjetiva, sabemos que o que existe de individual e único numa pessoa é excedido por uma infinidade de influências que nela se cruzam e às quais não se pode por nenhum meio escapar de ações que sobre ela se exercem e que lhe são inteiramente exteriores.

As representações são constitutivas da memória do grupo; para Halbwachs (1990), toda ideia social é uma lembrança da sociedade e o pensamento social é essencialmente memória. Na introdução de *A Memória Coletiva*, este autor afirma que não podemos pensar em nada, não podemos pensar em nós mesmos, senão pelos outros e para os outros.

Esta pesquisa privilegia a aproximação de intergerações, já que muitos dos que contam sua história de vida são adulto-idosos que passaram pela escola, sendo, portanto,

importante para os alunos conhecerem o passado e uma história da qual fazem parte e de que podem se orgulhar. As atividades cotidianas da escola passam, nesta perspectiva, da relação passado/presente ter outro sentido.

É papel da escola preparar para bem socializar sua clientela, tanto na vida em família quanto coletiva, e formar valores que facilitarão o acesso do educando a outros saberes e aprendizagens. O conhecimento escolar sistematizado através das disciplinas é um dos elementos centrais do currículo e sua aprendizagem constitui condição indispensável para que os conhecimentos socialmente produzidos possam ser apropriados de forma crítica por todos (as) os (as) estudantes do país.

Os currículos e programas das escolas públicas, sob qualquer forma que se apresentem (guias, propostas, parâmetros), são produzidos por órgãos oficiais, que os deixam marcados com suas tintas, por mais que os documentos pretendam representar o conjunto dos professores e os interesses dos alunos. E por mais que tais grupos reivindiquem participação na elaboração de instrumentos de trabalho, tem se restringido a leitura e discussões posteriores à sua elaboração. É sob esta perspectiva que propomos analisar e interpretar as práticas culturais, sociais e pedagógicas desenvolvidas no período entre os anos 1970/80 na EE. Dr. Tomás Alves.

O trabalho de dar ouvidos aos alunos egressos e as suas memórias, portanto, nos permitirá perceber a pluralidade dos diferentes sujeitos da história. Esta ação nos possibilitará (re) pensar o passado e compreender como esta “estrada” possui muitos trilhos, caminhos e destinos diferentes dos que são contados pela história oficial. A história oral desenvolveu-se nos anos 50 de forma significativa nos países da Europa Ocidental e nos Estados Unidos, principalmente no seio dos movimentos sociais, com o compromisso inicial de “dar voz aos excluídos e marginalizados.” Philippe Ariés (*in* FERREIRA, 1998) foi um dos primeiros a abordar o tema memória, reivindicando a atenção sobre o papel dos monumentos e comemorações relacionadas aos personagens políticos reconhecidos do Século XIX, durante a formação dos estados-nações.

Além dos relatos de vida escolar, mas não só, dos egressos que serão analisados na perspectiva de rememorar os fatos acontecidos, esta pesquisa conta com outros recursos teórico-metodológicos vinculados ao uso de imagens e principalmente de fotografias, pois

acreditamos que o uso da fotografia como fonte histórica adquiriu importância nos últimos anos, assim como outros tipos de fontes que, até bem pouco tempo, eram relegadas ao segundo plano por não constituírem um documento textual.

As fontes escritas, que até meados do século XX eram as mais valorizadas, passaram pela crise da História dos anos 70 e com isso outras fontes foram sendo incorporadas ao universo do historiador, dentre elas a imagem fotográfica, que desde o seu surgimento, durante o século XIX, foi vista com desconfiança por parte dos historiadores, que, em alguns casos, continuam a utilizá-la como complemento do texto ou do documento escrito. No nosso trabalho estamos utilizando as fontes imagéticas de maneira a complementar à pesquisa oral.

A fonte fotográfica, como qualquer outro tipo de fonte, deve ser analisada à luz de metodologia e problematização do objeto estudado. Portanto, ao fazer a interpretação das imagens selecionadas, a pesquisa das informações coletadas, o presente estudo elege esta fonte como complementar às demais. Como diz Albuquerque Junior, “nada é evidente antes de ser evidenciado”. Com esse entendimento, o autor afirma que “para a História Cultural, a invenção do acontecimento histórico, do objeto ou sujeito da história, se dá no presente” (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2007, p. 26). De acordo com o interesse por um determinado fato ou acontecimento, este pode adquirir muitos significados e o direcionamento teórico e metodológico empregado pelo historiador é que irá definir os caminhos a serem adotados.

Para Kossoy, “a imagem fotográfica fornece provas, indícios, funciona sempre como documento iconográfico acerca de uma dada realidade. Trata-se de um testemunho que contém evidências sobre algo”. (KOSSOY, 1999, p. 33).

Segundo José de Souza Martins, o historiador pode utilizar a fotografia como “um recurso que, em diferentes campos, amplia e enriquece a variedade de informações de que o pesquisador pode dispor para reconstituir e interpretar determinada realidade social” (MARTINS, 2008, p.26). Sua importância está no seu potencial informativo, a partir do momento que esses indícios do passado forem contextualizados.

CAPÍTULO 2 – DA DEMOCRATIZAÇÃO À MASSIFICAÇÃO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA AO FRACASSO ESCOLAR

Neste segundo capítulo, analisaremos as transformações ocorridas na educação brasileira na transição do império para a república, focando o regime militar; e como essas mudanças se refletiram nas relações sociais e educacionais no interior da EE. Dr. Tomás Alves.

Segundo Patto (1993, p. 25), a partir de 1848 a escola adquire um significado diferente para distintos grupos e segmentos de classes, em função do lugar que ocupavam nas relações sociais e de produção. A escola passa a ser valorizada como instrumento real de ascensão e de prestígio social pelas classes médias e pelas elites emergentes. Os sistemas de ensino, não são portanto, uma realidade durante os setenta primeiros anos do século XIX.

Para Diana Vidal e Luciano Mendes (2000), a preocupação com a educação brasileira afirma-se somente no final do Império e começo da República, onde delineia-se uma política educacional estatal, fruto do fortalecimento do Estado. Até então, a política educacional era feita quase que exclusivamente no âmbito da sociedade civil, pela Igreja Católica.

Segundo Romanelli (1983), até os anos 20, a educação brasileira comportou-se como um instrumento de mobilidade social. Os estratos que detinham o poder econômico e político utilizavam-na como distintivo de classe. As camadas médias procuravam-na como a principal via de ascensão social, prestígio e integração com os estratos dominantes. Nesta sociedade, ainda não havia uma função “educadora” para os níveis de ensino médio e primário, razão pela qual estes níveis não mereceram atenção do Estado, senão formalmente. A oferta de escola média, por exemplo, era incipiente, restringindo-se, praticamente, a algumas iniciativas do setor privado.

A ideologia liberal, baseada no princípio do individualismo, “não só aceita a sociedade de classes, como fornece argumentos que legitimam e sancionam essa sociedade” (Cunha, 1979). O princípio do individualismo, juntamente com os outros princípios pregados pela Doutrina Liberal, exige a democracia como direito de todos participarem do governo

através de representantes de sua própria escolha. A burguesia, classe social emergente nesse processo, vai se apoderar dessas ideias, consolidando-se no poder como classe social hegemônica. A educação conferirá um poder simbólico para quem já possuía poder real (Tragtemberg, 2004).

Portanto a permanência e continuidade nos estudos era reservada como aponto os autores citados, aos alunos que conseguiam atingir um nível elevado eram os alunos que tinham uma maior renda, os que não trabalhavam durante o curso, os que tinham pais de melhor nível cultural, já de nível superior. São, de modo geral, os que já detinham privilégios durante todo o período de formação escolar.

A “democratização do ensino” durante o regime militar possibilitou um desenvolvimento no sentido capitalista do termo – em favor de uma minoria –, os demais seriam integrados ao “exército de reserva” e não do desenvolvimento social, em favor da grande maioria qualificada das populações trabalhadoras. Ao mesmo tempo em que estas políticas implantadas a partir de 1971, garantiram o acesso de todos aos bancos escolares, não garantiram a permanência e a qualidade do ensino ofertado, pois a escola não adotou medidas necessárias para que essa população até então marginalizada tivesse garantido sua permanência nos bancos escolares.

Como podemos observar através da tabela abaixo, as tentativas de democratização da educação no período de 1920/50, que tinha como objetivo o acesso dos alunos aos bancos escolares, através da acessibilidade e gratuidade do ensino se mostraram fracassadas, com exclusão, repetência e abandono escolar.

Tabela 1 - Evolução do crescimento populacional e da escolarização; população de 5 a 19 anos, 1920/1950

Ano	População de 5 a 19 anos	Matrícula no ensino primário	Matrícula no Ens. Médio	Total de matrículas	Taxa de escolarização	Cresc. populacional	Crescimento da matrícula
1920	12.703.077	1.033.421 ^(*)	109.281 ^(*)	1.142.281 ^(*)	8,99	100	100
1940	15.530.819	3.068.269	260.202	3.328.471	21,43	122,26	291,28
1950	18.826.409	4.366.792	477.434	4.924.226	26,15	148,20	430,92

Fonte: Lourenço, Filho, M. B. (op. cit) – Nota: (*) Dados estimados.

As taxas de crescimento demográfico, até muito recentemente, apresentavam barreiras à universalização da educação fundamental. Por mais que se abrissem escolas, o crescimento da população era mais rápido e sempre vencida a corrida.

Tal crescimento era fruto das melhorias na condição de vida da população urbana como também da entrada dos imigrantes europeus para o Brasil, ocorrida na segunda metade do século XIX, em substituição à mão de obra do escravo africano.

Findo o processo imigratório externo, o distrito de Sousas apresentava um processo de migrações internas a partir segunda metade do século passado, onde as crianças matriculadas na escola eram filhos de operários, domésticas e até mesmo de desempregados. Como demonstra na tabela abaixo, no início dos anos 70 a grande maioria das crianças, eram filhos de trabalhadores empregados nos setores primário e secundário da economia.

RELAÇÃO DAS PROFISSÕES DOS PAIS DOS ALUNOS DOS ANOS DE 1971 E 19765	
PROFISSÃO	QUANTIDADE
OPERÁRIOS	140
MOTORISTA	14
LAVRADORES	101
TRATORISTAS	03
MECÂNICO ELETRECISTA	07
INDUSTRIAL	02
PEDREIRO	35
COZINHEIROS	02
FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS	28
DESENHISTAS	01
EMPREGADO DE POSTO	01
NEGOCIANTES	02
COMERCIANTES	15
MILITAR	03
LEITEIRO	07
DOMÉSTICAS	01
PINTOR	06
CARPINTEIROS	01
GUARDA CIVIL	03
ENFERMEIRO	01
RELOJOEIRO	01
AÇOUGUEIRO	03
TELEFONISTA	01
SOLDADO	01
ADMINISTRADOR	04
GUARDA NOTURNO	02
FAXINEIRO	
FERROVIÁRIO	01
TINTUREIRO	01
GARÇON	01
LENHADOR	01
SERVENTE	02

⁵ Fonte: Livro de Registro de Matrícula Feminino e Masculino do Ensino Fundamental I (1ª a 4ª séries) dos referidos anos.

CARROCEIRO	01
CAMPEIRO	01
COMERCIÁRIO	02
VIAJANTES	02

Constata-se na pesquisa realizada que no período 70/2005 há uma elitização do ensino, que privilegia o ensino privado, levando a mercantilização da educação e os grupos e/ou classes sociais que tinham capital econômico e também portador de um capital cultural (conhecimento de línguas estrangeiras, viagens ao exterior, compra de livros caros). Para estes grupos a escola confirmava com o diploma um poder simbólico ao poder real existente. A escola, numa sociedade dividida em classes, escolhe os escolhidos e rejeita os pobres; ela torna o pobre um fracassado escolar (Tragtemberg, 2004).

Segundo Tragtember (op. cit), os alunos oriundos de grupos sociais desprovidos deste capital econômico e cultural foram reprovados, evadiram ou desapareceram do sistema escolar porque a cultura geral que eles trouxeram do 1º grau era tremendamente baixa. A cultura baixa, a capacidade de raciocínio não foi estimulada e conhecimento não foi dominado por todos.

São vários os motivos que impediram essa população pobre, que teve o acesso aos bancos escolares devido ao processo de massificação do ensino, pudesse permanecer e atingir o sucesso escolar, o diploma. O problema maior não era manter essas crianças na escola, e sim fazer com que elas atingissem um sucesso e chegassem de fato a aprendizado.

Segundo Patto (1993), o aumento da demanda social por escolas nos países industrializados capitalistas da Europa e da América e a consequente expansão dos sistemas nacionais de ensino, trouxeram consigo dois problemas: de um lado a necessidade de explicar as diferenças de rendimento da clientela escolar; de outro, a de justificar o acesso desigual desta clientela aos graus escolares mais avançados. Tudo isto sem ferir o princípio essencial da ideologia liberal segundo o qual o mérito pessoal é o único critério legítimo de seleção educacional e social.

É dentro desta perspectiva liberal que em 1918 “nasce” a Escola do Arraial de Sousas criada para atender aos filhos de imigrantes italianos e portugueses, que não tinham acesso as escolas da cidade de Campinas. Eram alunos filhos de lavradores que encontravam

na escola um meio de inserção numa sociedade que buscava a construção de uma identidade nacional, em formação, mas que não valorizava ainda a formação de seus cidadãos.

Foi somente na década 60 que o Estado nacional populista e desenvolvimentista manifestou uma preocupação em levar até os alunos a continuidade dos estudos, através da criação do ginásio noturno para os filhos das classes trabalhadoras, decorrentes das pressões políticas da comunidade e das mudanças introduzidas na sociedade civil pelo Estado pós-golpe militar, no “milagre econômico”, âmbito da Ditadura Militar.

A política de democratização iniciada com a reforma educacional através da Lei 5.692/71 levou à massificação do ensino alterando de 4 para 8 anos a escolaridade obrigatória, sem oferecer uma estrutura adequada para a apreensão do conhecimento permanência dessa clientela aos bancos escolares.

A Escola Dr. Tomás Alves representou, para os alunos que ali passaram uma referência cultural, pois ali eles tiveram suas histórias de vida vinculadas com a da própria instituição, que sempre foi tida como um estabelecimento de ensino de grande representatividade no cenário da cidade.

Nos relatos dos egressos que analisaremos mais adiante, veremos como a escola era vista pela comunidade de Sousas, composta por uma clientela filha de lavradores e operários, em sua maioria, mas que depositava na escola toda a expectativa de um futuro melhor para seus filhos.

2.1 – A Reforma Educacional Pós-64 e o Fracasso Escolar via Massificação do Ensino

O Estado militar reformulou a Educação Brasileira com base em duas leis: a 5540/68 que introduziu a Reforma Universitária e a 5692/71 que profissionalizava todo o ensino médio, impostas sem maiores debates. O governo militar orquestrou uma série de ações que buscavam, em síntese, adequar à política e a organização educacional às determinações econômicas decorrentes da inserção do Brasil ao capitalismo mundial. Assim, o conjunto de medidas tomadas no período levou a privatização do ensino superior e refletiu a intenção

velada de criar um instrumento de controle e de disciplina sobre a sociedade, em especial aos grupos opositores ao regime. Estas medidas visavam garantir os interesses da gestão do capital privado dos grupos hegemônicos, que se constituíram com apoio civil dos empresários e banqueiros ao golpe, especificamente alguns setores da burguesia nacional ligados a grupos estrangeiros.

O golpe militar de 64 colocou a sociedade brasileira sob um rígido controle político e social marcado pela ausência do Estado de Direito, repressão, prisões, centralização do poder e coerção social. A educação escolar vai sofrer profundas transformações, que vão se refletir nos programas e conteúdos curriculares. Algumas disciplinas foram excluídas do currículo por sua abordagem potencialmente contestadora (História, Filosofia e Ciências Sociais). Outras incluídas, como *Educação Moral e Cívica e Organização Social Política do Brasil - OSPB*, de cunho cívico e patriótico, pois era importante reprimir a liberdade de pensamento e manter a “segurança nacional”.

O ensino médio após 64, especialmente nas escolas pagas, criou condições para a reprodução de um capital na indústria do ensino e ao mesmo tempo na criação de uma mão de obra barata. Iniciava-se também uma etapa da economia embasada na indústria e na dependência do capital estrangeiro. A escola seria usada para reproduzir um capital da indústria do ensino.

Segundo Tragtemberg (2004), uma solução para o problema da educação é a retomada das verbas que a USAID ofereceu ao país, depois de 1964, para equipar as forças de segurança, e transferi-las da segurança para a educação, e também a saúde. Pois só assim teríamos educação e saúde como metas prioritárias. E teríamos menos cadáveres reais e menos cadáveres educacionais (p. 172).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação de nº 5.692 pouco mudou o nível qualitativo de ensino. Os professores e professora, proletarizados por salários aviltantes, ministravam ensino nas escolas oficiais a uma clientela pobre: a escola oficial primária e média em nível nacional era a escola do pobre, enquanto a particular a escola do rico. Na realidade, a escola contribuiu para acirrar ainda mais a divisão das classes.

A EE. Dr. Tomás Alves durante no início dos anos 70 passava por um processo de reivindicações da população para melhoria do ensino e construção de um novo prédio escolar, pois o antigo já não oferecia condições de trabalho e estudo.

Articular a educação e a sociedade, que, com a inserção do Brasil no capitalismo mundial no pós-guerra, passaram por novas demandas, grandes reformulações e mudanças educacionais, e analisar a última década do século passado, assim como os primeiros anos deste século, período de instalação da EE. Dr. Tomás Alves, permitirá acompanhar o “sentido” da educação brasileira.

Segundo Hilsdorf (2005), “essa orientação pode ser sintetizada na seguinte frase de um governante da época: *‘O povo vai mal, mas a economia brasileira vai bem’.*” (p. 122). Essa frase foi dita pelo general Emilio Garrastazu Médici, em nossa opinião, o mais autoritário dos ditadores do Estado Militar e, ao mesmo tempo, o mais popular dos generais que governaram o Brasil a partir de 1964. Era o “milagre brasileiro”, em que a economia crescia ao custo da concentração de renda e aumento da inflação, reprimindo-se a oposição e a contendo-se os movimentos sociais e populares.

Segundo Tragtemberg (2004), “a relação entre ideologia, poder e educação pode ser explicada na medida em que a escola é um elemento “disciplinador” da futura mão de obra para as indústrias e para a burocracia do Estado” (p. 194).

A teoria do capital humano propunha uma inserção do Brasil na esfera mundial da educação para o trabalho, através de um economicismo educacional atrelado ao fomento governamental, à iniciativa privada e à gradual precarização do trabalho, construindo uma direção educacional pautada na formação para o trabalho. Neste sentido, a escola serviria ao modelo de produção de uma economia que visava a um aumento da produtividade.

Acordos entre a United States Agency for International Development (USAID) e o Ministério da educação e Cultura (MEC) foram assinados para “garantir” à juventude estudantil brasileira modelos e técnicas pedagógicas convenientes aos “sócios” nacionais e internacionais do capitalismo externo que estavam no poder. Para implementar esse Programa, efetuou-se entre o Brasil e os Estados Unidos uma troca de protocolos, iniciada com o "Acordo Básico de Cooperação Técnica" de 19 de dezembro de 1950 (AC 02) e, pouco depois, o "Acordo sobre Serviços Técnicos Especiais", de 30 de maio de 1953 (PU 04).

Na esfera da educação, vê-se a ocorrência de um fenômeno preocupante: a revitalização da “teoria do capital humano”, já presente entre nós no pós-II Guerra, para responder aos interesses da expansão do capital estrangeiro, americano, para adequar a sociedade brasileira aos patamares das exigências internacionais do capitalismo moderno, da produção internacional.

Os conteúdos desses acordos tiveram, durante algum tempo, um caráter praticamente secreto, bem como era ignorado pela população o fato de professores, diretores e militares receberem treinamento nos Estados Unidos para introduzirem aqui as mudanças pedagógicas que buscavam formar nossos jovens, sobretudo nas escolas públicas, para que se tornassem mão de obra mais adequada às empresas multinacionais. Mais tarde, em 1961, mediante a assinatura do Tratado da Aliança para o Progresso, proposto pelo Governo Kennedy na Conferência de Punta Del Este, a assistência técnica norte-americana adquiriu nova roupagem, caracterizando-se como *Assistência Financeira*, sob a forma de empréstimo e doações.

A USAID surgiu nesse momento (1961), com a finalidade de executar o programa da Aliança para o Progresso. Paralelamente instituiu-se no Brasil a COCAP (Comissão Coordenadora da Aliança para o Progresso), criando-se em 1965 o CONTAP (Conselho Técnico da Aliança para o Progresso), a fim de assegurar os recursos em moeda nacional para a execução do projeto. (FAZENDA, 1988)

Esses acordos via USAID financiaram projetos de vários setores além da Educação, como Saúde Pública, Agricultura, Recursos Naturais e outros. Vários desses acordos se efetivaram ao longo das décadas de 60 e 70.

A reforma do ensino de 1º e 2º graus (LDB nº 5692/71) tornou compulsória a profissionalização do ensino médio e a iniciação para o trabalho no ensino de 1º grau. Com que finalidade? A reforma direcionou suas determinações para a contenção do movimento operário e a demanda por vagas na Universidade Pública e a institucionalização da formação profissionalizante necessária ao incremento da produção ambicionada pela burguesia industrial e ancorada na qualificação mínima dos trabalhadores industriais.

Por fim, destaca-se o imperativo de ampliar o já instituído debate crítico que contraria o processo histórico de ressignificação das teorias educacionais reacionárias

incorporadas durante o regime militar no Brasil. Apresentando como contraponto essencial o conhecimento histórico de sua origem e intuito, sejam a restrição dos movimentos reivindicatórios e a maximização dos interesses do capital nacional associado.

O Distrito de Sousas, com a expansão urbana nos anos 60, especialmente no período pós-64, começa a receber uma população de povos migrantes de várias regiões do país – Minas Gerais, Paraná e Bahia, principalmente, em busca de melhores condições de vida. Esses moradores ocupam espaços antes destinados a fazendas de café, agora transformados em bairros, muitos com pouca ou sem nenhuma infraestrutura urbana. São estes alunos, filhos de boas-frias, que irão compor a clientela da escola, a partir dos anos 60 e principalmente nos anos 70 e 80. No ano de seu cinquentenário (1975), a escola já contava com uma clientela de 1.100 alunos matriculados.

Ainda nesta fase, mesmo sob o medo e repressão do Regime Militar, a população sousense iniciou um movimento de reivindicação em relação às questões educacionais. Apesar do período marcado pelo “pacto do silêncio”⁶, principalmente entre os profissionais da educação e da cultura, a imprensa local noticiou várias manifestações populares em prol de melhorias no ensino do Distrito. No ano de 1966, a imprensa noticiou uma mobilização dos moradores no sentido de criar um ginásio estadual. Foi um movimento liderado pela Associação de Pais e Mestres – APM que pressionava as autoridades educacionais locais (Delegacia de Ensino). O ginásio teve como prédio a antiga estação do Ramal Férreo Sorocabano, desativado com a crise do café.

Nos anos 90, no período da redemocratização, o Distrito de Sousas foi alvo de ocupações de áreas que atualmente se encontram urbanizadas: Parque Imperial, Jardim Conceição e Cristo Rei. Tratava-se de ocupações irregulares em uma área de proteção ambiental e a maioria das moradias existentes nelas era de madeira, improvisada e precária; havia poucas casas de alvenaria de tijolo cerâmico.

⁶ Termo criado pela pesquisadora da PUC-SP Ivani Catarina Arantes Fazenda, em seu livro “Educação no Brasil nos anos 60: o pacto do silêncio”, Edições Loyola, 1988, no qual o Estado, através de legislações e artifícios, “calou as consciências” dos educadores que se indispunham contra o regime militar e contra as Reformas Educacionais e impôs uma hegemonia absoluta do Poder Executivo.

A população destes assentamentos era oriunda do estado da Bahia, mais precisamente dos municípios de Antas e Santo Antônio Jacinto, e constituída de mulheres, crianças e idosos, além de muitos pais desempregados ou em subempregos. Estas crianças que passaram a ocupar os bancos da EE. Dr. Tomás Alves, foram responsabilizadas pelo baixo desempenho que a escola passou a apresentar nos índices estaduais, através do aumento da repetência e abandono, justificando assim fracasso escolar dessas crianças.

Para Perrenoud (2001), o fracasso escolar é uma ideia moderna, que data de meados do século XX. Sempre houve fracassos, porém eram parcialmente ocultos pela importância dos abandonos ou pela ausência total de escolarização. A seleção social precedia a seleção escolar, sendo que, segundo o autor, era normal que o sucesso escolar estivesse vinculado à condição social de origem: era “a ordem das coisas”.

Além da questão social, nas sociedades industriais capitalistas, o racismo foi também muitas vezes usado como forma de justificar as diferenças entre classes, principalmente nos países em que a linha divisória das classes tende a coincidir com a linha divisória das raças.

Segundo Patto (1993), quando os problemas de aprendizagem escolar começaram a tomar corpo, os progressos da psicologia já haviam recomendado a criação de pavilhões especiais para os “duros de cabeça” ou idiotas, facilitando assim a criação de uma nova categoria: as crianças que não acompanhavam seus colegas na aprendizagem escolar passaram a ser designadas como “anormais” escolares e as causas de seu fracasso são procuradas em alguma anormalidade orgânica.

Seguindo ainda a justificativa do fracasso através dos problemas psicológicos, termo da psicopedagogia implantada nos laboratórios de Psicologia, as explicações do rendimento escolar recebem contribuição dos instrumentos de avaliação das aptidões, esse era o grande desafio dos psicólogos na virada do século, sendo o termo aptidão decorrente de uma disposição natural.

Foram muitos os estudiosos que tentaram, através de pesquisas, verificar o que está por trás do rendimento bruto e por que um indivíduo era intelectualmente mais apto que outro. Embora alguns usassem de suas pesquisas para justificar a dominação predominante na sociedade capitalista, outros, sob influência das concepções durkhanianas, criticam a nova

ordem social e denunciavam as injustiças sociais em vigor numa sociedade que se encontrava desregulada e anômica.

Neste contexto da massificação da escola pública, as crianças em idade escolar tinham acesso e direito aos bancos escolares. Posteriormente, pretendemos explicitar como a escola tratou de forma diferenciada os deserdados da fortuna culturalmente existente no seu interior, e para isso as questões relacionadas são: quais as práticas pedagógicas desenvolvidas? Que currículo foi proposto para atender a esta demanda e atender seus objetivos? A escola como *locus* de formação, de homogeneização de conteúdos, acolhe uma população de estudantes que havia sido excluída do processo educacional, integrando-a aos bancos escolares com a missão de aprender e assim ganhar mobilidade na sociedade.

Segundo Balzan (in: Tragtemberg, 2004), essa falência do ensino fundamental está se somando a inoperância completa, uma irrelevância do ensino médio (2º grau). Pois os professores do Ensino Médio não estão trabalhando com os alunos como eles são, mas como gostariam que eles fossem. Acaba sendo reprodutores do sistema social vigente, que é absolutamente injusto. São professores muitas vezes honestos, inteligentes, capazes, mas que estão fazendo o papel de reprodutores dessas relações socioeconômicas que estão aí, responsáveis em grande parte por essa evasão.

Forquim (1993, p. 09) questiona a legitimidade da função cultural da escola nos anos 60. O valor da coisa ensinada, a natureza dos conteúdos ensinados, tudo isso estaria levando a uma crise da educação. Segundo o autor, “esta crise é demonstrada, em particular, pela industriabilidade dos programas e cursos escolares constatados atualmente por toda a parte”. Nesse momento, os currículos e programas constituem o instrumento mais poderoso de intervenção do Estado no ensino, o que significa a interferência do Estado na formação da clientela escolar, no caso brasileiro, para o exercício da cidadania. (ABUD, s.d.)

Para Maria Carmem Barbosa (2007), desde o final da década de 70, o Brasil conseguiu a quase universalização da escolarização das crianças de sete anos de idade. Mesmo assim, ainda se faz necessário construir respostas adequadas para explicar o maciço fracasso da escola, que, apesar de atender a quase totalidade das crianças, ainda não conseguiu oferecer a elas um espaço social onde adquiram conhecimentos culturais, artísticos e científicos além de valores e habilidades, para viver de forma cidadã o século XXI.

Tabela 2 – Rendimento dos Alunos Matriculados nos anos de 1981 a 1983 da EE. Dr. Tomás Alves

Ano	P ¹	R	T	A	PRCD	RRC	PRC	PD	TOTAL
1981	786	356	77	360	153	-	1	67	1800
1982	777	313	99	369	173	-	1	70	1805
1983	760	438	119	372	217	-	-	72	1977

FONTE: Livro de Registro e Controle do Resultado Final do Rendimento Escolar 1981-1983.

P¹ = Promovido sem Recuperação; **PRC** = Promovido com Recuperação; **PD** = Promovido com Dependência; **PRCD** = Promovido com Recuperação e com Dependência; **A** = Abandono; **R** = Retido; **RRC** = Retido com Recuperação; **T** = Transferência

A tabela 2 mostra o grande salto no número de matriculas na EE. Dr. Tomás Alves no início dos anos 80, fruto do processo de democratização do acesso à educação básica. Chamamos a atenção, no entanto, para o número de alunos retidos e do número de abandonos, ou seja, 50% do total dos alunos matriculados.

Como se pode observar, as políticas educacionais de inclusão escolar se pautaram no modelo da sociedade capitalista, visando à formação de uma classe social a serviço do capital, que via a escola não como um modelo para destruição das desigualdades sociais e garantia de ascensão social e sim como mantenedora de uma ordem social vigente.

A grande questão que se coloca é sobre como a escola tratou esses alunos e se realmente estava preparada para absorver essa população. Como bem coloca Forquim, a escola não tinha um currículo adequado para atender essa população.

A seleção se dá na história de vida da pessoa, se você tem capital econômico tem capital cultural; em tese. Em países capitalistas desenvolvidos há uma relação muito direta entre reprovação e repetência e a origem popular ou operária do candidato. A escola não democratiza algo, ela reproduz uma sociedade de classes que a mantém para isso.

Essas crianças e adolescentes matriculados na escola eram provenientes de segmentos das classes trabalhadoras dos grandes centros urbanos, eram os que integravam em maior número o contingente de fracassados na escola. Passando da explicação racial – pois antes os dados apontavam os negros (e pobres) como detentores dos resultados mais baixos nos testes psicológicos – para ser cultural.

Tanto no passado como no presente, uma parte dos alunos encontra na escola uma cultura com a qual está familiarizada, enquanto outros se sentem exilados. Pesquisas

investigativas sobre relações familiares e as práticas educativas de crianças em diferentes segmentos sociais é nítida neste século. Pois todos nós somos herdeiros de uma cultura; no entanto, dependendo do meio cultural no qual estamos inseridos, a familiarização com o mundo escolar se dará também de maneira diferente.

A seleção educacional mascara uma seleção socioeconômica preexistente. Ou pior do que isso procura legitimar, transformar o pobre num fracassado escolar e, por outro lado, expropriar o pobre das condições de saber, porque o pobre já é expropriado pelo seu trabalho nas condições de produção do capitalismo.

Em virtude disso, para alguns alunos, a escola nada lhes diz, nada faz sentido nela, nem objetos, nem atividades. Pesquisas tomadas como indicativas de atraso destes grupos passaram agora a culpar o atraso cultural das famílias que produziram crianças desajustadas e problemáticas, levando ao fracasso escolar.

Sabe-se que os anos 70 e 80 pouco contribuíram para a compreensão e talvez solução dessa crise da educação. Pelo contrário, os anos 70 colocavam uma ordem rigorosa, através de um discurso de deslegitimação, que os anos 80 tentaram restaurar, mas que não atinge seus efeitos. Visto que, no mundo atual, a idéia de cultura tornou-se algo exuberante e inconsistente, no qual a escola acabou perdendo sua função. É incontestável a relação existente entre educação e cultura, pois “se toda educação é sempre de alguém por alguém, ela supõe sempre também, necessariamente, a comunicação, a transmissão, a aquisição de alguma coisa: conteúdo da educação”. (FORQUIN, 1993, p. 11)

Um currículo que se pretende democrático deve visar à valorização do indivíduo e das relações no interior da escola e da sociedade. A vinda da criança para a instituição escolar tem, entre outros, um objetivo claro e preciso: aprender determinados conhecimentos e dominar instrumentos específicos que lhe possibilitem a inserção no mundo do trabalho e na sociedade de consumo, assim como o currículo concebido pelo Estado com a intervenção no ensino não garante a expectativa de mobilidade esperada pelos estudantes e suas respectivas famílias.

A aprendizagem dos saberes e conteúdos desenvolvidos pela escola, sobretudo a utilização destas aquisições não só para o seu desenvolvimento pessoal, como para o coletivo, perpetuam os valores do modelo econômico. A escola é detentora de um

conhecimento (saber) que lhe dá certo poder sobre os outros (alunos). Ou seja, o conhecimento colocado a serviço do homem.

No entanto, segundo Foucault (2000: p. 98),

(...) “temos que admitir que o poder produz saber (e não simplesmente favorecendo-o porque o serve ou aplicando-o porque é útil); que poder e saber estão diretamente implicados; que não há relação de poder sem constituição correlata de um campo de saber, nem saber que não suponha e não constitua ao mesmo tempo relações de poder (...)”.

Resumindo, não é a atividade do sujeito de conhecimento que produziria um saber útil ou arredo ao poder, mas o “poder-saber”, os processos e as lutas que o atravessam e que o constituem, que determinam as formas e os campos possíveis do conhecimento.

Na escola, o saber se configura através dos currículos – conteúdos a serem ensinados nas diferentes disciplinas – e práticas escolares – como esses conteúdos serão desenvolvidos. Através dos programas divulgam-se as concepções científicas de cada disciplina, o estado de desenvolvimento em que as ciências de referência se encontram e, ainda, que direção deve tomar ao se saber escolar. Segundo Chauí (1980)⁷, “a burocracia estatal legisla, regulamenta e controla o trabalho pedagógico”.

O currículo enquanto texto oficial tem sido o veículo ideal para a disseminação do discurso do poder e para a difusão de uma ideologia que responda às necessidades do Estado técnico burocrático. Os textos oficiais são produzidos considerando-se uma escola ideal, como situação de trabalho e como local de recursos humanos. Eles não relativizam a realidade e trabalham com a ausência de rupturas e resistências. As dificuldades e obstáculos presentes no cotidiano das escolas estão ausentes dos textos (Bittencourt, 2002).

Esses currículos e práticas deveriam estar articulados com um discurso envolvendo as questões da diversidade presente no interior da escola, diversidade esta cultural e social, pois a experiência da diversidade faz parte dos processos de socialização, de humanização dos alunos. No entanto, o que entendemos por diversidade? Qual diversidade pretendemos que esteja contemplada no currículo das escolas e nas políticas de currículo?

⁷ Apud Bittencourt, 2002.

“a diversidade é norma da espécie humana: seres humanos são diversos em suas experiências culturais, são únicos em suas personalidades e são também diversos em suas formas de perceber o mundo. Seres humanos apresentam, ainda, diversidade biológica. Algumas dessas diversidades provocam impedimentos de natureza distinta no processo de desenvolvimento das pessoas (as comumente chamadas de “portadores de necessidades especiais”). Como toda forma de diversidade é hoje recebida na escola há a demanda óbvia, por um currículo que atenda a essa universidade.” (LIMA, 2006)

Trabalhar com essas diferenças sociais e culturais na escola não é hoje um apelo romântico do final do século XX e início do século XXI. A UNESCO publicou, em 1998, o Relatório da Comissão Internacional sobre a Educação para o Século XXI, coordenado por Jacques Delors, e as teses desse importante documento foram acolhidas com entusiasmo pela comunidade educacional brasileira, passando assim a integrar os eixos norteadores da política educacional.

O Relatório Delors estabeleceu os quatro pilares da educação contemporânea. São eles: aprender a ser, aprender a fazer, aprender a viver juntos e aprender a conhecer, que constituem aprendizagens indispensáveis que devem ser pesseguidas de forma permanente pela política educacional de todos os países. Foi com o objetivo de aprofundar a visão transdisciplinar da educação que Edgar Morin (2002), a pedido da UNESCO, expôs suas ideias sobre a educação através de um texto que se intitulou “Os Sete Saberes Necessários à Educação do Futuro”.

Para Morin, são saberes fundamentais que a educação do futuro deveria tratar em toda sociedade e em toda cultura, sem exclusividade nem rejeição. São eles:

- 1 – As cegueiras do conhecimento: o erro e a ilusão;*
- 2 – Os princípios do conhecimento pertinente;*
- 3 – Ensinar a condição humana;*
- 4 – Ensinar a identidade terrena;*
- 5 – Enfrentar as incertezas;*
- 6 – Ensinar a compreensão;*

7 – A ética do gênero humano.

Na realidade, a cobrança hoje feita em relação à forma como a escola lida com a diversidade econômica, social, cultural e racial no seu cotidiano, no seu currículo e nas suas práticas faz parte de uma história mais ampla. Tem a ver com as estratégias por meio das quais os grupos humanos considerados diferentes passaram cada vez mais a destacar politicamente as suas singularidades, cobrando que as mesmas sejam tratadas de forma justa e igualitária, desmistificando a ideia de inferioridade que paira sobre algumas diferenças socialmente construídas e legitimadoras da ordem vigente, e exigindo que o elogio à diversidade seja mais do que um discurso sobre a variedade do gênero humano.

É necessário ressaltar que em educação, o conceito de cultura deve transcender as fronteiras entre grupos humanos e os particularismos mentais, advindo de uma memória comum e de um destino comum a toda a humanidade. Segundo escreve Olivier Reboul⁸ (p. 12), “a educação é o conjunto dos processos e dos procedimentos que permitem à criança humana chegar ao estado de cultura, a cultura sendo o que distingue o homem do animal.” E é justamente porque o homem é um “ser coletivo” que a questão da educação está no próprio centro da problemática antropológica.

Hannah Arendt destaca que “os seres humanos nascem em um mundo que preexiste a eles, que não é naturalmente o seu, e no interior do qual se tem a responsabilidade absoluta de introduzi-los e acolhê-los”⁹. Dessa responsabilidade, uma parte é atribuída a escola, no entanto, se esta não cumpre a sua função, ou se nega a enxergar alguns indivíduos que a constituem, faz-se necessário rever os conceitos educativos que ela propõe.

No seu livro “Os Sete Saberes Necessários à Educação do Futuro”, Morin (2002) analisa a ética do gênero humano, concluindo que a ética não poderia ser ensinada por meio de lições de moral, deve formar-se nas mentes com base na consciência de que o humano é, ao mesmo tempo, indivíduo, parte da sociedade e parte da espécie. Sendo assim, indivíduo/sociedade/espécie são não apenas inseparáveis, mas coprodutores um do outro.

⁸ Op. cit. *Le langage de l'éducation*, p. 61 In: FORQUIN, (1993).

⁹ apud Forquin (1993), p. 12

Segundo Certeau (2003, p. 138), atualmente o poder cultural não está mais localizado em uma escola. Ele se infiltra em qualquer teto e qualquer espaço, como as telas de televisão. No passado, a escola era o canal de centralização. Hoje, a informação unitária vem pelo canal múltiplo da televisão, da publicidade, do comércio, dos cartazes etc. E a escola pode formar um núcleo crítico em que os professores e os alunos elaboram uma prática própria essa informação vinda de outros lugares.

Esta ideia é defendida por Anne-Marie Chartier (1995, p. 18), que não vê mais a escola como referência central incontestável. Não é pelo fato dos alunos estarem fisicamente presentes nas salas de aula que a escola aumentou sua influência sobre eles; pode-se dizer o contrário. A crise da escola está associada a uma crise cultural ou ao que até o momento era designado por esse nome.

Segundo Santomé (2001, p. 55), o século XX trouxe como grande feito um aumento progressivo de pessoas que passaram a ter direito à educação, e direito a estudar um maior número de anos. Esses dados podem ser verificados nas sociedades atuais, haja vista a facilidade atual de oferecer educação a toda população. No entanto, as metas de trabalho nas aulas e nas instituições sociais escolares não podem resumir-se a “facilitar apenas a um reduzido número de pessoas ou coletivos sociais a aquisição de conhecimentos e destrezas com as quais possam ter mais vantagens econômicas sobre as outras pessoas”. Essa ideia parte do princípio da meritocracia, que vê os homens não como iguais, e no qual à escola cabe o papel de reguladora do tráfego de ascensão social e decadência na pirâmide social.

Este pensamento está presente nas ideias de Loyd Warner, cientista social norte-americano dos anos 60, que, segundo Maria Helena Patto (1993, p. 40) estruturou a Teoria da Privação Cultural e o Programa de Educação Compensatória, em que as possibilidades reais de ascensão, numa sociedade democrática, são por definição, desiguais. Segundo Warner, é preciso garantir que os mais bem-dotados ocupem os mais altos postos na hierarquia social independentemente da raça, do credo, do nível sócio-econômico e do sexo.

A justiça social deve ser garantida por procedimentos de diagnóstico das capacidades e por uma escola que atenda à diversidade de aptidões. Warner ainda vê a escola como remédio para o restabelecimento da saúde social, no entanto, defende que a escola deva

formar cidadãos conformados com seus lugares na estrutura social, diferentemente do escolanovismo, aceitando a dura realidade dos fatos.

O importante é que a escola de 1º e 2º graus dê à massa que estava fora da escola, e que hoje está estudando, algo positivo em termos culturais, que não fique no simples papel reprodutor de homologação de uma realidade que já existia.

CAPÍTULO 3 – O PROCESSO DE FORMAÇÃO: DE ESCOLAS REUNIDAS A ESCOLA ESTADUAL DR. TOMÁS ALVES

Propusemo-nos conhecer a EE. Dr. Tomás Alves desde sua fundação, analisando as três fases de sua constituição, a fim de percebermos a importância do papel que a escola teve no desenvolvimento do Distrito; no entanto, nosso foco é trabalhar a última fase que se inicia na década de 70 do século XX até 2005, pelos motivos já citados anteriormente. A escola em sua fundação teve uma clientela homogênea que socialmente foi se transformando, conforme as mudanças econômicas e políticas em função das introduzidas pelo Estado, na economia e na sociedade, especialmente no pós-guerra (2ª Guerra Mundial).

Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA (1997), a partir dos anos 40 do século passado, houve a efetiva estruturação de um sistema educacional tendencialmente de massa, pelas transformações da sociedade brasileira contemporânea, ou seja, um processo tardio de modernização educacional no Brasil. Até a metade do século XX, o Brasil era uma nação em que menos de um quinto das crianças e adolescentes podiam ter acesso à escola e quase dois terços da população maior de quinze anos era analfabeta. Sobre essa base desenvolveu-se o sistema educacional brasileiro, chegando a um modelo voltado para o mercado, em busca de superar os desafios demográficos, urbanos e econômicos.

Neste processo, os grupos ou classes sociais que não respondiam às expectativas definidas no planejamento escolar tendiam a ser “culpabilizados” pelo seu fracasso pela não correspondência a normas escolares estabelecidas e assim geravam explicações/justificativas, “discursos competentes” a respeito dessa incompatibilidade: privação ou déficit cultural, psicológico, social, carência alimentar, carências generalizadas, questões de classe etc (Trindade, 2006).

Privilegiando os relatos orais, entre outras fontes, pretendemos entender o universo escolar dos alunos egressos da EE. Dr. Tomas Alves e recolher suas memórias transformando-as em narrativas escritas.

A narrativa está centrada no resgate das práticas escolares desenvolvidas no interior dessa escola, situada no Distrito de Sousas, em Campinas, nas décadas de 70/80 até o

ano de 2005, quando ela passa por grandes transformações em decorrência de mudanças introduzidas na economia e na sociedade nestas décadas. As novas legislações atingiram também a educação, visando atender as demandas por mais vagas para as classes populares, assim como para as camadas médias, além da inserção dos alunos que necessitavam ingressar no mercado de trabalho.

O processo de expansão urbano-industrial de Campinas, nos anos 50, alterou as feições do antigo Arraial de Sousas. A partir dos anos 60/80, a urbanização que atinge os grandes centros atinge também o município de Campinas e o distrito de Sousas. As fazendas de café cedem lugar à pecuária de corte e leiteira e grande parte de suas terras passam a se loteadas, surgindo inúmeros bairros e novos moradores que buscam oportunidades no distrito. Observa-se que quase todos os novos bairros encontram-se localizados em antigas fazendas loteadas, atestando a mudança econômica do distrito, que deixa de ser agropecuário, passando por uma transição para atividades terciárias (comércios e serviços), típicas das áreas urbanas.

Sítios, chácaras e fazendas deram lugar a novos bairros; uns com boa infraestrutura urbana (condomínios de alto padrão: São Conrado, Botânico e Jatibaia, entre outros) e outros nem tanto (como os bairros Jardim Conceição e Parque Imperial). São populações de baixa renda, em sua grande maioria: operários, empregadas domésticas e comerciários, que buscam os terrenos de baixo custo para a construção de suas moradias. Esses últimos constituem bairros desprovidos de infraestrutura, que ocupam encostas dos morros ou vales de ribeirões e que abrigavam e ainda abrigam muitos dos alunos da Escola Dr. Tomás Alves.

3.1 - PRIMEIRA FASE 6/8/1918 a 7/4/1925

O problema crucial da educação popular até metade do século XX era o meio rural, como podemos ver no caso do distrito de Sousas, onde se situava uma população rarefeita e dispersa, apresentando um sério entrave para a expansão da escolarização. Jornais da época já denunciavam a situação precária das escolas rurais de Sousas e Joaquim Egídio, com salas de aula malcuidadas e mal equipadas, instalações que não ofereciam segurança,

cadeiras quebradas, além da falta de giz, papel e lápis, entre alguns dos itens que provocavam indignação geral. Porém, o mais degradante era a falta de professor e aluno.

A população urbana só ultrapassou a rural nos anos de 1970, pois em 1960 a população rural era ainda 69%, vivendo em sua maior parte de uma agricultura baseada em técnicas primitivas que só lhes permitia um padrão de vida precário. Nesse ambiente havia poucos estímulos para a aquisição de conhecimentos, além do fato de que a escola muitas vezes era de acesso difícil ou mesmo ausente¹⁰.

O GESC Dr. Tomás Alves, criado por Decreto de 31 de julho de 1918, sob a denominação de Escolas Reunidas do Arraial dos Sousas, foi instalada em 6 de agosto de 1918, com 145 alunos distribuídos em quatro classes de 1ª a 3ª série, tendo como primeiro diretor Benedito Rosa Miranda e como professores Maria Inês Geiser, Juvenal de Campos, Maria Teodoro de Freitas e Emília Dias Braga, com reunião das seguintes escolas:

- Masculina da Ponte do Atibaia, regida pelo Prof. Juvenal de Campos;
- 1ª Feminina, sob a regência da Profª Maria Teodora de Freitas;
- 2ª Feminina, regida pela Profª Emília Dias Braga;
- 2ª Mista, sob a regência da Profª Maria Ignez Geiser.

Esta escola atingiu, ao final desse ano, a matrícula de 159 alunos (69 masculinos e 90 femininos). Nesta fase, a escola funcionou em prédio adaptado, pertencente à Prefeitura Municipal de Campinas, à Rua 13 de Maio, nº 48. Até 1935, o prédio foi alugado, passando a ser cedido gratuitamente a partir de 9 de março desse ano. A instalação do estabelecimento de ensino no referido prédio durou até 16/2/1973.

¹⁰ Marcílio, 2005, p. 94.



Foto 3 – Fachada Restaurada do Grupo Escolar - 1925

Nesta primeira fase, o desenvolvimento da escola verificou-se conforme a seguinte tabela:

Tabela 3 – Caracterização da Escola em sua 1ª Fase

Ano	Nº de classes	Alunos Matriculados		Total	Média/classe
		Masc.	Fem.		
1918	4	69	90	159	39,75
1919	4	85	96	181	45,25
1920	4	96	102	198	49,50
1921	4	101	87	188	47,00
1922	5	108	98	206	41,20
1923	6	115	109	224	37,33
1924	6	117	112	229	38,16
1925	8	149	143	292	36,50

Fonte: SER, Sousas em Revista, 1978.

Com quase o dobro de alunos, a escola finaliza esta primeira fase e passou a necessitar também de um quadro de pessoal (professores e funcionários) para atenderem essa clientela que aumentava a cada ano, conforme podemos conferir no quadro a seguir, em que observa o número acentuado número de pessoas que migraram para a região de Sousas, em virtude da grande produção de café.

Um dado interessante a ser analisado a partir da tabela acima, é em relação à média de alunos por sala e um equilíbrio entre a população escolar feminina e masculina. Atualmente discute-se o número de alunos por sala em relação processo de ensino-

aprendizagem, mas já naquele período a média por sala era alta, e existiam nos distritos – Sousas e Joaquim Egídio, mais 15 escolas rurais.

Em relação ao quadro pessoal de trabalho, esta não contava com um aparato administrativo que dá suporte as escolas atuais. O diretor dispunha apenas de um servente para administrar e colaborar no serviço burocrático. Atualmente as escolas contam com agentes escolares, secretários além de inspetores de alunos e merendeiras. O diretor e toda equipe escolar, se deslocavam de Campinas para a Escola, pois ainda o distrito não dispunha de professores que residiam ali. No entanto, esse quadro já 3ª fase da escola passa por profundas transformações, com professores oriundos do próprio Distrito, alguns deles filhos de imigrantes, que foram ex-alunos da escola em sua 2ª fase.

Quadro 1 - Quadro do Pessoal das Escolas Reunidas do Arraial de Sousas

Nº	NOME	CARGO	Início exercício no estabelecimento
1	Benedito Rosa de Miranda	Diretor	05-08-1918
2	Juvenal de Campos	Professor	05-08-1918
3	Maria Teodora de Freitas	Professora	05-08-1918
4	Emília Dias Braga	Professora	05-08-1918
5	Maria Inez Geiser	Professora	05-08-1918
6	José Correa da Silva	Servente	06-08-1918
7	Alcides Nascimento	Diretor	01-06-1921
8	José Bonifácio Ferreira	Professor	09-06-1921
9	Nair Soares Rodrigues	Professora	27-02-1922
10	Olga Gurgel Aranha	Professora	18-05-1922
11	Ana Zélia Ferreira	Professora	01-06-1922
12	Jandira Azevedo Marques	Professora	03-02-1925

Fonte: SER, Sousas em Revista, 1978.

3.2 – SEGUNDA FASE - FORMAÇÃO DO GRUPO ESCOLAR – 04/04/1925 a 29/11/1976

Em 02 de abril de 1925, as Escolas Reunidas foram convertidas em Grupo Escolar, com início das atividades em 08 de abril de 1925, sob a direção de Alcides Nascimento. Inicia-se a 2ª fase de funcionamento da escola, no período de 04/04/1925 a 29/11/1976, a de Grupo Escolar, que teve as seguintes denominações: Grupo Escolar do Arraial de Sousas (1925 a 1932), Grupo Escolar de Sousas (1938 a 1947) e Grupo Escolar Dr. Tomás Alves (1947 a 1976), possuindo 292 alunos distribuídos em oito classes.

Nesta fase, a escola passou pelas seguintes denominações:

- Grupo Escolar do Arraial de Sousas: de 8/4/1925 a 29/11/1932;
- Grupo Escolar de Sousas: de 30/11/1938 a 14/01/1947;
- Grupo Escolar “Dr. Tomás Alves” de 15/1/1947 a 27/1/1976.¹¹

Para auxiliar no funcionamento e melhorar a qualidade do ensino ofertado pela escola, tinha-se:

- a) Biblioteca para professores e alunos, criada em 12 de setembro de 1925;
- b) Caixa escolar, criada em 01 de fevereiro de 1930 pelo diretor Francisco Álvares e tendo como primeira diretoria: Presidente - Lourdes Rivara Andrade; vice-presidente – Guiomar Sampaio; Tesoureiro – Flávia Vieira; 1º Secretário – Jandira Azevedo Marques; 2º Secretário – Francisco P. Camargo.
- c) Associação de Pais e Mestres, fundada em 1931. Sua primeira diretoria foi composta por Carlos Giometti, Dr. J. Aymbiré Siqueira, Frederico Conte, Salim José e os professores Flávia Vieira, Maria Inez Geiser e Guiomar P. Peixoto.
- d) Equipe de Ginástica, sob a orientação de Jandira Azevedo Marques.
- e) Cinema educativo;

¹¹ A atual denominação é uma homenagem ao grande médico Dr. Tomás Alves, através do decreto nº 16.720 de 15 de janeiro de 1947, assinada pelo Interventor Federal no Estado de São Paulo, José Carlos Macedo Soares.

f) Cooperativa Escolar, fundada em 13 de maio de 1965.

Alguns órgãos hoje tão comuns nas escolas, não eram assim no período de funcionamento dos Grupos Escolares. É o caso do serviço de merenda escolar, hoje terceirizado pelas prefeituras. No Grupo Escolar Tomás Alves, a instalação da Sopa Escolar foi uma conquista e iniciativa da Associação de Pais e Mestres, instalada em 12 de outubro de 1964 e inaugurada em 21 de outubro do mesmo ano. Para oferecer uma merenda aos alunos, contava com as seguintes contribuições:

- a) Diária: Fazenda São João com fornecimento de 8 a 10 litros de leite;
- b) Semanal: Fazenda Santa Margarida, em espécie (batatas, etc.);
- c) Mensal: Merck Sharp & Dohme, em dinheiro (R\$ 100,00);
- d) Comércio e particulares: em espécie (variáveis).

O prédio pertencia a Prefeitura Municipal de Campinas, que o adquiriu do Sr. Jacinto Medeiros e o adaptou para o funcionamento do grupo¹². A escola também contava com um bem montado gabinete nas dependências do grupo, sob a direção do Dr. Vivaldo Marciano.

3.2.1 – Ginásio Estadual “Dr. Manuel Alexandre Marcondes Machado”

A criação do ginásio de Sousas foi objeto de luta dos moradores, pois os alunos que concluíam o grupo escolar não tinham acesso ao Ginásio, pois o distrito não possuía opção e somente na cidade de Campinas, a 12 quilômetros do Distrito haveria uma opção de continuar esses estudos.

Em matéria publicada no Diário do Povo no dia 10 de fevereiro de 1966, sob o título: “Sousas: Curso Ginasial vai funcionar”, os moradores do Distrito vinham se movimentando no sentido de criar naquele distrito um ginásio estadual, em virtude de seu crescimento vertiginoso, tendo formulado vários apelos nesse sentido ao Secretário da Educação. O deputado Jamil Gadia também apresentou um projeto de lei, já provado pela

¹² A área total do prédio era de 942,42 m², sendo 236,41 m² de área construída; 270,71 m² de área coberta e 435,30 m² de área descoberta.

Assembléia Legislativa em primeira discussão, obrigando uma tomada de decisão por parte dos responsáveis pelo destino daquele próspero distrito.

No mesmo ano, foi autorizado pela 9ª Inspetoria Regional de Ensino de Campinas, com homologação do Secretário de Educação, o funcionamento de uma primeira série ginasial em Sousas, como extensão do “Ginásio Estaudal Anibal de Freitas” de Campinas, respondendo pela Diretoria o Prof. Francisco Oliver Oliveira, diretor do referido estabelecimento. A aula inaugural deu-se em 21 de março desse ano, com 39 alunos matriculados, conforme foto a seguir.



Foto 4 – Antiga estação do Ramal Férreo Campineiro adaptada para instalar o Ginásio Estadual “Dr. Manuel Alexandre M. Machado”, inaugurado em 21 de março de 1966, como extensão do Ginásio Estadual Aníbal de Freitas

A criação do ginásio se deu através da Lei 655, de 18 de janeiro de 1967, que dispôs sobre a criação de um Ginásio Estadual de Distrito de Sousas. Essa lei entrou em vigor no dia 19 de janeiro de 1967, mas só em 1º de março de 1968 é que o ginásio se desligou do Ginásio “Aníbal de Freitas”, tornando-se independente com a denominação: “Ginásio Estadual Dr. Manuel Alexandre Marcondes Machado”.

Instalado provisoriamente, em prédio da antiga Estrada de Ferro Sorocabana, reformado e adaptado para o seu funcionamento até a construção do prédio próprio, teve os seguintes diretores designados na sequência: Professor José Cardoso, Professora Ruth Tomé

Teixeira Pinto e por fim a Professora Cecília Regina de Moura e Lima. Apesar da precariedade de suas instalações, o Ginásio funcionava em três períodos: manhã, à tarde e à noite.

Em dezembro de 1969 foram realizadas as festividades de formatura da primeira turma do estabelecimento, que funcionou por mais três anos até ser transferido de prédio. Essa conquista foi noticiada pelos jornais da cidade de Campinas, como sendo uma vitória da comunidade de Sousas. Em matéria intitulada “Curso Ginásial em Sousas é para Março”, o jornal parabenizou toda a população pelo sucesso alcançado.

Essa segunda fase da escola foi marcada por um intenso movimento da comunidade sousense em busca de um novo prédio para o Grupo Escolar Dr. Tomas Alves, que funcionava no antigo prédio da Rua 13 de maio e já não oferecia condições de abrigar os alunos. Em matéria intitulada “funcionamento do G. E. Thomaz Alves”, publicada em 29 de maio de 1967 pelo Jornal Correio Popular, a comunidade sousense reivindica a construção de um novo prédio:

“(…) Toda a população de Sousas está colaborando na campanha pró-construção do novo prédio para o nosso grupo, uma promoção justa, que merece apoio imediato do Governo Estadual, bem como das demais autoridades do ensino.

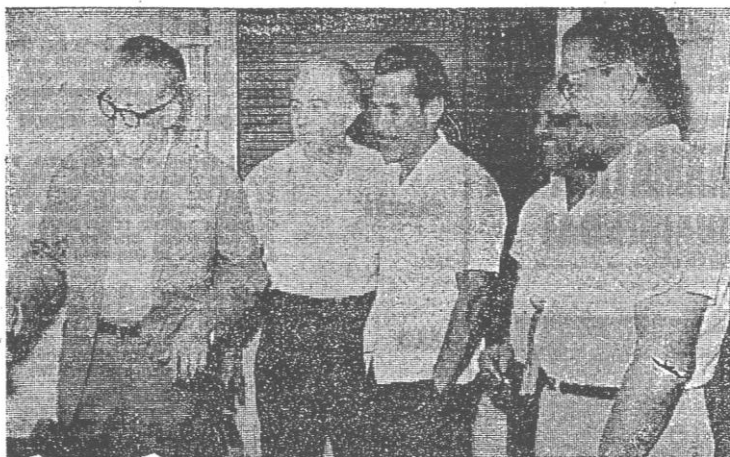
Sousas é merecedora de um prédio novo, para o funcionamento do Grupo. Essa campanha irá por certo contar também com a colaboração dos nossos Deputados locais, que há vários anos, lutam trabalhando com entusiasmo, para a concretização de um melhoramento de real importância ao mais importante distrito de Campinas, que é Sousas. (...)”



Após a instalação do Ginásio, eis que a população se mobiliza novamente, em detrimento de uma cerca de arame que foi instalada no meio do pátio, separando a escola do Sanatório Dr. Candido Ferreira, justificada pelas autoridades para preservar a integridade dos alunos. Essa mobilização ocorreu pelo fato das famílias dos alunos não admitirem que seus filhos mantivessem contato com os pacientes atendidos no sanatório, como demonstra uma reportagem do Jornal Correio Popular: “Cerca em Sousas: representantes esclarecem quem foi que invadiu”, publicada em 23 de março de 1966, que revela a importância que autoridades demonstravam no processo educacional de nossas crianças, destinando a elas um espaço sublocado. Em discurso, o então delegado de ensino afirmou que a instalação do ginásio foi feita através de uma reforma de consideráveis proporções e que satisfazia as exigências da Secretaria do Estado da Educação.

Correio Popular de
23-3-966

23-3-66
**Uma cerca de arame no pátio
de escola movimentou Souzas**



Os srs. Arsênio de Mattos, Armando José Bertassolli, Berros Andery, Irineu Arnez e Helcio Torres, quando relatavam os fatos ocorridos em Souzas a partir da tarde de ontem.

Uma cerca de arame, dividindo ao meio o pátio do recém-inaugurado ginásio estadual de Souzas, movimentou ontem à tarde o distrito, com grupos decididos a arrancá-la enquanto outros aconselhavam prudência e queixa às autoridades policiais, o que poderá ser feito na manhã de hoje. O fato foi comunicado ontem à noite por representantes da localidade, srs. Arsênio de Mattos (sub-prefeito), vereador Armando José Bertassolli, e diretores da Associação de Pais e Mestres do Grupo Escolar Dr. Thomas Alves, Berros Andery (presidente), Irineu Arnez e Helcio Torres, que fizeram considerações sobre a indignação dos moradores de Souzas, interpretando o fato como tentativa de dificultar o funcionamento do curso secundário recém inaugurado.

CERCA NO PÁTIO

Os representantes de Souzas relataram o fato da seguinte maneira: durante as aulas de ontem à tarde, elementos da direção e internos em hospital vizinho ao prédio onde funciona o curso ginásial (os antigos armazéns do ramal férreo, cedidos pela Sorocabana), separaram o pátio da escola com uma cerca de arame farpado. Tal pátio ocupa o terreno anteriormente destinado ao leito da ferrovia e, com a divisão de arame e mourões, metade ficou junto à escola e outra foi absorvida pelos ter-

Enquanto populares se movimentavam no sentido de retirar a cerca e eram contidos por elementos representativos do distrito, o sub-prefeito de Souzas procurou esclarecimentos com encarregado do hospital, que alegou autorização recebida da direção da Estrada de Ferro Sorocabana. Ainda segundo o grupo de moradores em suas declarações, o sr. Arsênio de Mattos procurou o engenheiro Oswaldo Marques, superintendente da II Divisão da EFS, sediada em Campinas, que negou a alegada autorização para que o terreno do antigo leito do ramal férreo, ora transformado em pátio do ginásio, fosse dividido por cerca, prometendo estar hoje pela manhã em Souzas para tomar conhecimento da situação e solucionar a questão.

RAZÕES DOS RECLAMANTES

Além de relatar a sua versão dos fatos, os reclamantes assinalaram que a sua principal intenção é preservar o funcionamento do curso ginásial em Souzas, que agora foi instalado mas que faz parte de campanha desenvolvida há diversos anos junto ao governo do Estado; que, além desse funcionamento, visam ainda à obtenção das melhores condições possíveis no que diz respeito a instalações para o novo estabelecimento, tendo em vista o rendimento pedagógico do curso; e que hoje pela manhã, em companhia do engenheiro da Sorocabana, estão dispostos a solicitar o concurso das autoridades policiais para a retirada da cerca que tanta celeuma vem causando entre a população do distrito.

O antigo arraial elevado à categoria de Distrito de Sousas implementou muitas melhorias sociais, econômicas e culturais, e em relação à educação, foi um momento de intensas mudanças, que foram sentidas já nos Governos de Getúlio Vargas, nos 15 anos que este esteve no poder. No período do Estado Novo, consolidou-se um modelo racial e político em que negros, mulatos, judeus e japoneses eram considerados perigosos, do mesmo modo que anarquistas, comunistas, malandros e baderneiros. Essa política discriminatória semeou-se a propaganda da superioridade branca, apresentado como tipo ideal de homem trabalhador. (POMAR, 199, p. 38)

De 1949 e 1961, foram treze anos para aprovar a Lei 4.024/61. Antes de 1930, ano de criação do Ministério da Educação e Saúde, muitos estados da federação brasileira tinham feito reformas educacionais: Lourenço Filho (Ceará, 1928), Anísio Teixeira (Bahia, 1925). Francisco Campos, ao assumir o Ministério da Educação e Saúde, no governo provisório de Getúlio Vargas, realizou a reforma que levou o seu nome. No Estado Novo (1937), o Ministro Gustavo Capanema promoveu outras reformas de ensino através de diversos decretos-leis, denominados Leis Orgânicas de Ensino.

O Brasil adotava um modelo nacional-desenvolvimentista, em que a industrialização representava o objetivo principal do governo, exigindo um saber dos operários qualificados. Para suprir tal necessidade, foram criados, a partir de 1942, os serviços nacionais de aprendizagem, no âmbito do Ministério do Trabalho. O primeiro foi o SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, voltado para a preparação de mão-de-obra para a indústria. Simultaneamente, o ensino exclusivamente profissionalizante foi reestruturado como alternativa ao ensino secundário em 1972, com a Lei nº 5692/71.

A Constituição de 1934 foi a primeira a declarar ser de competência da União “fixar um Plano Nacional de Educação, compreensivo do ensino de todos os graus e ramos, comuns e especializados, e coordenar e fiscalizar a sua execução”. No ano de 1948, Clemente Mariani apresentou o anteprojeto da Lei de Diretrizes e Bases (LDB), que foi debatido exaustivamente por longos anos, dando origem à Lei 4.024, promulgada em 1961.

A escola brasileira, por sua vez, se generaliza no processo básico: ensinar a ler e escrever, sem se preocupar com a origem e cultura dos alunos que a frequentavam. Os conteúdos que se ensinava para essa clientela que já estava matriculada correspondiam à

formação geral clássica e humanista, baseada na disciplina e ordem, reproduzindo assim a discriminação e a política racial implantada no país.

Das legislações vigentes neste período, a LDB (4.024/61) favorece a adequação de um modelo educacional a um propósito desenvolvimentista. De 1961 a 1964, a situação educacional no Brasil retrata a centralização do poder pela criação do Conselho Federal de Educação, que garantia soberania do sistema, ao adotar medidas de integração nacional e centralizar as decisões de nível mundial. O objetivo era criar um aluno produtor, consumidor e portador de mão de obra qualificada para a indústria.

Os anos 50 não trouxeram grandes modificações no setor educacional. O Brasil não tinha um projeto educacional que garantisse acesso e qualidade a todos e o estado via a escola como meio de preparação de uma massa desqualificada, para saber ler, escrever e para atender a expansão do mercado de trabalho. Não existia uma política direta de inclusão escolar e nem um modelo que garantisse a completa inserção das camadas populares no processo de construção da sociedade brasileira.

No período pós-64, a instituição escolar se calou diante das perversidades cometidas pelo governo e pelo Estado autoritário. As escolas não possuíam autonomia para elaboração de um currículo, pois estes eram elaborados por agentes do governo com interesses próprios no sistema e como instrumento poderoso de intervenção social.

Os currículos são responsáveis, em grande parte, pela formação e pelo conceito de História de todos os cidadãos alfabetizados, estabelecendo em cooperação e adesão aos meios de comunicação, programas de rádio obrigatórios, como “A Hora do Brasil”, criada no governo de Vargas através de um discurso histórico dominante, que formaria a consciência e a memória coletiva da sociedade. Portanto, a escola, enquanto instituição que deveria ser o *locus* de um processo contínuo na formação e transformação da realidade, de nossa maneira de atuar e agir, na construção de uma identidade, deixou de cumprir sua função socializadora crítica.

Segundo Petitát (1994, p. 198), “a escola é uma criação de indivíduos que vivem em sociedade, mas esta criação não é mais do que uma resposta a certas necessidades, a certas condições que favorecem esta invenção”. Apesar do autor se referir a uma instituição

situada dentro do continente europeu, a instituição escolar no Brasil teve suas bases fundadas no movimento francês, no positivismo, cientificismo, humanismo e no catolicismo.

Conforme o pensamento de Petitát, podemos verificar que o interesse do governo em relação a políticas educacionais se reduzia à preparação de uma mão-de-obra especializada, para atender aos interesses de uma burguesia nascente, que se perpetuaria no poder e não promoveria a mobilidade e acesso à todos aos meios educacionais.

Com o fim da II Guerra Mundial (1945), instaura-se um longo período de transição econômica, política e social. A Constituição de 1946 fixa a necessidade da elaboração de novas leis de diretrizes e bases, em que há uma luta em torno da campanha pela “escola pública”, pois a nova reorganização da economia brasileira no cenário internacional obriga a uma reformulação das escolas, levando a legislação educacional a passar por algumas indefinições.

Nesse cenário, em 20 de dezembro de 1961 é aprovada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) Lei nº 4.024/61, que em seus artigos procurava atender algumas ambições das classes subalternas; estendeu a rede escolar gratuita (primário e secundário); possibilitou a equivalência de cursos de nível médio (inclusive o técnico) e a transferência do aluno de um ramo para outro, mediante prova de adaptação.

O primeiro Plano Nacional de Educação surgiu em 1962, elaborado já na vigência da Lei 4.024/61 (20 de dezembro de 1961). Era um conjunto de metas quantitativas e qualitativas a serem alcançadas em oito anos. A Lei 4024/61, em seu artigo 104, estabelecia:

"Será permitida a organização de cursos ou escolas experimentais, com currículos, métodos e períodos escolares próprios, dependendo o seu funcionamento para fins de validade legal da autorização do Conselho Estadual de Educação, quando se tratar de cursos primários e médios, e do Conselho Federal de Educação, quando se tratar de cursos superiores ou de estabelecimentos de ensino primário e médio sob a jurisdição do governo federal".

Com a aprovação da Lei nº 4024, quebrou-se a rígida organização do ensino secundário brasileiro e, dessa forma, o movimento das classes experimentais ou de escolas experimentais perdeu o caráter de novidade radical que tivera no seu início. Com a vigência da LDB, esse quadro geral foi profundamente alterado. Instituiu-se a flexibilidade curricular e a

liberdade de métodos e de procedimentos de avaliação. O que, até então, só era admitido a título experimental, transformou-se em norma geral. A partir daí nada mais impedia que escolas de grau médio se organizassem com autonomia para o desenvolvimento de um padrão de ensino renovado e flexível. A única limitação seria a própria capacidade de diretores e professores se valerem dessa ampla liberdade.

Para alguns estudiosos, essa LDB apresentou uma inovação, no sentido de reduzir ao máximo o controle da sociedade política sobre a escola, restituindo-a, como instituição privada, à sociedade civil. Essa inovação fica evidente, nos seguintes tópicos:

- a) *Direito e dever dos pais de educar seus filhos;*
- b) *Educação seja predominantemente ministrada em instituições particulares e somente de forma complementar pelo Estado*¹³.

A omissão da gratuidade do ensino na Lei 4024/61, assim como a dissolução da dualidade entre o ensino propedêutico e profissionalizante não permitem o acesso ao ensino superior pelas camadas populares. A situação educacional nos coloca à frente de um período de desenvolvimento econômico com a prevalência de hábitos de consumo das classes alta e média, portanto, uma modernização transformada em mecanismo de dominação, ao invés do desenvolvimento autônomo.

Entre 1964 e 1968, foram assinados 12 acordos entre o Ministério da Educação e Cultura e a agência norte-americana *Agency for International Development* (USAID). Os acordos sócio-educativos MEC-USAID reorganizaram a educação brasileira desrespeitando a nossa realidade e seu conteúdo desses acordos teve, durante algum tempo, caráter praticamente secreto, bem como era ignorado pela população o fato de brasileiros irem receber treinamento nos Estados Unidos para introduzirem aqui mudanças pedagógicas que visavam formar nossos jovens, sobretudo das escolas públicas, para que se tornassem mão de obra mais adequada às empresas multinacionais. O Plano Decenal de Educação da Aliança para o Progresso propunha acordos no aperfeiçoamento do ensino primário, com expansão quantitativa dos sistemas escolares e com o aumento da produtividade.

¹³ Este projeto defendia que o Estado financiasse a rede particular, mas não a fiscalizasse.



Foto 5 – Inauguração da Indústria Farmacêutica Merck Sharp Dhome, em 1958

Como mostra a foto , a indústria farmacêutica norte-americana Merck Sharp Dhome se instalou no distrito de Sousas, atraindo mão de obra para fabricação de seus produtos. A inauguração ocorreu com a presença de autoridades brasileiras e norte-americanas da época e com a parceria escola-empresa, vinte meninos e meninas da faixa etária de 11 a 14 anos começaram a receber, nas dependências da EE. Dr. Tomás Alves, orientação e assistência da professora Vera Lúcia Alves Lopes para formação de mão de obra qualificada para a indústria e comércio. Após esse estágio, estavam aptos para inúmeros serviços no comércio e na indústria.

Até a década de 60 em todas as legislações anteriores, principalmente as Lei de Diretrizes e Bases (1961) não se mencionava a questão dos currículos, assim como a instituição deveria construir o planejamento dentro de sua realidade escolar e levando-se em consideração as características da comunidade na qual ela estava inserida.

Muitos alunos abandonavam a escola, pois se sentiam desmotivados, por um currículo que não contemplava sua realidade. Esse abandono era considerado fracasso escolar, pois, segundo a Teoria do Déficit de Aprendizagem, eram alunos que não apresentavam requisitos mínimos para a aprendizagem, devido a sua condição de pobreza e muitas vezes a sua origem sociocultural. Vários cientistas sociais defendiam a ideia de que os negros eram

incapazes de aprender. Eugenismo, determinismo racial e darwinismo social foram teorias implementadas para afirmar a inferioridade do elemento negro.

Segundo Candau (2002), a Teoria do Déficit Linguístico

“entendia que os alunos das camadas populares trariam para a escola uma linguagem e um background cultural deficientes, inadequados ao pensamento lógico e à apropriação do que seria o patrimônio cultural da humanidade, explicando assim o quadro frequente de fracasso desses estudantes.” (p. 06)

Para a autora, onde essas teorias percebiam o déficit, o que existia de fato era uma diferença cultural, uma não aceitação do outro. Este tema também é discutido e analisado por Bordieu (1975) denominando o de *capital cultural*, cujo estudo analisa a relação pedagógica como fator de rendimento escolar, levando-se em consideração a origem social do aluno. Seguindo o raciocínio de Forquin (1993), que parte da premissa que “não há ensino possível sem reconhecimento, por parte daqueles a quem o ensino é dirigido, de certa legitimidade da coisa ensinada”, e se queremos uma escola para todos, que valoriza a origem social e cultural do aluno, temos de levar em consideração o multiculturalismo, em que os silêncios, as marginalizações e o desconhecimento são substituídos pelos diversos contributos.

No ano de 1967, os pais e moradores de Sousas organizaram uma manifestação pública exigindo a transferência das instalações do ginásio para outro local, visto que o antigo prédio, construído em 1885 para abrigar a escola primária, não oferecia condições de funcionamento. De acordo com depoimento dos pais para o jornal “Correio Popular” em 29 de abril de 1967, o prédio encontrava em ruínas. Pais picharam a fachada do prédio e lacraram as portas do grupo escolar, com os seguintes dizeres: “fechado pelo povo de Sousas”, tendo as aulas e todo o mobiliário transferido para outros locais cedidos por autoridades religiosas e particulares, como a capela de São Sebastião, o Templo Evangélico e o Clube Recreativo de Sousas, que foram cedidas gratuitamente.

No início de 1970, o velho casarão da Rua 13 de maio onde funcionava o antigo GESC “Dr. Tomás Alves” foi totalmente invadido pelas águas do rio Atibaia e do ribeirão das Cabras. O prédio possuía cinco salas de aulas para abrigar uma população escolar de 925 alunos, distribuídos em 27 classes funcionando em três períodos, com doze classes

instaladas fora do prédio em condições também precárias, em salas cedidas de favor por entidades assistenciais e religiosas em locais distantes, expondo alunos e professores a longas caminhadas ao sol e à chuva. Em 1971, o número de alunos matriculados ultrapassava 1.000 alunos. (p. 72)

Mais uma vez as autoridades de ensino viram o ato como precipitação da população, fazendo uma diligência local pela Inspetoria de Ensino de Campinas. No entanto, no ano de 1972, o Jornal “Correio Popular” [sábado, 15 de julho de 1972] (ver anexo) publicava em suas páginas a seguinte manchete: “Sousas está ganhando moderno prédio escolar – Sousas ganhará grupo escolar experimental”. A manchete anunciava que o novo prédio teria 23 salas de aulas (classe), com capacidade para atender 2.100 alunos. Além disso, segundo a matéria, o prédio seria dotado de uma moderna praça de esportes, laboratórios e salas especiais.

A proposta de criação de escolas experimentais remonta ao ano de 1953, por efeito do Decreto 34.638/3, o qual instituiu a CADES (Campanha de Aperfeiçoamento e Desenvolvimento do Ensino Secundário). A instituição desta campanha consistiu numa tentativa por parte do Ministério da Educação e Cultura (MEC), mais especificamente da Diretoria de Ensino Secundário (DES), no sentido de procurar tornar mais eficiente e mais abrangente este nível de ensino.

No entanto, o esforço da Diretoria de Ensino Secundário – DES no sentido de subsidiar o desenvolvimento de metodologias de ensino de caráter experimental em escolas secundárias ocorreu em sua grande maioria em escolas pertencentes à iniciativa privada, pois para as autoridades públicas, as escolas públicas tinham um caráter de formação para mercado de trabalho. O apoio da Diretoria de Ensino Secundário - DES ao desenvolvimento do ensino secundário se deu principalmente a partir da criação, pela Lei nº 2324/54, de um Fundo Nacional de Desenvolvimento do Ensino Médio, o qual tinha por objetivo financiar as referidas escolas privadas que se dedicassem a manter e criar classes secundárias de caráter experimental.

Em fevereiro de 1973, o estabelecimento foi transferido para o prédio novo¹⁴, mas a ideia da Escola Experimental não saiu do papel, junto ao GESC “Dr. Tomás Alves”, graças a grande mobilização da população. Segundo o Jornal Diário do Povo, o movimento dos pais era antigo, pois “havia vinte anos que Sousas reclamava pela construção de um novo prédio, não obtendo nenhuma resposta ou atenção das autoridades educacionais”. Segundo o jornal, “somente após os moradores deliberarem uma medida revolucionária”, após esquecimento dos poderes públicos, é que o Estado decidiu tomar providências.



Foto 6 – Vista área da escola - Enchente de 1970 (Revista Ser, 1978)

¹⁴ A APM da GESC “Dr. Tomás Alves” organiza uma comissão e reivindica um novo prédio, que é atendida pelo Decreto de 27 de julho de 1970, autorizando a Fazenda do Estado de São Paulo, a receber, por doação, da prefeitura Municipal de Campinas, uma área de terreno de forma irregular, com 6.000 metros quadrados, situado no Distrito de Sousas, para a construção do GESC “Dr. Tomás Alves”.



Foto 7 – Professoras chegando a escola de barco e pátio da escola alagado (Revista Ser, 1978)

Em fevereiro de 1973 instalam-se nas dependências do novo prédio duas escolas: o GESC “Dr. Tomás Alves e o GE “Dr. Manoel Alexandre Marcondes Machado”. Com as novas instalações, possibilitou-se a criação de mais classes e um aprimoramento de sistemas de ensino, com o emprego de novos recursos pedagógicos como jogos pedagógicos – material dourado para o ensino de Matemática e mapas e atlas para Geografia, entre outros. Uma curiosidade que se pode observar em relação ao quadro de pessoal nesta nova fase da escola é que o corpo docente, antes constituído por sobrenomes “brasileiros”, agora tem em seu quadro sobrenomes italianos e portugueses, mostrando que os imigrantes buscaram qualificação para seus descendentes que vieram a se tornar professores na escola.

No início de 1974, foi autorizado o funcionamento de uma classe de 1ª série do 2º grau e houve desdobramentos de períodos de funcionamento, atendendo assim toda a clientela escolar do Distrito de Sousas e adjacências, como a Vila Brandina, em Campinas.

Quadro 2 – Pessoal administrativo e técnico administrativo de 1975

CARGO	NOME
Diretor	Antônio Bombachi
Auxiliar	Yolanda Pelegrini
Auxiliar	Aparecida de Lourdes T. Palermo
Cirurgião Dentista	Dr. Vivaldo Norberto Nascimento
Cirurgião Dentista	Dr. Luiz Antônio Fanelli Silva
Cirurgião Dentista	Dr. Jutahy de Oliveira
Servente	Adélia Bertholucci
Servente	Ana Maria de Jesus Freitas
Servente	Thereza Bernardo

Fonte: SER – Sousas em Revista, 1978.

Quadro 3 – Pessoal Docente – 1º Período

PROFESSOR(A)	SÉRIE
Edna Silveira Rivera Ferreira	1ª série A
Sebastiana Valilo de Souza	1ª série B
Maria da Glória Salgado Marri	2ª série A
Therezinha Bufarah Bissoto	2ª série B
Edna Rosa Gardini do Amaral	3ª série A
Dilma Galetti Valença Barel	3ª série B
Ivani Gonçalves Pinto	3ª série C
José Ignácio Junior	4ª série A
Valter Beig	4ª série B
Vera Lúcia Gatti	4ª série C

2º Período

PROFESSOR(A)	SÉRIE
Joana Aparecida de Almeida Pierossi	1ª série C
Rita Terezinha de Carvalho Telles	1ª série D
Alice de Lourdes Brino Guerra	1ª série E
Antônio Carlos de Araújo Ordine	1ª série C
Araci Mendes Tavares	1ª série G
Marina de Almeida Cabral Camargo	2ª série D
Benedicta Carmem de Almeida	2ª série E
Neide Pires de Camargo Magalhães	3ª série E
Wilma Silva Hambruck	3ª série F
Giannina Cheribini Haddad	4ª série D
Maria Eugenia Alvim	Especial A
Maria Célia Colnaghi Simionato	Especial B
Bernadete Antunes de Lima	Infantil A
Maria A. Luiza G. G. de La Fontezza	Infantil B

PROFESSORES ESTAGIÁRIOS

Maria Auxiliado Von Zuben	(2ª F)
Mineres Maria Valente de Paula	(1ª B)
Rosalina Soffioti	(1ª E)
Jane Maria Lara	(3ª C)
Eimar Beltramelli	(3ª D)
Cecília Ferraresso	(1ª G)
Helena Beatriz Baleotti	(Infantil B)
Neusa Maria Zanatta	(2ª C)
Ana Lúcia Monteiro Martini	
Denise Lancelotti	(4ª B)
Sônia Galetti Valença	
Vera Lúcia Cangiani	
Valderês Tavares Silveira	

QUADRO 4 - PROFISSIONAIS DA ESCOLA NA 2ª FASE

ANO	CARGOS					
	Diretor	Professor(a)	Professor(a) Subst.	Professor(a) Comis.	Servente efetivo	Servente Contratado
1925	01	09	0	0	0	02
1926	0	01	0	0	0	0
1927	01	0	0	0	0	0
1928	0	01	0	0	0	0
1929	0	01	0	0	0	0
1930	0	01	0	0	0	0
1931	0	01	01	0	0	0
1933	0	0	01	0	0	0
1934	01	01	01	0	0	0
1937	0	0	01	01	0	0
1938	01	0	0	0	02	0
1940	0	01	0	0	0	0
1942	0	01	03	0	0	0
1943	0	0	02	0	0	0
1944	0	0	01	0	0	0
1945	0	0	01	0	0	0
1947	0	0	01	0	0	0
1949	0	01	0	0	01	0
1951	0	0	02	0	01	0
1952	01	02	03	0	02	0
1953	0	0	02	0	0	0
1954	0	03	02	0	0	0
1955	01	01	02	0	0	0
1956	0	0	03	0	0	0
1957	0	01	03	0	0	0
1958	0	03	03	0	0	0
1959	0	03	04	0	01	0
1960	0	01	02	0	0	0
1961	0	03	02	0	0	0
1962	0	01	01	0	0	0
1963	02	06	01	0	0	0
1964	01	01	03	0	01	0
1965	0	04	0	0	0	0
1966	0	0	09	0	0	0
1967	0	04	05	0	0	0
1968	0	08	03	0	0	0
1969	0	07	06	0	0	0
1970	0	02	04	0	0	0
1971	0	02	04	0	0	0
1972	0	10	05	0	0	0
1973	01	02	03	0	0	0
1974	0	0	03	0	0	0
1975	0	0	01	0	0	0

Fonte: SER – Sousas em Revista, 1978

Obs.: No ano de 1925 foi contratado um Porteiro.

No ano de 1952 a escola contava com um Dentista; em 1963 a escola recebe outra Dentista, no ano de 1966 outro dentista; 1974 entrou 01 dentista, sendo substituída por outra no mesmo ano.

No ano de 1965 a escola recebe uma Professora Especial Def. Mentais.

No ano de 1969 das 08 professoras que iniciaram na escola, 02 eram de Pré-escola e 01 de Def. Mentais

Dos 10 professores que ingressaram na escola no ano de 1972, estavam divididos em: 01 de História, 01 de Geografia, 01 de Matemática, 01 de Educação Musical, 01 de Educação Física Masculino, 01 de Educação Física, 02 de Francês e 01 de Ciências.

No ano de 1973 entraram 01 servente zelador e 01 merendeira

Os quadros anteriores nos permitem analisar a estrutura administrativa da escola nesta segunda fase e esboçar um perfil da origem da clientela. O quadro de profissionais cresceu com o crescimento da escola e as necessidades que se fizeram presentes. O período das reivindicações para a melhoria das instalações e construção do novo prédio coincidiu com a implantação da Lei nº 5692 de 1971, que garantia o acesso gratuito ao ensino fundamental. Com isso ocorreu um aumento da demanda por vagas e os filhos de operários e lavradores, em sua maioria, compunham a população escolar.

O distrito de Sousas ainda mantinha uma economia baseada na agricultura, daí o grande número de alunos filhos de pequenos lavradores. Apesar de algumas indústrias terem se instaladas no distrito, como a Merck Sharp Dohme, a mão de obra especializada ainda era precária e muitos moradores eram operários desta e de outras indústrias instaladas em Campinas. Esses lavradores e operários pais dos alunos tinham a escola e o estudo como uma esperança para seus filhos melhorarem sua condição social.

Em relação à composição do quadro administrativo do período, em comparação com a estrutura administrativa atual, houve uma grande mudança na composição dos funcionários da escola. O diretor era o grande responsável pela administração da escola e contava apenas com os auxiliares técnicos administrativos e os serventes responsáveis pela limpeza. O cirurgião dentista já não fazia parte do quadro administrativo escolar, assim como todo o serviço de limpeza foi terceirizado. Hoje, o diretor é um gestor e conta com um vice-diretor auxiliando na gestão da escola, um secretário e os agentes de serviço, além de coordenadores pedagógicos, para cada nível de ensino (Fundamental I e II e Ensino Médio).

Foto 08 – Charafariz doado pelo Rotary em homenagem ao cinquentenário da escola



3.3 – TERCEIRA FASE - ESCOLA ESTADUAL DE 1º e 2º GRAUS “DR. TOMÁS ALVES” – a partir de 28/1/1976

A Terceira fase deste estudo da história e memória da EE. Dr. Tomás Alves trata da análise e interpretação das representações construídas por alunos e professores através dos relatos de vida e depoimentos, no período de 1975/2005 e é prioritária em nossa pesquisa. Em novembro de 1976, ocorre a fusão do GESC “Dr. Tomás Alves e o GE “Dr. Manoel Marcondes Machado”, para constituir a EEPSG. Dr. Tomás Alves. O porquê de se privilegiar este período em nosso estudo, foi que ele coincide com as mudanças ocorridas no processo educacional brasileiro, através da instituição das duas últimas Leis de Diretrizes e Bases da Educação – a lei nº 5692 de 1971 e a lei nº 9394 de 1996.

No período estudado toda a rede oficial de ensino de 1º e 2º Graus ainda se encontrava organizada com os dispositivos da Lei 4.024/61. Em março de 1975, quando o Dr. José Bonifácio Coutinho Nogueira assumiu a Secretaria da Educação, a Lei 5.692/71 já se encontrava no seu quarto ano de vigência e muito pouco havia sido feito, em nível oficial, para que a mesma fosse implantada no estado de São Paulo.

A EEPSG “Dr. Tomás Alves”, nesta sua nova fase, passava a oferecer à sua clientela um ensino que abrangia desde a pré-escola até o 2º grau, com ênfase no ensino técnico-profissionalizante, com dois cursos técnicos implantados: Técnico em Turismo e Auxiliar de Patologia Clínica, e a escola contava com 1.990 alunos matriculados em 58 classes/salas.

Como já foi apontado anteriormente, a grande maioria dos alunos matriculados na escola era de famílias oriundas de outros municípios e estados no início dos anos 60 até a década de 70, que migraram para Campinas em busca de melhores condições de vida, de trabalho e inserção social; filhos de operários, de trabalhadores braçais, não qualificados na sua grande maioria, com pais analfabetos ou semialfabetizados.

A escola passou posteriormente a receber os alunos filhos dos moradores da invasão ocorrida nos anos 90. Os alunos provenientes desses grupos sociais migrantes, com baixo poder aquisitivo com quase ou nenhuma educação formal passam a ser estigmatizados pela sociedade pois devido a sua origem pobre.

Historicamente essa clientela não precisava ter medo de ser excluído da escola; no meio rural, às vezes nem a escola ele chegava, na medida em que era mão de obra para o trabalho rural, como foi mostrado na EE. Dr. Tomás Alves na sua primeira fase. Essa escola não criou nada de novo para os filhos dos trabalhadores braçais, menos qualificados e desempregados que a ela chegava. Estes alunos passaram a ser excluídos pela evasão escolar, pelo baixo rendimento, repetência e abandono devido a necessidade econômica para trabalhar precocemente e ajudar no sustento familiar.

A clientela, nessa fase, já era bastante diferenciada em relação aos alunos, que frequentavam a escola na 2ª fase, eram filhos de imigrantes e que ao longo dos anos foram adquirindo pequenas propriedades rurais e se tornaram pequenos lavradores, donos de suas próprias terras.

Através dos relatos e depoimentos dos egressos se percebe que a Escola no passado representava, portanto, uma referência para os alunos que a frequentavam e cursaram a escola primária no período, e tiveram suas vidas vinculadas e marcadas pelas relações vividas da própria instituição. Esta clientela teve este vínculo diluído e foi progressivamente rompido em relação à clientela atual.

A representação da escola nesta 3ª fase pode ser capturada através das memórias da professora Maria de Lourdes P. da Silva, filha de migrantes nordestinos e aluna da escola no início dos anos 70, ainda professora na instituição, é reveladora dessa nossa constatação e da ruptura e no tratamento desigual e diferenciado em relação aos alunos negros:

“A lembrança que tenho da época escolar, nos anos 70, é que os alunos negros não tinham integração com os demais, ficavam afastados. Os professores não davam muita atenção em relação aos conteúdos dados, como exemplo: explicação, dúvidas, etc. No entanto, eles se sentiam discriminados e muitos deles não chegavam a concluir o curso, abandonavam os estudos e iam trabalhar para ajudar a família. Na época atual, eles são mais aceitos, ocupam cargos de confiança, questionam, trabalham em jornais, novelas, etc.”

Como podemos constatar no relato da professora e ex-aluna, havia um tratamento diferenciado, registrado pela sua subjetividade, por parte dos professores e dos próprios colegas de classe em relação a esta clientela. O modo de conceber o fracasso escolar

estava relacionado com a origem do educando e da posição social que ocupava na sociedade. Os debates sobre a causa do fracasso escolar ganhava espaço nos meios acadêmicos nos anos 60 no Brasil e em diversos países europeus.

Nos países onde houve uma profunda transformação social e econômica, portanto inclusão social como Chile, como exemplo – que chegaram a universalizar a toda população, sem discriminação, o ensino primário e secundário, ponte para o ingresso na universidade ou no ensino superior.

Até o final da década de 60, mesmo nas sociedades europeias, que caminhava rumo à democracia e ao progresso científico e econômico, considerava-se que a maioria das pessoas precisava apenas de uma instrução mínima pessoal e profissional. Segundo Perrenoud (2001p. 16), “sair da escola – depois de mais de 10 anos de estudo –, sem saber ler ou contar não tinha nenhuma importância, pois elas estavam destinadas a trabalhar no campo ou nas fábricas”.

No Brasil, com a massificação da educação, no final dos anos 60 e início dos 70, a profissionalização do ensino médio 2º grau, representava uma mão de obra qualificada para a indústria. Era importante o aluno saber ler, para formação da força de trabalho voltada para a agricultura, o comércio e os serviços.

A preocupação com o ensino técnico e profissionaliza implantado na escola, caminhou no seguinte sentido: pobre fica no nível médio e sai técnico em grau para cumprir funções subalternas nas indústrias e nos escritórios: os filhos da elite e classe média alta ingressam nas universidades, nos cursos que exigem tempo integral, na esperança de se tornarem agente dos donos do poder e não funcionários liberais.

No caso da escola pública de hoje, ainda temos crianças que chegam ao ensino médio sem saber ler e escrever corretamente, levando a uma discussão nos meios acadêmicos que responsabiliza a “progressão continuada”, implantada no estado de São Paulo há dez anos e que levou ao fracasso escolar de muitas crianças.

São oito anos de curso no ensino fundamental, o que representa 5.760 horas-aulas e os alunos ainda saem nesse estado de calamidade. A promoção automática não é a solução, pois faz parte de um processo burocrático instalado nos órgãos de administração

escolar, onde o professor é obrigado a aprovar para a escolar atingir aos índices estabelecidos pelo sistema.

As reformas educacionais no Brasil são assuntos de gabinete, não se discute com a comunidade, embora elas tenham uma repersussão direta sobre a estrutura da escola e as relações aluno-professor.

Apesar do fracasso escolar sempre ter existido, ele era parcialmente oculto pelas estatísticas oficiais. Assim, o fracasso/sucesso escolar estava estreitamente vinculado à condição social de origem: era “a ordem das coisas”.

O fracasso da escola pública está atrelado ao alijamento dos próprios professores de qualquer decisão de ordem administrativa e que diga respeito ao trabalho deles. Também ao problema da defasagem salarial dos professores, cujo salário real é diminuído cada vez mais.

Segundo Perrenoud (2001), para entender em qual momento o fracasso escolar maciço dos filhos das classes populares tornou-se um problema social, um problema político, de direitos e deveres do cidadão, deve-se investigar a história de cada sistema escolar.

A escola, a despeito de tantos estudos, pesquisas e críticas, ainda é uma instituição do mundo ocidental, baseada em suas ideias de “individualismo, liberalismo, constitucionalismo, direitos humanos, igualdade, liberdade, democracia, separação de Igreja e Estado”, além da competitividade inerente ao Capitalismo. Ideias estas que a sociedade atual tenta “universalizar” através, por exemplo, da escola.

São vários os motivos os mecanismos que vem impedindo a grande maioria da população brasileira a chegar num estágio/nível educacional, entre eles a repetência, evasão, baixo nível da educação de base e o vestibular.

Alguns dos valores do mundo ocidental moderno, de base urbana e industrial, tais como a meritocracia, a competitividade, o individualismo, a exclusão e a seletividade se fazem presentes no cotidiano da sala de aula. A produtividade da escola resulta em produzir fracasso escolar, já que o “sucesso” escolar não é para todos. Se tomarmos, porém, valores como direitos humanos, igualdade, democracia, podemos dizer que a escola, por não tratar ou saber tratar seus usuários com equidade, fracassa nos seus projetos.

Podemos inferir, através do discurso de Perrenoud (2001), “que a produtividade da escola reside justamente na sua improdutividade”, ou seja, a escola não sabe trabalhar com as diferenças (os diferentes níveis de aprendizagem e a condição socioeconômica dos alunos), tornando-se improdutiva no processo de apreensão do conhecimento pelos alunos, desmotivando-os e levando-os à reprovação e ao abandono.

Em 1976, com a Redistribuição da Rede Física no Estado de São Paulo, houve a fusão do então GESC Dr. Tomás Alves com o GE “Dr. Manoel Alexandre Marcondes Machado” (conforme Resolução SE nº 23, de 27 de janeiro de 1976) e este estabelecimento passou a denominar-se: Escola Estadual de 1º e 2º Graus “Dr. Tomás Alves”. Esta escola ganhou um novo prédio, com uma boa infraestrutura para abrigar seus alunos, no entanto, essa conquista tem muito da participação dos moradores.

A EEPSG “Dr. Tomás Alves, nesta sua nova fase – a partir de 1976 – passou a oferecer à sua clientela um ensino que abrangia desde a Pré-escola até o 2º Grau, e a quantidade de alunos do sexo masculino nos primeiros anos foi maior do que a do sexo feminino, resultado da oferta de trabalho, conforme demonstra a tabela a seguir:

Tabela 4 – Caracterização da Escola em sua 3ª Fase

Ano	Curso	Nº de classes	Alunos matriculados		Média por classe / Total	
			Masc.	Fem.		
1976	Pré-escolar	2	33	27	60	30
	1º Grau	48	776	705	1481	
	2º Grau	4	44	66	110	
	Total	54	853	798	1651	
1977	Pré-escolar	2	30	30	60	33
	1º Grau	49	838	743	581	
	2º Grau	6	96	124	220	
	Total	57	964	897	1861	
1978	Pré-escolar	2	30	30	60	34
	1º Grau	48	866	788	1654	
	2º Grau	8	140	136	276	
	Total	58	1036	954	1990	

Fonte: SER, Sousas em Revista, 1978.

Outro dado importante a ser analisado na tabela, diz respeito ao número de salas de 2º grau. Para muitos alunos concluir o ensino fundamental já era o suficiente para garantir

uma colocação no mercado de trabalho, há vista que este não exigia nenhuma qualificação específica. Também porque para muitos alunos, concluir o ensino médio e chegar a uma universidade não era coisa para eles, filhos de trabalhadores que tinham que ajudar no orçamento familiar.

Nessa terceira fase, a partir de 1976, a escola ainda está mergulhada no Regime Militar e, sob-riguroso controle de todo o processo educacional, passa por grandes transformações, com a instalação de dois cursos profissionalizantes: o de Auxiliar de Patologia Clínica e o de Turismo, sem falar no curso Normal com habilitação para o Magistério. Assim, ela dava continuidade à política implantada no Estado Novo, com uma proposta do ensino técnico formador, oferecendo formação continuada e com matérias humanísticas, além das específicas técnicas.

As escolas técnicas e os cursos profissionalizantes cada vez mais se transformaram em escolas de pobres e, mais do que isso, formavam cidadãos obedientes e respeitosos à hierarquia, ao poder, em vez de lhe dar qualidifcação para o exercício de alguma profissão. Onde acaba obtendo sucesso, quem tem um *backgroud*, o sujeito que aprende um poquinho do pai, que teve livros em casa, e que teve comida quando era pequeno.

As mudanças ocorridas na educação se deram com a necessidade da industrialização possuir mão de obra que soubesse ler, ecrever e contar, daí a difusão do primário e secundário.

Algumas disciplinas da área de Ciências Humanas (História, Sociologia, Geografia e Filosofia), vistas como perigosas por estimularem o espírito crítico, foram abolidas, substituídas, ou tiveram seus conteúdos esvaziados ou “direcionados” (para as disciplinas de OSPB e Educação Moral e Cívica), de acordo com os planos do Acordo MEC-USAID. Priorizava-se então a formação de técnicos e afastava-se do meio estudantil as oportunidades e condições de discutir as oportunidades e a realidade econômica, política e social do mundo e do Brasil.

Para atender essa nova demanda pela mão de obra técnica, foi criado o curso de Auxiliar de Patologia Clínica na EE. Dr. Tomás Alves. Teve sua instalação em fevereiro de 1974 e contou com a colaboração de algumas instituições, como o Lions Clube de Campinas, a PUC-Campinas, a APM da escola e a Indústria Química e Farmacêutica Merck Sharp &

Dohme¹⁵, além da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo e no ano de 1978 houve a formação da 1ª turma. Todo o material utilizado para montagem do laboratório de Patologia foi doado pela indústria Merck Sharp.



Foto 09 – Vidrarias do Laboratório de Patologia 2007- Acervo pessoal da autora

O curso de Técnico em Turismo também obteve apoio do Lions Clube, vindo ao encontro dos interesses da comunidade, já que Sousas se preparava para se tornar um grande centro turístico de Campinas. Segundo a Revista SER (1978, p. 165), Sousas tinha tudo para ser um centro de turismo.

A formação para o trabalho, discurso presente em todo o período da Ditadura Militar, mostrou-se eficiente na escola. No ano de 1979, a comunidade de Sousas foi beneficiada com o Curso de Datilografia desenvolvido numa das salas da Escola Dr. Tomas Alves, por monitores de Semi-Qualificação Profissional, através de convênio do SENAC e Prefeitura de Campinas.

¹⁵ Em julho de 1956, foi lançada a pedra fundamental da Fábrica da Merck Sharp & Dohme, no Distrito de Sousas, em Campinas. Em 27 de março de 1958, deu-se a inauguração oficial pelo então presidente da República, Juscelino Kubitschek de Oliveira, em solenidade que marcou época nos anais da vida industrial brasileira. Esteve presente o então Delegado de Ensino Prof. Armando dos Santos.

Era necessário preparar a mão de obra para o mercado, pois Sousas estava se desenvolvendo economicamente, com a chegada de novos comércios e se tornando um centro de cultura.

Esta terceira fase iniciou-se com uma nova postura e consciência cívica das classes sociais, que vão lutar por mudanças na sociedade. Populações inteiras passaram a reivindicar direitos civis e os deveres e obrigações do estado, em muitas partes do mundo e a mobilização das massas foi efeito mais visível do despertar de sua consciência.

A população escolar da EE. Dr. Tomás Alves aumentou consideravelmente, atingindo, em meados dos anos 70, quase 2.000 alunos, muitos destes migrantes em busca de uma melhor situação econômica. As redes de ensino tiveram de se ampliar para atender às reivindicações das camadas populares, mas a simples expansão das escolas existentes trouxe à tona sua inadequação à cultura de massa, pois até o início do século XXI as escolas públicas não atendiam a esse tipo de clientela.

Segundo Matui (1995, p. 45),

“Talvez a maior das inadequações seja a postura e o compromisso político das pedagogias que norteavam as escolas até então, a tradicional e a escola-novista (pedagogias fixistas e essencialistas¹⁶) que, em nome da “neutralidade”, escondiam o compromisso inabalável com as elites e com a não transformação social.”

Na EE. Dr. Tomás Alves, as adequações em relação ao espaço físico não foram necessárias, pois a escola já estava no prédio novo. No entanto, não havia uma interatividade entre o corpo docente e o perfil da nova clientela da escola. O currículo estava centrado num modelo tecnicista, da escola tradicional, que não sabia como atender a uma clientela

¹⁶ Hoje, na área da educação, duas correntes principais sobre a visão de mundo se opõem: a **visão fixista** e a **transformista**, sendo a primeira correspondente à visão da prática docente tradicional. O fixismo vê o mundo, a sociedade e a vida parados, imutáveis. Trata-se de uma visão primitiva, nascida do idealismo grego e que não se afina com a ideia de evolução nem de dialética. A visão fixista recebeu confirmação no mito da criação, em todo o período medieval, e considera que as coisas foram criadas acabadas.

diversificada, vinda de diferentes regiões do estado/país e que não se via retratada e muito menos representada enquanto grupo social.

A escola é um espaço público para a convivência fora da vida privada, íntima, familiar. Ao nos capacitarmos para a convivência participativa na escola, participamos de um processo de ensino/aprendizagem que também nos transmite normas e valores para interagir com a escola e também nas relações sociais.

De 1976 até o ano de 2005, período estudado, a escola apresentou um intenso crescimento e uma mudança muito grande da clientela. Já no início dos anos 90, segundo relatos de professores, a escola começou a “degradar”, com a vinda de crianças de bairros adjacentes, mas não pertencentes ao distrito, como a Vila Brandina e os DICs, cujas mães vinham trabalhar como domésticas nos condomínios de Sousas. Eram bairros de invasão constituídos por favelas e muitas das crianças não queriam estudar nas escolas próximas, por estarem dentro da favela e se transferiam para a escola. Para alguns professores, essas crianças chegavam sem limites de comportamento e não queriam desenvolver nenhum tipo de aprendizado.

Alguns alunos tinham sido “expulsos” da escola da Vila Bandina por razões como indisciplina, envolvimento com drogas e foi nesse período que os alunos do distrito de Sousas, muitos deles filhos de famílias de classe média, começaram a deixar a escola e se transferirem para escolas particulares ou mesmo para outras escolas públicas em Campinas, pois, além de terem de conviver com as crianças do “Beco”¹⁷, que já estudavam na escola, agora havia também as crianças da Vila Brandina e os filhos das populações desses bairros de invasão.

¹⁷ A favela do Beco surgiu em meados dos anos 60, quando famílias de moradores da Rua 13 de maio, no antigo centro de Sousas, o local era uma área que foi destinada aos negros após a abolição. Eram terras que foram destinadas à construção de condomínios e chácaras. O lugar onde hoje está a favela do Beco era um antigo conjunto de casas da colônia de moradores da Fazenda Mokarzel. As casas foram derrubadas e o local ocupado por moradores que ninguém sabe de onde surgiram, dando origem ao Beco, próximo ao Rio Atibaia e em frente à escola EE. Dr. Tomás Alves. Muitos moradores do Beco que ocuparam o terreno são migrantes que vieram para trabalhar na lavoura de café, saídos de outras cidades, como Bebedouro, e até mesmo de outros estados, como Minas Gerais e Bahia. (Lopes, s.d.)

Temos um modelo de educação competitiva que se preocupa em escolher o “melhor”, o “primeiro da classe”, esquece aquele que merece mais atenção: o “pioor”, o “ultimo da classe”. Ela reproduz, no plano da escola, as determinações socioeconomicas, ela transforma o pobre num desgraçado escolar, pune-o diretamente com a reprovação e indiretamente tornando-o um evadido escolar, premia o de classe A, aquele que não precisa de reforço.

Uma pedagogia burocrática, acentuando o conformismo, o espírito acrítico da aluna, formando a futura mão de obra dócil, que nada reivindicará nas empresas ou no Estado, formando os “servos” do capital que docilmente contribuirão para sua reprodução ampliada.

A pedagogia burocrática, mas uma vez esteve presente na escola, quando no ano de 2006, a escola foi transformada em Escola de Tempo Integral – ETI –, pela Secretaria Estadual de Educação, cuja proposta é o acesso, permanência e sucesso de crianças e adolescentes nas escolas públicas e a melhoria da qualidade da aprendizagem. Nesta perspectiva, o aluno teria assistência integral em suas necessidades básicas e educacionais, melhorando o aprendizado escolar, aumentando a autoestima e resgatando valores, reduzindo assim os índices de evasão, de repetência e de defasagem de ensino/aprendizagem. A escola de tempo integral era um ideal do grande educador Anísio Teixeira que hoje se concretiza.

Quando foi implantado no Estado, no entanto, esta modelo se mostrou ineficaz, pois a escola não tinha estrutura pedagógica para tal iniciativa, faltando materiais e recursos humanos/didáticos para tal finalidade, levando à extinção do projeto na escola. A partir de 2010, a escola deixou de ser uma ETI, tendo como resultado positivo o retorno de alunos que haviam se transferido para outras unidades escolares.

Houve uma grande redução no número de alunos e turmas da escola, que passou por grandes transformações no período, a principal delas foi a mudança para Escola de Tempo Integral, que fez com que um número significativo de alunos se transferissem para escolas privadas ou outras escolas públicas. (ver Tabela em anexo)

O número de alunos matriculados no ensino fundamental ciclo I no ano de 1995 para o ano de 2005 apresentou uma redução de quase 100%, assim como no Ensino Fundamental II e ensino médio, não na mesma proporção, mas uma queda significativa. Essa

diminuição é decorrente nas inúmeras transformações nas propostas curriculares implementadas pela Secretaria da Educação.

Nos anos de 1998 e 1999, período de transição econômica no país, vimos que os alunos que concluíram o ensino fundamental II, não deram continuidade ao ensino médio pelo fato de necessitarem inserirem-se no mercado de trabalho. A escola servindo para reproduzir um capital na indústria e uma mão de obra barata e desqualificada.

Assim, tendo recebido uma grande quantidade de migrantes, a escola vive uma crise de identidades, pois não recebe mais famílias moradoras do distrito como clientela, devido a questões socioeconômicas. Esta clientela migrante necessitava trabalhar para compor a renda familiar.

A escola perdeu sua identidade no Ensino Médio, sendo a única unidade escolar a oferecer este nível de escolarização em Sousas. Neste espaço escolar, os alunos do Ensino Fundamental deixaram a escola, por não aderirem ao modelo de Escola de Tempo Integral, e conseqüentemente houve a diminuição do número de alunos que continuaram seus estudos na EE. Dr. Tomás Alves.

Em relação à faixa etária, os alunos encontram-se dentro do adequado para a relação idade/série. Os que se encontram fora da adequação são encaminhados para a Educação de Jovens e Adultos – EJA, que funciona na escola no período noturno, mas que também vem apresentando uma redução no número de matrículas.

Analisar a evolução do processo educacional no Brasil por meio do estudo da EE. Dr. Tomás Alves nos possibilita verificar o quanto nossa educação necessita urgentemente de reformas que garantam a volta da qualidade, permanência da clientela docente e discente e eficiência da educação brasileira.

Esta escola, assim como tantas outras escolas públicas brasileiras, passou por um processo de reformulação através de leis e estatutos, que não garantiu a qualidade e continuidade de uma educação que era oferecida aos filhos de famílias abastadas, quando ainda não se falava em inclusão.

Embora os órgãos oficiais públicos insistam em mostrar dados de que a educação pública brasileira, no nosso caso, a educação paulista, tem apresentado significativa

melhora nas últimas décadas do século XX, a realidade e minha pouca experiência na profissão docente revelam o contrário.

Assim, como uma parte desta pesquisa está pautada em memória, não posso deixar de registrar minha experiência como docente da escola no período de 2003 a 2005. Memórias essas de experiências em reuniões pedagógicas, onde ouvia de colegas que *só estão preocupados em garantir o salário no final do mês, pois os alunos já não querem saber de nada mesmo*. Registrar que alunos que estiveram sentados em minha sala de aula, e depois vim saber que estavam presos ou mortos, por envolvimento com o crime e narcotráfico.

Esse é o retrato da EE. Dr. Tomás Alves, que em seu momento áureo, foi considerada uma das dez melhores escolas do Estado de São Paulo e que agora estou vendo ser transformada em sucata educacional, pelas autoridades públicas competentes. Uma escola que tem todo um passado marcado por lutas e conquistas de pais e comunidade para manter a qualidade do ensino para seus filhos e que agora se vê abandonada pelo Estado e famílias em defasagem econômica, que colocam seus filhos na escola em troca de “bolsas”, mas não se preocupam com o aprendizado e muito menos com as condições de ensino ofertado.

Essa 3ª fase da escola, foi marcada por grandes alterações no processo ensino aprendizagem, iniciando com uma intensa mobilização dos pais dos alunos por uma educação de qualidade para seus filhos, num período em que o país passava por um regime de autoritarismo e repressão. Eles não tiveram medo de gritar e pedir socorro para as autoridades públicas, a fim de garantir as suas crianças uma escola digna e de qualidade.

As transformações que têm ocorrido na EE. Dr. Tomás Alves, como mudanças da clientela, alta rotatividade do corpo docente, alteraram as características iniciais da mesma e os índices das avaliações implantadas pela Secretaria da educação. Anteriormente, o grupo de professores era composto por residentes no Distrito e hoje a escola recebe profissionais de várias regiões da cidade de Campinas. Tal fato torna-se um complicador na implementação do Projeto Político Pedagógico da escola, pois a rotatividade profissional é intensa e os professores acabam não criando um vínculo com a comunidade, interferindo na interatividade de conteúdos e projetos direcionados à comunidade escolar e local.

Vemos hoje um descaso das autoridades estaduais em relação ao ensino público, onde temos uma escola maltratada em suas dependências, salas de aulas com pouca

ou quase nenhuma estrutura de trabalho, que não oferecesse condições para desenvolvimento das atividades didático-pedagógicas, como podemos constatar nas fotos abaixo a situação do Laboratório de Patologia, palco de aulas magistrais, agora se tornou um depósito de materiais.

Ainda mantenho minha convicção de que a educação é o único caminho de acesso à cidadania. Acredito que somente através de políticas públicas sérias, pensadas para a atual clientela da escola pública, é que o país conseguirá resgatar a escola pública de qualidade. E que a EE. Dr. Tomás Alves possa voltar a ser orgulho de toda a população sousense.



Foto 10 – Sala de aula da atual EE. DR. Tomás Alves – 2007-Acervo pessoal da autora



Foto 11 - Laboratório de Patologia após desativação do Curso 2007 -Acervo Pessoal da autora

CAPÍTULO 4 – MEMÓRIA E HISTÓRIA DOS EGRESSOS DA EE. DR. TOMÁS ALVES

A memória não é o substituto do documento escrito, mas é reveladora de realidades que não estão registradas nesse tipo de documento. Trabalhar com memória como documento implica em repensar a história. Se entendermos que a memória não é apenas a recordação verbalizada, então há muito mais a considerarmos (Martins, *A sociabilidade do homem simples*, 2008, p. 129).

Neste capítulo analisaremos as representações dos alunos e professores egressos da EE. Dr. Tomás Alves, como rememorizam os acontecimentos que viveram e como essas ganham representatividade no processo histórico da escola. Foi construído a partir de referenciais teóricos e das narrativas desses egressos, suas memórias e como elas foram importantes no processo de reconstrução da história da escola.

O significado da oralidade na construção de identidades e da memória social, dos alunos e professores egressos, nos fez compreender as posições desses sujeitos no processo de educacional da escola e as questões sociais neles presentes.

Através da história oral procuramos recuperar os aspectos individuais da trajetória escolar de cada egresso, e ao mesmo tempo ativar uma memória coletiva, pois a medida que cada indivíduo conta a sua história, esta se mostra envolta em um contexto socio histórico que deve ser considerado.

Iniciaremos analisando os relatos de dois ex-alunos que estudaram na escola ainda na fase do Grupo Escolar, com seus depoimentos editados na Revista *Ser*, em comemoração ao cinquentenário da escola.

Cônego Amaury Castanho (1934)

“Em 1934 eu era uma criança como tantas outras de Sousas. Despreocupada, feliz, de cabelos longos, encaracolados. Nascido junto do Atibaia, nadava

como peixe, fazendo algumas escapadas de casa e, é claro, dando sobressaltos à mamãe. Desde 5 anos, já afeito à vida religiosa, coroinha do saudoso Padre Caminha, diariamente presente à Missa pela manhã e à tradicional reza das noites...

Naquele ano atingia a idade escolar. Foi sorte grande ter escola tão perto de casa. Com meus pais não foram assim. Era preciso caminhar muito para aprender as primeiras letras! Matriculado, comecei a descobrir, ainda inconscientemente, o maravilhoso mundo da cultura. Noções de geografia, informações históricas, operações de matemática, amor à Pátria, iniciação religiosa e tantas outras coisas, acabaram me entusiasmando. Parece que fui um bom aluno. É o que diziam as professoras, os depoimentos dos colegas, os boletins mensais.

Do “Tomás Alves” de então, trago, ainda hoje, as mais gratas recordações. Na direção, a figura ao mesmo tempo severa e paternal do Prof. Djalma e, ano após ano, a marcante presença das Professoras Flávia Vieira, Lourdes M. Almeida, Jandira Marques de Azevedo e Guiomar Sampaio. Alguns já se foram, carregados de méritos para Deus. Sobrevivem uns poucos funcionários e a maioria dos colegas de banco, de classe ou de escola, situados com maior ou menor destaque na vida.

O velho casarão do nosso Grupo Escolar daquele tempo, era bem modesto comparado com moderno pavilhão de hoje. Os recursos didáticos da época de 30, os mais simples possíveis. Não se falava em Merenda Escolar, não havia Associação de Pais e Mestres. Nem Caixa Escolar. Não me lembro de Bibliotecas e doutros recursos atuais, comuns a todas as Escolas do Brasil. Mas tenho imensa saudade dos meus anos de Grupo, porque havia muito amor.

Nada, senão o amor, explicava o sacrifício diário de quase todas as mestras que vinham de Campinas, balançando-se no ‘bondinho’ ou comendo pó pela velha estrada. Os diretores estavam entre elas, primeiro o já lembrado Prof. Djalma Otaviano e, depois, o loiro Prof. Jorge de Camargo. Todos eles

lutavam muito, davam tudo de si, ganhavam pouco. Só o amor explicava sua doação sem reservas. Trabalhavam pelo Brasil e pelos seus filhos menores, preparando-os para o futuro. Parece que tiveram êxito, pois não há obra de amor desinteressado, que não chegue a bom termo!

O ‘Tomás Alves’ não se preocupava, apenas, com a instrução. Era uma escola empenhada na educação integral. A teoria pedagógica talvez fosse pouca. O importante era a vocação inata das mestras, a dedicação dos diretores, dos funcionários da secretaria e de conservação. Tudo antecipava que a sementeira haveria de produzir bons frutos.

Nessa linha de educação integral, o clima do nosso Grupo, hoje conqun-tenário, era sadio e quente. Todas as mestras levavam a sério o testemunho da própria vida e nenhuma delas deixava de empenhar-se, também, na catequese religiosa. Somavam-se, assim, aos princípios transmtidos em casa, com o leite materno, nos joelhos dos pais, inculcados, também na igreja, as lições da escola. Ao findar dos quatro anos de Grupo, todos os garotos e meninas já haviam feito sua Primeira Comunhão e levavam para a vida dois diplomas: o de alfabetização, sólida, aliás, e o da Primeira Eucaristia, recordando um dos dias mais felizes da própria infância. Lembrar esses fatos, falar dessas pessoas, reavivar a memória retornando Ao velho prédio, às saudosas salas de aula, além de alegrar o coração, infunde novo alento no caminho que ainda resta a cada um de nós, ex-alunos, percorrer...” (SER, 1978, p. 136)

A memória deste ex-aluno, nascido em 1927 no Arraial de Sousas, filho de Jayme Godoi Castanho e Alice José Castanho, que frequentou o Grupo Escolar ainda na sua 1ª Fase, mostra que apesar da escola não ter grandes instalações era um local acolhedor, que despertava em seus alunos uma motivação para o aprendizado. Motivação esta despertada também pelo carinho com que as “mestras”, como ele as tratava, demonstravam no desempenho de suas funções.

O período ao qual o senhor Amaury frequentou a escola, coincide com o início do Governo Provisório de Getúlio Vargas. Getúlio Vargas usufruia de poderes quase

ilimitados e, aproveitando-se deles, começou a tomar políticas de modernização do país. Por isso, nas memórias de Amaury a disciplina e ordem que imperava no grupo, na lembrança severa e paternal do diretor do grupo escolar.

O governo de Vargas criou, por exemplo, novos ministérios - como o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e o Ministério da Educação e Saúde -, e nomeou interventores de estados. Apesar do Ministério da Educação e Saúde ter sido criado para solução para o problema educacional, e por meio da educação, possibilitar mudanças sociais e econômicas, na narrativa do Senhor Amaury os recursos didáticos eram simples, mas existia o amor.

Na prática, os estados perdiam grande parte da sua autonomia política para o presidente. O país estava em plena crise do café, abalando os grandes barões da região de Campinas.

Neste cenário, a Igreja Católica assume uma posição de cautela, embora houvesse opiniões favoráveis e contrárias ao novo governo no interior da própria igreja. Em 30 de abril de 1931, Vargas promulga, a pedido do Ministro Campos, o Decreto-Lei 19.441, que estabelece a reintrodução do ensino religioso nas escolas públicas.

O novo governo, em menos de seis meses, satisfaz, assim, a tão esperada reivindicação católica, impedida legalmente, desde 1891 de ministrar o ensino religioso nas escolas públicas. Por isso na narrativa do Senhor Amaury a questão da religiosidade é marcante, a presença da Igreja Católica na escola, principalmente nas aulas de “catequese religiosa”, o evento da Primeira Comunhão. Influenciando talvez na vocação sacerdotal, pois em 1940 ele estudou no Seminário Central do Ipiranga em São Paulo, depois se licenciou em Filosofia e Teologia pela Pontífica Universidade Gregoriana de Roma, sendo ordenado sacerdote na Cidade Eterna, em 1951, antes de retornar ao Brasil.

Outro relato escolhido da Revista Ser (1978), é do ex-aluno Mário Márcio, que frequentou a escola a partir de 1972, agora já em sua 2ª Fase.

Mário Marciano (1972)

“Relembro hoje e com que saudade! Os tempos de meninice escolar, vivida no Grupo Escolar “Dr. Tomás Alves”, situado no distrito de Sousas. De tal

modo minha vida sentimental está ligada a esse respeitável estabelecimento de ensino que muito dificilmente conseguia eu afastá-lo de minha memória. E como se o registro sentimental de minha lembrança já não fosse suficiente para jamais esquecê-lo, some-se a isto o fato de que anos depois, muito depois, meu filho Vivaldo Norberto Marciano, já formado em Odontologia e depois de clinicar em vários estabelecimentos, veio a se tornar responsável pela assistência dentária escolar do velho e saudoso Grupo Dr. Tomas Alves...

Toda essa minha saudade de meio século adquiriu ultimamente um toque cordial muito mais sentimental ainda, quando pelos caminhos do insondável, meu netinho Mário Marciano Neto veio a fazer o pré-primário no mesmo Grupo Escolar.

Assim, numa sequencia de cinco lustros, sinto-me projetado nesse saudoso Grupo Escolar através de três gerações!

(...) A imagem do Sr. José Correa, servente do Grupo, naquele longínquo 1922, meio século atrás, ficou-me insistentemente **gravada na memória** (grifo meu), num desafio à ferrugem do tempo, ‘Seo José’, como o chamávamos, era demasiado zeloso pela ordem estabelecida. Não admitia bagunça de espécie alguma dentro das atribuições que lhe eram confiadas. Uma dessas atribuições era manter vigilância no pátio interno do Grupo onde existia um pequeno pomar.

Mal sabia seo José que de lá de dentro da sala de aula nós víamos claramente as mangas maduras e coloridas...

(...) Essa tentação, contudo, esbarrava na vigilância ostensiva de seo José. (...) alguns meninos ficavam a distrair seo Jose e enquanto isso ocorria, havia tempo e oportunidade de alguém, isto é, algum de nós, subir nas mangueiras e colher delas as tão apetitosas mangas que depois seriam divididas fraternalmente entre nós.

O ardil ia funcionando muito bem até que um dia o nosso colega Tibiriçá, um pretinho habilíssimo em colher mangas, foi pilhado em

flagrante pelo seo José. Apanhado assim ‘com a mão na massa’ o pretinho Tibiriçá pagou por todas as aventuras anteriores e ninguém mais teve coragem de arriscar-se a tanto.

Assim como guardo saudades desses fatos infantis, também retenho na memória a doce lembrança de todas as professoras, dos colegas e desse tão grato Grupo Escolar...” (REVISTA SER, 1978, p. 133)

A capacidade de lembrar evoca imagens, sons, cheiros, texturas e até mesmo sabores. Elas são resultado da interação entre o indivíduo que recorda e o meio em que está inserido. É a preservação do passado armazenado no inconsciente que interfere e interage permanentemente com o presente. Todas essas lembranças mostram um período áureo da EE. Dr. Tomás Alves, onde percebe uma clara motivação pelo gosto de estudar. São lembranças das práticas desenvolvidas no interior da escola assim como das relações com os professores e colegas.

Na narrativa do Senhor Amauri, percebe-se uma nostalgia ao falar do Grupo Escolar e do relacionamento com os colegas. Ao se referir ao “pretinho”, percebe um carinho em sua fala, no entanto talvez fossem poucos os alunos negros matriculados na escola. O período em que este aluno estudou coincide também com a implantação da Lei 5.692 de 1971 que previa a gratuidade e inclusão de todos os alunos na escola, no entanto ao referir-se ao colega, o Sr. Amauri reproduz um preconceito presente ainda hoje na fala dos alunos.

A seguir, analisaremos os relatos transcritos de ex-alunos e professores que fizeram parte da história recente da EE. Dr. Tomás Alves. A escolha desses personagens não se deu aleatoriamente, mas sim por se tratar de gerações que passaram pela Escola como a senhora **Elza Aparecida Marcon Manzin** mãe da atual Diretora e também ex-aluna e professora **Marisa Helena Manzin**. Assim como a senhora **Nadir Paulino** mãe da ex-aluna e professora Aline Cristina Paulino Praxedes.

As ex-professoras Sonia Maria Piza Morisco e Dilly Magalhães do Nascimento, atuaram na escola em sua 3ª fase, sendo que atualmente a professora Dilly encontra-se aposentada, mas a professora Sônia ainda está na ativa aguardando a aposentaria.

O depoimento marcante é da professora **Dilly Magalhães do Nascimento**, professora da disciplina de Ciências Físicas e Biológicas, que lecionou na escola no período de 1977 a 1980. Em seu relato, pode-se perceber o carinho que devotava à escola e à relação que mantinha com os alunos e colegas.

“Falar sobre a Escola Dr. Tomás Alves, me dá muito prazer. Um belo prédio, no qual funcionava, com alunos de 1ª a 4ª série até o 3º Colegial (manhã, tarde e noite). Era o cartão de visita da pequenina Sousas. Bem, farei aqui um breve relato do tempo que trabalhei nesta escola, por cerca de mais ou menos 3 anos. Quando me apresentei, fui muito bem recebida pela Sra. Diretora D. Antônia Bombach, a qual diga-se de passagem, um exemplo de pessoa; também pelo pessoal da secretaria, a Celina sempre muito calma e sorridente, a Cecília Bueno, que até hoje é uma grande amiga. Dona Antônia era a primeira pessoa a chegar à escola. Percorria todo o prédio para ver se estava tudo em ordem. A escola era um brinco, tudo muito limpinho, os banheiros dos alunos eram impecáveis, não faltava papel higiênico, papel toalha e sabonete.

Você não exergava um papelzinho pela escola, pelo pátio, pelo jardim. Os alunos eram muito educados, nos tratavam com muito carinho. Quando chegávamos à sala de aula, estavam todos em pé esperando o professor.

Não tinha problemas com disciplina, é claro que sempre existia algum aluno que sempre de gostava aparecer, fazendo brincadeiras, mas nada que fosse prejudicial, mesmo porque eram jovens e normais.

Como eram alunos do período noturno e todos trabalhavam, não tinha como exigir muita coisa, então usávamos o livro didático, trabalhava com textos, questionários e fazíamos o uso do laboratório, o qual era muito bem equipado. Tinha alunos com dificuldades, mas também aqueles que se destacavam. Não existiam problemas com faltas, mas existia a reprovação, uma pena que tudo isso acabou.

Falar dos colegas é muito bom e relembro com muita saudade dessas época. O intervalo era muito curto para tanta diversão. Juntava, eu, Verinha,

Raimundo, Quintino, Lúcia Virgineli, famosa pelas piadas, Silvana, Euclides, Bebeto, Odila, Maria Helena e outros que no momento não me lembro dos nomes (era só riso).

A comunidade era muito participativa. As festas comemorativas: junina, da primavera, das mães, dos pais, do sorvete, a Feira de Ciências, eram sempre motivo de orgulho. O desfile de 7 de setembro, com sua bela fanfarra e suas balizas, deixavam as pessoas boquiabertas. Não posso me esquecer de falar do Benê. Era zelador e morava na escola, era amigo dos alunos e sempre pronto para atender as necessidades de cada um.

Eu morava em Campinas e ia para a escola todas as noites. Na volta para casa trazia comigo D. Antônio, que, como já falei, estava lá desde cedo, o Bebeto – professor de Educação. Às vezes, trazia também alunos da Ponte Preta e do Guarani que estudavam lá. Realmente, foi um tempo muito bom e que deixou muitas e muitas saudades e me faz lembrar um passado feliz e saudável.”

A professora Dilly Magalhães ao se referir as festividades comemorativas, nos possibilita compreender como as autoridades se utilizavam das comemorações cívicas para desviar a atenção da população sobre o que ocorria no período, pois estávamos caminhando para um processo de abertura política, após anos vivendo sob uma dura repressão militar, mas que o governo ainda resistia em reconhecer.

Um outro momento importante da fase tida como auge da EE. Dr. Tomás Alves, em que tanto professores quanto alunos se recordam das festividades ocorridas no interior da escola, onde a comunidade se fazia presente. A professora **Marisa Helena Manzin**, ex-aluna da escola no ano de 1986, cursou o Magistério, efetivou-se na escola como Professora de Educação Básica I e hoje ocupando o cargo de Diretora, relata:

“Esperei ansiosamente o início das aulas em 1986. Finalmente, iria estudar na tão falada Escola Dr. Tomás Alves por escolha de meus pais, que viam no curso de Magistério, uma bela profissão para mulheres e teriam a segurança da proximidade de casa, afinal eu só tinha 13 anos...

O curso era à tarde e a concentração de moças era gigantesca. Demorei a adaptar-me. Aos poucos fui fazendo amizades, que cultivo até hoje. Descobriria aos poucos um novo mundo, que desconhecia por causa do Regime Militar, ou seja, não puderam me contar coisas e fatos, que parecia que os antigos professores desconheciam o assunto ou mentiram para a gente! Começa a aprender e me apaixonar por História!

Minha turma iniciou com 38 alunos, mas concluímos o curso com oito apenas, muitas arrumavam emprego e transferiam-se para o período noturno em outro colégio. Víamos tanta matéria... Devorávamos livros... Fazíamos mais estágios que o necessário. Todas envolvidas com a Educação até hoje! Aquelas tardes eram mágicas: o tal ‘tempo que não volta mais’.

Uma das coisas que mais me impressionava era o fato de nos tirarem da sala de aula para substituírmos os professores. Lembro-me que os alunos de 4ª série eram mais velhos que eu. Íamos sempre em dupla, não tínhamos segurança ainda e ninguém nos orientava: encarávamos as classes e pronto.

No decorrer do curso, com o número de alunas reduzido, nos unimos mais ainda e fomos juntando dinheiro para formatura; era eu quem organizava tudo: festas, bailes temáticos, rifas, pratos de doces nos intervalos, pedágios aos domingos e mensalidades mínimas, pois não tínhamos muitos recursos. O dinheiro arrecadado ia para uma Conta/Poupança da aluna mais velha da turma. Conseguimos com o arrecadado custear nossa formatura (20 de dezembro de 1989) e a viagem para Balneário Camboriu – Santa Catarina, em janeiro de 1990: passagens, hospedagem, passeios e parte da alimentação. Um sonho...

Saí do magistério empregada em uma escola particular de Educação Infantil (uma das vantagens de se fazer um curso técnico). Prestei o Concurso de 1990 da 1ª Delegacia de Ensino de Campinas e passei; mas a escolha foi em novembro de 1992. Fiquei com uma das quatro vagas da EEPG Dr. Tomás Alves: poucos acreditavam, pois era o sonho de todos: ingressar perto de casa.

Em 1993, comecei a lecionar na Tomás Alves, minha 1ª turma foi uma 4ª série: uma delícia! Sempre gostei do que fiz. Adoro ver os olhinhos brilhando com uma recente descoberta.

Ao longo desses anos desenvolvi inúmeros projetos. Houve uma época em que, aos sábados, saía para o Estudo do Meio, alternando caminhada e pedaladas (nem todos tinham bicicleta), seguida por alunos, pais, colegas, alunos de outras turmas e interessados em conhecer e estudar novos lugares. Chegamos a estar em 80 pessoas, num tempo em que andávamos despreocupados com segurança ou não tínhamos medo.

Vivi em 2000 uma experiência de ser vice-diretora, por pouco tempo. A escola era muito procurada. Chegou contar aproximadamente com 2000 alunos. Com o passar do tempo, muitas coisas mudaram. Soubas deixou de ser um local calmo e bucólico, onde todos se conheciam. A expansão imobiliária, a localização geográfica, a valorização da terra, a diversidade gastronômica e a baixa na produtividade agrícola, acompanhada das invasões de terras e consequentemente da acomodação dessas famílias, mudaram completamente a clientela da escola.

Passei a ver os nossos alunos pedindo transferência para outras Unidades Escolares. Surgiram novas escolas (particulares) no Distrito. O número de alunos foi diminuindo a olhos vistos. Já não ouvia mais as pessoas falarem em estudar na Tomás Alves, pelo contrário, inventavam histórias para conseguir vaga em outros lugares. Sofri muito com tudo isso e meus colegas de trabalho também. Afinal, tais “mentiras” nos envolviam: falar da escola é o mesmo que falar da gente!

Em seguida a escola passou a funcionar em período integral e o que era tão lindo na teoria, na prática não deu certo. Com isso perdemos mais alunos e chegaram crianças e adolescentes de outras regiões, em busca de um lugar para passar o dia e não de um ensino diferenciado.

Mais uma vez fui convidada para assumir a vice-direção da escola, em fevereiro de 2009, e aceitei: um trabalho árduo, porém gratificante. E em

novembro, passei a dirigi-la realmente. Experiência enriquecedora: dirigir uma ETI – Escola de Tempo Integral, quando a maioria era contrária. Tempo difícil... No fim do mesmo ano, optou-se pelo fim do período integral.

Iniciamos 2010 com o ensino regular e a procura pela escola aumentou. Diversas vezes ouvi de pessoas conhecidas o quanto esperavam por isso: uma virada. A escola estava com nova aparência. As pessoas ligavam para saber mais sobre a escola, vinham visitá-la, enfim, apostaram na tão falada Tomás Alves... A diretora efetiva retornou e eu continuei na vice-direção, percebemos então o quanto foi positiva tal mudança. Houve um novo afastamento da Diretora titular e mais uma vez assumi a direção da escola. Aos poucos vejo e ouço maravilhas da minha querida EE. Dr. Tomás Alves. É muito gostoso poder falar com tanta convicção das sensações de ser aluna, professora, colega de trabalho, vice e diretora de uma Unidade de Ensino com tantas histórias, com tanto saudosismo e tanta esperança. Constantemente me pego pensando e planejando o que mais posso fazer ou dá para ser feito. Creio que há compatibilidade em resgatar memórias e estar atualizada, afinal estamos vivendo em um novo século. Não posso deixar que os bons sentimentos de tantas pessoas que por aqui passaram e os sonhos das pessoas que atualmente fazem parte desta escola, percam-se com o tempo ou fiquem sem resposta.”

Sabemos que, cada sujeito relaciona-se com vários grupos diferentes no decorrer de sua vida. Isto faz com que o ponto de vista sobre o passado, aparentemente individual e único, nada mais seja do que o resultado da multiplicidade das inserções e afastamentos (reais e afetivos) dos muitos grupos dos quais o sujeito fez, ou faz parte e também das posições distintas que ocupou em cada um destes grupos. Logo, as experiências coletivas dos alunos/professores ajudaram a construir e a moldar suas representações individuais ao enfatizar as distinções entre eles e outros alunos de escolas distintas.

A narrativa da professora **Sônia Maria Piza Morisco**, professora de Francês, lecionou na escola no período de 1980 a 1983, mostra bem o papel que a escola Dr. Tomás Alves tinha no cenário municipal.

No período de 25/08/1980 a 31/12/1983, lecionei Português, como Professora admitida em caráter temporário (ACT), na EE. Dr. Tomás Alves, no distrito de Sousas. No início do ano seguinte, 1981, fui convidada pela direção da escola para dar aulas de Francês no Ensino Médio, para o curso de Turismo, recém-inaugurado, contando com duas Turmas, uma matutina e outra noturna.

Naquela época, há trinta anos, Sousas era um lugar tranquilo, bucólico, bem diferente do pólo turístico, gastronômico e imobiliário que se tornou atualmente. Segundo alguns moradores de condomínios desta localidade, hoje há congestionamentos aos sábados à noite e aos domingos pela manhã, devido ao grande número de pessoas que invadem esta região em busca de lazer, restaurantes, barzinhos e feiras, entre outras diversões.

A escola Dr. Tomás Alves, há três décadas, tinha como diretora a Sra. Antônia Bombach, que mantinha a escola impecável. O chão brilhava, vasos com plantas enfeitavam os corredores, tudo era muito bem cuidado... Um brinco!

Observei, ao fazer a chamada dos alunos da turma da manhã, que muitos destes tinham descendência italiana, ao ler seus sobrenomes nos diários de classe. Eram alegres, saudáveis, tinham cabelos claros (loiros ou ruivos), faces coradas que, ao voltarem do recreio, acentuavam suas sardas. Talvez esta grande presença de imigrantes italianos tenha colaborado para que Sousas se tornasse conhecida gstronomicamente.

Os alunos, tanto do período diurno como do noturno, eram estudiosos educados e atenciosos... No período da manhã, os adolescentes demonstravam grande interesse pela disciplina que eu lecionava (o francês), para a minha felicidade, pois sempre gostei deste idioma e, sobretudo, da própria história e civilização francesas. O livro didático adotado foi o “*Le français et la vie*”, de G. Mauger. Este livro apresentava situações de comunicação comuns em vários lugares cotidianos, como restaurantes,

esportes, supermercados... Mas, além de veicular a língua francesa, este livro apresentava o que é mais rico na França: a cultura.

Nas lições, sempre havia referências à pintura, a quadros de Monet, Manet, Picasso, ao teatro, citando a Comédie Française e à música, falando do famoso “*L’Opéra*”, de Paris. Assim, junto com a língua francesa, meus alunos tinham ricas informações culturais sobre a França.

Lembro-me de uma aula cujo tema era “No restaurante” e os alunos trouxeram utensílios domésticos de suas casas, como pratos, talheres, e copos, e vivenciaram esta situação como se estivessem num bistrô francês. Foi ótimo!

Já no curso noturno, o livro adotado era o mesmo, porém a metodologia era diferente, já que muitos vinham do trabalho para o curso. A clientela era diversificada, mas todos eram educados e repetitivos. Só um aluno destoava dos demais quanto ao interesse pela matéria, de quem eu não me lembro nem do nome (prefiro guardar as boas recordações!). Assim, primeiramente, eu realizava a leitura de um ou mais diálogos em francês e em seguida cada estrutura era repetida pelos alunos. Chegando ao final da atividade, cada aluno já tinha memorizado as diferentes estruturas linguísticas devido à repetição. Em seguida, os diálogos eram representados em duplas, como personagens da cena-texto presente em cada lição do livro.

Naquela época, muitos jogadores do time juvenil do Guarani Futebol Clube frequentavam o curso de Turismo na EE. Dr. Tomás Alves. O Clube mantinha um convênio com a escola e os jogadores tinham que tirar média em todas as disciplinas, para continuarem treinando no time.

Eram jovens simpáticos, de porte atlético, cheirosos, que chegavam em seus uniformes esportivos verdes para assistirem às aulas. Eram atenciosos, disciplinados, diferentes das “estrelas” esportivas que hoje ocupam os meios midiáticos, com seus escândalos e atitudes irreverentes. Uma das coisas marcantes dessa experiência que ficou na minha memória durante esse período, foi uma excursão à cidade de São Paulo, visitando alguns museus,

entre eles o Museu do Ipiranga, o MASP e o do Ibirapuera (Museu do Índio). A iniciativa partiu de uma aluna da 3ª Série A, Terezinha Aparecida Unger Bristoli, a qual se destacava pelo seu interesse e propôs este passeio à capital, pois no livro didático, o personagem principal visitava um museu em Paris. Assim, fizemos um estudo do meio, prática já adotada desde aquela época. Pedi autorização aos pais, organizamos, agendamos as visitas e o ônibus foi alugado. Tudo correu maravilhosamente bem. Foi fantástico! Depois os alunos da série fizeram uma apreciação sobre o passeio, a qual valeu como uma avaliação. Outro evento importante foi uma palestra proferida por um médico sobre o efeito das drogas no organismo humano, a qual muito contribuiu para a conscientização e reflexão dos nossos educandos. Houve também nesta época a apresentação de um artista chamado Vado, que fez uma dramatização do poema “Navio Negreiro” de Castro Alves, a qual falava das injustiças sofridas pelos negros e as atrocidades que aconteciam quando estes eram transportados da África para o Brasil. Infelizmente, em 1983, o curso de Turismo foi substituído pelo de Magistério, mas posso dizer que a minha experiência na EE. Dr. Tomás Alves, como professora de Francês, foi gratificante e inesquecível.”

A oralidade implica o trabalho da memória e, ainda, o trabalho da palavra, do que é dito e do que é silenciado, pois o silêncio, não fala. O silêncio é. Ele significa. Quando a professora Sônia narra que há alunos que ela prefere não se lembrar, demonstra bem que o silêncio não está disponível à visibilidade, não é diretamente observável, pois ele passa pelas palavras, mas não dura. Ele escorre por entre a trama da fala, está na trama do trabalho da memória.

Outro relato marcante e que demonstra como a escola faz uma grande diferença na vida das pessoas é da sra. **Elza Aparecida Marcon Manzin**, mãe da atual diretora Mariza Manzin.

“Fui à escola aos sete anos, em 1955. Já sabia ler e escrever, pois meus irmãos mais velhos me ensinaram em casa. Era a Escola Mista Rural da Fazenda das Pedras, com a professora Maria de Lourdes Forte.

Naquele ano fiz metade da 1ª série e metade da 2ª série; no ano seguinte (1956), fiz a 3ª série, que chamávamos de terceiro ano. Lembro-me que andava de carona com a professora numa charrete, conduzida pelo Sr. Aécio Jordão, vivo até hoje. Na 4ª série fui para o Grupo Escolar Dr. Tomás Alves. Minha professora era Dona Edna Silveira Riveira, que estava grávida e foi substituída após as férias de julho por Benedicta Carmem de Almeida.

Diariamente formávamos fila, cantávamos o Hino Nacional e rezávamos o Pai Nosso, sempre vestidos de camisa azul marinho, sapatos pretos com meias brancas, e todas tinham que por laços de fita nos cabelos.

Como íamos a pé, tirávamos os sapatos para não gastarem e ao chegar perto do Grupo, lavávamos os pés na bica d’água para calçá-los; os que tinham sapatos. Para estudar no Grupo, ganhei de meu pai uma caneta-tinteiro, motivo de inveja dos colegas de classe, que tentavam quebrá-la, pois eles não tinham. Marcou muito um dia em que uma boiada que estava sendo conduzida a um matadouro invadiu a escola na hora do Hino Nacional, deixando todos apavorados. Tenho saudades da hora do lanche e das quartas-feiras que vendiam arroz doce... Não sei dizer se a merenda era vendida, mas o arroz doce tenho certeza. Ele era feito pelas merendeiras Adelina Bertolucci e Jandira, e o cheiro invadia todo o Grupo Escolar. Naquele tempo respeitava-se o professor e havia muita organização e mesmo assim, alguns alunos, na hora em que a professora precisava sair da sala, pulavam e batiam no assoalho para fazer barulho, sempre as meninas. Aí vinham as broncas, reguadas nas carteiras duplas e muito medo. Minha formatura foi no próprio Grupo, dirigida pela Diretora Maria Ermíria e o paraninfo, que nos entregou o diploma, foi o Padre Antônio Caetano Magalhães. Na ocasião, a aluna escolhida pela professora para homenagear a diretora era que mais fazia bagunça na sua ausência. Tenho saudades daquele tempo”.



Foto 13 – Turma da Sra. Elza Aparecida Marcon Manzin – Acervo pessoal da aluna

Entre as abrangências do trabalho com a história oral, está a fotografia e aquilo que esse tipo de imagem aciona nos processos em que a memória é estimulada a trabalhar e a reconstruir. A Sra. Elza ao apresentar a foto de sua época, foi impregnada de um sentimento de emoção e nostalgia, como se o tempo tivesse retornado.

A fotografia possibilita uma aproximação com as representações e os saberes construídos pelos alunos/professores egressos, ao longo das suas trajetórias de vida pessoal e profissional.

A memória é constituída por acontecimentos vividos pessoalmente e acontecimentos vividos pelo grupo ou pela coletividade à qual a pessoa se sente pertencer. Halbwachs (1990, p. 60) considera que “a memória coletiva é o passado que se perpetua e vive na consciência. Não é a história aprendida, é na história vivida que se apóia nossa memória”.

Como relata a Sra. **Nadir Paulino**,

“Lembro que comecei a estudar aos 11 anos na 1ª série, pois morávamos muito longe e não perua escolar. Comecei no ano de 1973, o uniforme era saia cinza, camisa branca com emblema do Tomás Alves, cinto, meia três quartos e sapatos pretos.

O nome da minha primeira professora era Joana de Almeida Pierossi, (D. Jane), uma excelente professora, todos a respeitava muito. A diretora era

Antônia Bombach, muito boa. A escola era muito limpa, não se via nada quebrado, paredes e carteiras limpas e nem papel no chão.

Lembro que quando a professora ou diretora entravam na sala de aula, todos ficavam em pé, só sentavam quando elas mandavam.

Todas as sextas-feiras tocavam o Hino Nacional e a bandeira era hasteada, antes do início da aula. Nesta época, acho que os pais eram mais rigorosos com seus filhos e participavam mais das atividades escolares de seus filhos. Hoje acho que os pais trabalham e não tem mais tempo de participarem da vida de seus filhos, ver tarefas, trabalhos escolares, etc.. Acham que os professores têm obrigação de educar seus filhos.

Mas educação vem de berço. Parei de estudar no ano de 1981, os alunos já não eram os mesmos, se comparando ao ano de 1973. Já era mais rebelde, a escola já não era a mesma. Daí pra frente é o que vocês estão vendo, começando da rebeldia dos alunos que destruíram muitas coisas aí na escola. Mas vendo a escola Dr. Tomás Alves do jeito que está me entristece muito, pois já foi uma Escola Padrão. Espero que um dia volte a resgatar o Tomás Alves dos anos 70.”

Outra aluna que viveu bons momentos na escola Dr. Tomás Alves, foi a filha de senhora Nadir, a aluna **Aline Cristina Paulino Praxedes**, que estudou no período de 1991 a 2001, e depois de formada em Educação Física, atuou como professora no ano de 2008 e 2009.

“Em várias fases de minha vida passei pelo Tomás Alves. A primeira vez foi em 1991, quando entrei na 1ª série do Ensino Fundamental. Eu me lembro da professora, que se chamava Cecília e que reconheço até hoje, quando a vejo em Sousas, e também me lembro de alguns colegas de sala. Nesta época, minha tia dava aulas para o primário no Tomás Alves também. Neste ano, lembro que minha professora queria me mandar direto para a 2ª série, mas a diretora não deixou. Depois disso, meus pais me mudaram de escola.

Na segunda vez que estudei no Tomás Alves, de 1999 a 2001, pude perceber que a base e a estrutura da escola estavam se perdendo. No Ensino Médio, os professores faltavam muito e senti muito pela falta que os conteúdos fizeram quando fui fazer cursinho e prestar vestibular. Eu estava acostumada a estudar de verdade e não era isso que eu via naquela escola. Essa fase foi importante e responsável pelas minhas escolhas, ali eu pude perceber o gosto pela Educação Física. Eu me lembro também dos professores que de alguma maneira contribuíram e influenciaram minha formação.

Do que mais me lembro dessa fase são dos Campeonatos de Futsal que eram frequentes na escola. Quando eu estava no 1º ano do Ensino Médio, teve um interclasses com 11 times e, o time feminino da minha sala ficou em 2º lugar, eu guardo a medalha até hoje. Também me lembro das professoras do primário que estão na escola até hoje e que eram colegas de trabalho da minha tia. Professoras que ensinaram muito à ela e à todos os alunos que passaram por elas. Eu também ia, nesta época, buscar pastéis na feira para estas professoras, a diretora me deixava ir.

Depois de formada, voltei ao Tomás Alves para dar aulas. No início, eu pensava que sempre iria dar aulas ali. Eu fiz o meu melhor para ensinar os alunos, alguns não tinham vontade de aprender, mas acho que a maioria eu consegui fazer aprender.

Minhas melhores recordações dessa época (2008/2009) são das turmas de Treinamento, que eu mesma criei, consegui aplicar métodos diferenciados e consegui resultados. Eu espero de verdade que estes alunos possam lembrar, assim como eu, destes momentos de vitórias e de derrotas, de sorrisos e de lágrimas. Nesta época também pude conhecer professores maravilhosos, cada um com suas características, que de alguma maneira me ajudavam a continuar e seguir em frente, sempre feliz. Ali reencontrei duas professoras que deram aulas para mim, na verdade foram três, incluindo a Coordenadora Pedagógica da Escola. Hoje trabalho em outra escola com uma professora ótima de Português, que deu aulas para mim no Tomás Alves, ela me fez ir

bem em tudo que presto e que envolve a disciplina de Português. No Tomás Alves, depois de formada e de dar aulas, aprendi que mesmo você fazendo o seu melhor e se esforçando ao máximo, não é suficiente. As pessoas têm interesses e fazem de tudo para conseguir coisas e passam por cima uns dos outros. Bom, eu jurei e vou cumprir, o ser humano vem sempre em primeiro lugar e o processo de ensino-aprendizagem é o que importa para mim, por isso e pelos meus princípios, saí do Tomás Alves.”

Ao abordar em seu depoimento as injustiças que sofreu a aluna Aline nos remete àquilo que Pollak (1989) chama de indizível, aquilo que o sujeito confessa a si mesmo e aquilo que ele transmite ao exterior. Por isso, a memória também é seletiva, nem tudo fica guardado, registrado. A memória em parte é herdada. A memória sofre flutuações em função do momento em que ela é articulada e é expressa. As preocupações do momento constituem um elemento da estruturação da memória, como afirma o autor:

“a fronteira entre o dizível e o indizível, o confessável e o inconfessável, separa... uma memória coletiva subterrânea da sociedade civil dominada ou de grupos específicos, de uma memória coletiva organizada que assume a imagem que uma sociedade majoritária ou o Estado desejam passar e impor (Pollak, 1989, p.8).”

Muitos alunos preferem, no entanto, guardar em suas lembranças momentos agradáveis que passaram na escola, como é o caso da **Alrenice Feitosa Nascimento de Oliveira**, aluna do Magistério e que depois se tornou professora de Língua Portuguesa e Inglês.

“A minha época escolar foi muito feliz. Mas é um período que passa e deixa saudades na memória, como os bons amigos, os conhecimentos adquiridos com os mestres que tive.

Estudei numa época que a EE. Dr. Tomás Alves era uma escola modelo e os trabalhos dos professores reconhecidos e expostos à comunidade, como a Semana do Folclore, com salas montadas e caracterizadas com temas típicos de cada região. A feira de Ciências acontecia no último bimestre com a

visitação de outras escolas. A tradicional Festa Junina era muito agitada e cheia de gente e realizava-se em dois dias (sábado e domingo). A escola era um lugar aconchegante e agradável, sem grades e muita liberdade e respeito, sem regras enormes, simplesmente respeito. O professor era extremamente respeitado e porque o aluno era educado e preparado para isso, que contribuía para o processo ensino-aprendizagem.”

Outra aluna que traz em suas lembranças, emoções não tão agradáveis é a ex-aluna **Rose Cristina G. de Oliveira**, que estudou na escola no ano de 1997.

“Estudei no Tomás Alves em 1997, no período noturno. Entrávamos às 7h15min e logo após o portão era fechado, e só se abria às 22h30 min., para evitar que os alunos saíssem antes do horário determinado.

O diretor era o senhor Antônio Carlos; apesar de tentar ser rígido, o respeito já estava entrando na fase crítica dos tempos de hoje. O Diretor estava todos os dias na escola, mas não era presente na vida dos alunos, pois não me lembro de tê-lo visto nenhuma só vez sem dar sermão em sala de aula. A escola era limpinha e não tínhamos merenda à noite. Os alunos do noturno não precisavam usar uniformes. Os professores se esforçavam para conseguir dar aulas, pois os alunos não respeitavam, e sabiam que não tinham punição. Tive aulas de História com a professora Maria do Carmo, que mais tarde veio a ser Diretora da Escola, ela era a única que colocava respeito na sala de aula, pois os alunos a temiam. Bem, o que lembro é isso, espero que tenha ajudado.”

Rememorar é um ato que acontece no presente e é provocado pelo presente; do passado, retornam os acontecimentos que correspondem às preocupações atuais. Logo, os quadros sociais da memória se referem aos estímulos presentes que conduzem à rememoração e à localização no passado do que o presente suscitou. Os quadros da memória não se

resumem a datas, eles representam correntes de pensamento e de experiências nas quais é reencontrado o passado conforme este foi atravessado por cada um.

Os alunos e professores egressos da EE. Dr. Tomás Alves se identificam enquanto sujeitos de um processo educativo, no entanto, se diferenciam nos vários momentos da história da escola. Pois para cada um, a escola teve um papel preponderante em sua trajetória de aluno. A escola representou na sua trajetória, significados que até hoje não foram apagados de sua memória, colaborando para uma reconstrução das práticas educativas desenvolvidos naquele espaço social e cultural.

As entrevistas mostram que as lembranças são transmitidas no quadro familiar, profissional, em associação, em redes de sociabilidade afetiva e/ou política. Os quadros de rememorar ocorrem em resposta a outro grupo e é enquanto membro de um grupo que cada um se apresenta. Os grupos com os quais se está em relação são os grupos que, mais do que outros, estruturam a memória. Os mais importantes desses grupos são a família, o grupo de amigos e o trabalho.

No entanto, se certas lembranças não existem mais, estando esquecidas, é porque elas estavam em um sistema de relações que não se encontra mais no presente. O “compromisso” entre os quadros da memória e as lembranças acontece, mesmo quando há incompatibilidade entre os aspectos dessas lembranças e as relações atuais, posto que as relações que compõem os quadros são feitas de lembranças tanto quanto os acontecimentos, fatos ou pessoas lembradas. Isso leva a uma característica básica do passado reconstituído pela memória, o de ser sempre uma reconstrução; por mais detalhes que apresente é sempre uma reconstrução feita a partir do presente (Mancuso, 1998).

Podemos concluir que existe uma reciprocidade entre as representações que cada egresso teve e das práticas adotadas no período em que frequentaram a escola. Através delas (re)construímos novas representações, pois aquilo que se pensa tem papel preponderante sobre aquilo que se faz. Assim, as representações podem vir a ser transformadas, se interferirem na elaboração das novas práticas que, por sua vez, estariam em processo dinâmico de reconstrução.

Levando-nos a concluir que as representações sociais não se reduzem a sistemas fechados, definindo, portanto as práticas, uma vez que as interações entre indivíduos entre si e

entre indivíduos e sociedade levam a constantes ampliações, deslocamentos e transformações em relação a outros tipos de conhecimentos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao concluir esta pesquisa o sentimento que aflora é o de expectativa, pelo fato de saber que a EE. DR. Tomás Alves poderá tornar a ser a grande escola que um dia fez com que alunos e professores sentissem orgulho de ali estudar e trabalhar. Esperança também de que o futuro da educação brasileira poderá trilhar um caminho de sucesso e prosperidade.

O processo educativo requer mais soluções sustentadas socialmente, do que soluções que defendam a interesses de classes dominantes, como vem ocorrendo nos últimos anos, nas políticas educacionais estaduais.

Coloco-me na perspectiva de Le Goff que diz que o passado não muda, mas sim o que muda são as interpretações que dele fazem os historiadores mediante os documentos que elegem para elucidá-lo.

Os relatos e a documentação do acervo escolar trouxeram uma grande contribuição nesta pesquisa, pois por meio deles, resgatamos a história da EE. Dr. Tomás Alves os comportamentos dos alunos e professores egressos e o que esta representou para o Distrito de Sousa enquanto instituição. Foi fundamental também as publicações jornalísticas e as fotografias que revelaram uma escola que sobreviveu as mais difíceis condições, como a enchente de 1972, caracterizando a articulação texto e contexto.

A análise das legislações educacionais vigentes nos períodos estudados e sua influência no processo de democratização e massificação da educação brasileira, me leva a questionar sobre a atual situação que a escola se encontra. Pois houve uma igualdade de acesso, mas uma desigualdade de sucesso, porque muitos dos alunos que obtiveram acesso aos bancos escolares não chegaram a concluir o processo educacional devido a uma inadequação do currículo perpetrado pelas autoridades com a clientela da escola.

Nosso objetivo não era fazer um estudo comparativo, mas sim situar a partir do referencial teórico bibliográfico que foi suficiente para perceber a discussão de como a memória passou a ter importância como fonte com a Nova História. Assim como ocorreu também em relação ao estudo da cultura material escolar, que passa a valorizar o patrimônio

material escolar como uma grande fonte de pesquisa e não mais como parte do acervo morto da escola.

Utilizando-se dessas importantes fontes, esta pesquisa buscou construir a trajetória da EE. Dr. Tomás Alves e a importância que esta escola teve para toda uma comunidade. Importância esta que foi narrada nas memórias dos alunos e professores que por lá tiveram suas vidas marcadas.

Considerar o valor que os lugares têm como referenciais para as pessoas tornam-as parte dele e despertam um sentido de pertencimento a um território, com base em sua cultura e em sua história. Mas o detalhe que observei através das narrativas que a Escola representou um local de convivência pacífica e cordial entre os professores e alunos, e as relações estabelecidas no seu interior refletia a satisfação das pessoas com seu trabalho e com o lugar onde estavam. A frequência às aulas para os alunos era passo importante na aquisição do capital cultural, pois assim o capital político seria favorecido. Mas ambas as bases, do capital cultural e do capital político, já vinham de casa, de seu “habitus” enquanto classes distintas.

Esta pesquisa me aproximou ainda mais desta escola que considero como minha segunda casa, onde estabeleci vínculos com os indivíduos (alunos, professores e funcionários) e também com o lugar (Distrito de Sousas) nas suas várias identidades. Consequentemente, não posso desconsiderar os significados históricos e as relações sociais presentes que este espaço me despertou. Por ela cultivo um sentimento especial, misto de respeito por ser ainda meu local de trabalho, onde me realizo profissionalmente e também de gratidão, por ter me proporcionado a oportunidade de pesquisar uma história tão rica.

Temos conhecimento da situação em que se encontram atualmente a educação pública neste país, especificamente no Estado de São Paulo. Escolas depredadas, professores com baixos salários, salas superlotadas, alunos desmotivados, inviabilizando uma educação séria e de qualidade. E infelizmente a EE. Dr. Tomás Alves está inserida nesta realidade.

O estudo trouxe um pouco da história da escola através das narrativas orais, demonstrando como esta era tida como um local de disseminação de saber e cultura do Distrito fundado por imigrantes em seu início, e também por migrantes que tiveram suas vidas entrelaçadas com a da escola, assim como todos os seus atores, os homens, para a discussão.

ANEXOS

Nôvo edifício do G.E. de Sousas

C.P. 27/10/66

Finalmente, concretiza-se a antiga aspiração dos sousapolenses de dar um novo prédio para o Grupo Escolar "Tomás Alves", visto que as dificuldades surgidas com relação ao terreno da E.F. Sorocabana ficaram plenamente superadas.

Como tivemos ensejo de noticiar, o sr. Demétrio Bufarah, que reside no prospero distrito há mais de 30 anos, fez doação ao Estado de uma área de 6.000 metros quadrados para a referida e necessária construção, atendendo, assim, ao apelo que lhe formularam à Associação de Pais e

Mestres, o sub-prefeito, Arsênio de Matos e o vereador Armando José Bertascolli, além do dr. Antonio Leite Carvalhaes, ex-secretário de Obras e Serviços Públicos, da Prefeitura, e do deputado Ruy Almeida Barbosa. Este parlamentar, de posse do documento de doação, que na realidade, se consumou pela venda simbólica por um cruzeiro, levou-o às mãos do governador Laudo Natel.

Chefe do Executivo bandeirante, imediatamente determinou que a Secretaria de Educação providenciasse a solução desejada com a máxima urgência, tanto mais

que existe uma verba para as obras na importância de cem milhões de cruzeiros.

Colaborando nas primeiras providências que se impõem, o prefeito Ruy Novaes, por sua vez, autorizou a Sub-Prefeitura a auxiliar com as máquinas devidas os serviços de terraplenagem da área, o quais já tiveram início.

Assim, dentro de breve tempo, desta feita, o distrito de Sousas possuirá uma nova sede para o seu velho Grupo Escolar, para glória do povo sousapolense e maior conforto dos estudantes e seu corpo docente.

BIBLIOTECA PÚBLICA DISTRITAL DE SOUSAS
"GUILHERME DE ALMEIDA"

Escôlha do local do nôvo Grupo de Sousas

C.P. 26/10/66

SOUSAS, 23 (Do correspondente) — Esta localidade vem há diversos anos pleiteando junto ao governo do Estado a construção do seu novo Grupo Escolar. Após diversas demarches junto às autoridades estaduais e à direção da Estrada de Ferro Sorocabana, foi atendida a reivindicação para que se construísse o estabelecimento de ensino primário nos terrenos onde funcionou a estação e pátio de manobras do ramal ferreo, local ideal para instalação da sede da escola primária.

Mas surgiu pequeno impasse levantado pela diretoria do Sanatório "Dr. Candido Ferreira", quanto a uma pequena faixa de terreno que julga ser de sua propriedade. Diante desse fato (que a nosso ver é de fácil solução), as autoridades locais e a Associação de Pais e Mestres abandonaram os planos de construção naquele local e solicitaram e aceitaram a oferta do sr. Demétrio Bufarah, proprietário de uma fazenda próxima da estação do antigo ramal férreo.

O terreno a ser doado pelo

sr. Demétrio Bufarah, está mal localizado, distante do centro da cidade. Além de tudo, ainda é um terreno irregular, montanhoso que só para terraplenagem vários milhões serão dispendidos. Esta solução de se construir o Grupo Escolar nesse local está causando protesto de toda a população que acha que os terrenos onde se localizava a antiga estação servem perfeitamente para a construção do Grupo e a pendência com a diretoria do Sanatório "Dr. Candido Ferreira" é de fácil solução.

1964

Sousas: grupo fechado e aulas em diversos locais

Desde sábado ultimo não houve aulas no grupo escolar Dr. Thomaz Alves, em Sousas, e hoje pela manhã terá início a transferência das carteiras, armários e material didático para outros locais onde serão instaladas as classes em caráter precário até a entrega do prédio definitivo do estabelecimento. Na noite de sexta-feira passada houve concentração no cinema do distrito, com diversas manifestações que continuaram com passeata e culminaram com o pixamento da fachada do antigo edifício onde o grupo escolar vem funcionando desde 1925. Nessa mesma ocasião ficou decidido que as aulas seriam transferidas para outros locais cedidos por autoridades religiosas e particulares e a porta principal lacrada por populares.

No fim da semana, tratou-se de procurar locais onde as classes pudessem funcionar e a partir de hoje as carteiras passarão para a capela de São Sebastião, a Casa da Criança, o Templo Evangélico e o Clube Recreativo de Sousas. A diretoria e o gabinete dentário funcionarão na casa paroquial; todas as dependências foram cedidas gratuitamente pelas autoridades religiosas, entidades assistenciais e recreativas.

DELEGACIA AUTORIZOU

Ontem, também, o delegado regional do Ensino Elementar, prof. Waldomiro Pires de Camargo autorizou a transferência das classes do antigo prédio para outros locais cedidos por autoridades e dirigentes de Sousas. E por essa razão que somente hoje o material passará a ser distribuído nas outras salas e amanhã possivelmente as aulas sejam reiniciadas

após interrupção de três dias.

A autoridade do ensino elementar autorizou a transferência para outros locais mas considerou que "o fechamento do prédio foi um pouco precipitado", tendo em vista ter sido realizado sem a participação ou audiência dos órgãos técnicos.

Assim, o prof. Waldomiro Pires de Camargo encaminhou uma série de quesitos ao inspetor escolar do 3.º distrito (ao qual Sousas está subordinado) e à diretoria do grupo Dr. Thomaz Alves, para serem respondidos pelos responsáveis.

CRITERIO E DILIGENCIA

Os quesitos encaminhados pela Delegacia do Ensino Elementar estão acompanhados de uma recomendação para que sejam respondidos com critério, pois se destinam a uma diligência determinada ao inspetor.

Eis os quesitos a serem respondidos pelos responsáveis pelo grupo Dr. Thomaz Alves:

"a) Que evidência de situações constatou na mudança do Grupo para diferentes salas da localidade?

b) Que evidência de situações favoráveis ou desfavoráveis, constataram maior segurança, a melhor assistência alimentar, a melhor assistência pedagógica, a melhor assistência dentária ou sanitária?

c) A interdição do prédio pela população justificase plenamente? Teve caráter insólito, contrariando Diretora e professores do Grupo ou Inspetor Escolar?

d) Houve laudo pericial de autoridade sanitária, para interdição? Houve parecer do Sr. Inspetor Escolar ou da Senhora Diretora, ou do Senhor Presidente da Associação de Pais e Mestres, de autoridades locais, optando pela transferência, em face de melhores requisitos pedagógicos?

e) Houve laudo pericial do Engenheiro da Prefeitura, justificando o perigo de desabamento?

f) Impulsionado pelo bem comum, pelo zelo e atenção às crianças, houve tacto na realidade da situação que permitiu pautar uma conduta no ato do fechamento do prédio, atendendo à harmonia que deve reinar, entre pais, professores, e a direção daquela Casa de Ensino?

BIBLIOTECA PÚBLICA DISTRITAL DE SOUSAS
"GUILHERME DE ALMEIDA"

Tabela 5 – Evolução de alunos matriculados e turmas no período de 1995 a 2010

ANO	ENS.FUNDAMENTAL CICLO I		ENS. FUNDAMENTAL CICLO II		ENSINO MÉDIO		EJA		EDUCAÇÃO ESPECIAL ¹⁸		TOTAL	
	Turmas	Alunos	Turmas	Alunos	Turmas	Alunos	Turmas	Alunos	Turmas	Alunos	Turmas	Alunos
1995	15	446	21	571	21	509	02	45	01	05	60	1.576
1996	15	515	20	658	13	412	01	43	01	04	50	1.632
1997	16 ¹⁹	497	19 ²⁰	696	13 ²¹	470	00	00	01	13	49	1.676
1998	13	468	21	803	14 ²²	567	00	00	01	11	49	1.849
1999	12	417	23	821	13 ²³	611	00	00	01	13	49	1.862
2000	12	397	24	692	15	497	00	00	01	10	52	1.596
2001	12	353	20 ²⁴	550	16	519	01	41	01	14	51	1.556
2002	15	320	22 ²⁵	558	15	484	03 ²⁶	105	01	15	57	1.482
2003	11	313	16	448	15	484	03	102 ²⁷	01	12	46	1.456
2004	12	259	16 ²⁸	430	15	439	03 ²⁹	103	01	13	47	1.247
2005	11 ³⁰	277	15	413	13	366	03	76	01	11	43	1.143

Fonte: PRODESP – Secretaria da Educação do Estado de São Paulo (2009)

**Foto do
Memorial ao Imigrante, em
frente a Matriz de Santana**
Por Alexander Denarelli-2007



¹⁸ A escola possuía uma Sala de Educação Especial – Habilitação em Deficiência Mental

¹⁹ Das 16 salas, 2 eram Salas de Aceleração, totalizando 47 alunos.

²⁰ Das 19 salas, 4 eram de FL, com 148 alunos matriculados.

²¹ As salas de Ensino Médio eram divididas em 3 salas de EM-6998 (107), 1 sala de EM-7595 (19), 7 Salas de EM-9903 (266) e 2 salas de 9814 – FL(78).

²² Dessas salas, 2 eram de EM-6998 (67) e 12 de EM-9903 (500).

²³ Sendo 1 sala de EM-6698(48) e 12 de EM-9903 (563).

²⁴ Uma sala de Ciclo II era de Aceleração, com 31 alunos matriculados.

²⁵ Duas salas de Aceleração, com 54 alunos matriculados.

²⁶ No primeiro semestre foram 4 salas, num total de 105 matriculados; no segundo semestre, aumentou mais 1 sala e o número de matriculados passou para 127.

²⁷ No segundo semestre, o número de alunos caiu para 97.

²⁸ Sendo 1 sala de Aceleração e outra de Recuperação de Ciclo.

²⁹ No segundo semestre houve redução e o ano terminou com 84 alunos matriculados.

³⁰ Uma sala de Recuperação de Ciclo, com 25 alunos matriculados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUBQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz. **História: a arte de inventar o passado**. Bauru, S.P., EDUSC, 2007.

ARAGÃO, Edígenes. Raça, Nação, Classe e Educação para o Trabalho: a marginalização do trabalhador nacional na primeira industrialização em São Paulo (1880-1920). **Revista Pró-Posições**, v. 14, n.2(41), maio/ago., 2003.

BARBOSA, Maria Carmem S. Culturas escolares, cultura de infância e culturas familiares: a socialização e a escolarização no entreter destas culturas. **Educação e Sociedade**. Edição Especial. Campinas, v. 28, n. 100, p. 1059-1083, outubro, 2007.

BARBOSA, Wilson do Nascimento. **Cultura Negra e Dominação**. São Leopoldo (RS), Ed. Unisinos, 2002.

BENJAMIM, Walter. O narrador. Considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In. Benjamim, Walter. **Magia e Técnica, Arte e Política. Obras Escolhidas**. , 3ª Edição, São Paulo. Brasiliense, 1987.

BENITO, Agustin Escolano. Las culturas de La escuela em España. Tres cortes historiográficos. **Pro-Posições. Rev. a Faculdade de Educação –UNICAMP**, v. 16, n.1(46), jan./abr., 2005. P. 41-63

BORDIEU, Pierre. **A Reprodução**. Elementos para uma teoria do sistema de ensino. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora S.A., 1975. (Trad. Reynaldo Bairão)

BOSI, Ecléia. **Memória e Sociedade – Lembranças de Velhos**. São Paulo. Editora Schwarcz, 1994.

CANDAU, Vera Maria (Org.) Sociedade, educação e cultura(s). **Questões e propostas**. Petrópolis: Vozes, 2002.

CARDOSO, Ciro e MAUAD, Ana Maria. História e imagem: os exemplos da fotografia e do cinema. In: CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo. Domínio da História: ensaios de teoria e metodologia. 5ª ed. Rio de Janeiro, Ed. Campus, 1997. P. 401-407

CHARTIER, Anne-Marie. Leitura escolar: entre pedagogia e sociologia. **Revista Brasileira de Educação**, set./out./nov./dez., 1995.

CHARTIER, Roger. **A história cultural**: entre práticas e representações. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil S/A, 1990.

CERTEAU, Michel de. **A Cultura no Plural**. 3ª Ed. Campinas, Papirus, 2003. Cap. 6 – A Cultura e a Escola (pag. 123)

DUBET, François. A Escola e a Exclusão. **Cadenos de Pesquisa**, n. 119, p. 29-45, jul, 2003.

FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. **Educação no Brasil Anos 60: O pacto do silêncio**. 2ªed. São Paulo, Edições Loyola, 1988.

FERNANDES, Rogério. Cultura de escola: entre as coisas e as memórias. **Pro-Posições. Rev. da Faculdade de Educação –UNICAMP**, v. 16, n.1(46), jan./abr., 2005. P. 19-39

FERREIRA, Marieta de Moraes. Desafios e dilemas da história oral nos anos 90: o caso do Brasil. **História Oral**, São Paulo, nº 1, p.19-30, jun. 1998.

FORQUIN, Jean-Claude. *Escola e cultura: as bases sociais e epistemológicas do conhecimento escolar*. Tradução: Guacira Lopes Louro. Porto Alegre: Artes Médicas. 1993.

FOUCAULT, Michael. **Vigiar e punir**. 24ª Ed. Petrópolis, Vozes, 2001.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro. Livros Técnicos e Científicos, 1989.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

HALL, Stuart. **A questão da identidade cultural**. Campinas, Ed. da Unicamp, 1996.

_____. **Da Diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte, UFMG/UNESCO, 2003.

HILSDORF, Maria Lúcia Spedo. **História da Educação Brasileira**. São Paulo, Pioneira Thompson, 2005.

IANNI, Octavio. **O Colapso do Populismo no Brasil**. São Paulo. Ed. Civilização Brasileira. 1971.

KESSEL, Zilda. **A construção da memória na escola: um estudo sobre relações entre memória, história e informação na contemporaneidade**. Dissertação de Mestrado. São Paulo, ECA/USP, 2003.

KOSSOY, Boris. **Realidades e ficções na trama fotográfica**. São Paulo, Ateliê Editorial, 1999.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. 5ª Ed. Campinas, Ed. da Unicamp, 2005.

LEITE, Dante Moreira. **O Caráter nacional do brasileiro. História de uma ideologia.** 7ª ed. São Paulo: Editora da UNESP, 2007.

LIMA, Elvira de Sousa. **Ciclo de formação: uma reorganização do tempo escolar.** São Paulo, Sobradinho 107 Ed., 2000.

MARCILIO, Maria Luiza. **História da Educação em São Paulo e no Brasil.** São Paulo, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, Instituto Fernand Braudel, 2005.

MARTINS, José de Souza. **A sociabilidade do homem simples.** São Paulo. Editora Contexto, 2008.

_____. **Sociologia da fotografia e da imagem.** São Paulo: Contexto, 2008.

MATUI, Jiron. **Construtivismo: teoria construtivista sócio-histórica aplicada ao ensino.** São Paulo (SP): Moderna; 1995.

MENEZES, Maria Cristina. A escola e a sua materialidade: o desafio do trabalho e a necessidade da interlocução. **Pro-Posições. Rev. Da Faculdade de Educação –UNICAMP**, v. 16, n.1(46), jan./abr., 2005. P. 13-17

MENEZES, M. C. Memórias, identidades, representações: a voz dos professores. **Horizontes: Revista de Ciências Humanas** (Bragança Paulista). V. 19, pp. 57-64, 2001.

MONTENEGRO, Antônio Torres. **História Oral e memória.** A cultura popular revisada. 3ª Ed., São Paulo, Contexto, 1994.

NORA, Pierre. Entre a memória e a história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, n. 910, p. 21-22, dez., 1993.

ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional.** 5ª Edição, São Paulo. Editora Brasiliense, 2003.

ORTIZ, Renato. Estudos Culturais. Tempo Social. **Revista de Sociologia da USP.** V. 16, n.1 (junho 2004), São Paulo, USP, FFLCH, 1989.

PATTO, Maria Helena S. **A Produção do fracasso escolar:** histórias de submissão e rebeldia. São Paulo: T.A. Queiróz, 1993.

PERRENOUD, Philippe. **A pedagogia na Escola das Diferenças:** fragmentos de uma sociologia do fracasso. 2ª ed. Porto Alegre, Artmed Editora, 2001.

PETITAT, A. A Produção da escola, produção da sociedade. Porto Alegre, Artes Médicas, 1994.

POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.5, N. 10, 1992, p. 200-212.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, N. 3. 1989. p.3-15.

POMAR, Wladimir. **A Era Vargas. A modernização conservadora**. 3ªed. São Paulo, Ática, 1999.

PRAXEDES, WALTER. **A diversidade humana na escola: reconhecimento, multiculturalismo e tolerância**. Site: <http://www.espacoacademico.com.br/042/42wlap.htm> (acesso em 25/ junho/ 2009)

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **Variações sobre a técnica do gravador no registro da informação viva**. São Paulo. T. A. Queiroz, 1991.

O SABER Histórico na sala de aula. Circe Bittencourt (org.) 7ª ed. São Paulo: Contexto, 2002.

SEIXAS, Jacy Alves de. “Percursos de memórias em terras de história: problemáticas atuais” in BRESCIANI, Stella & NAXARA, Márcia (org.) **Memória e (res)sentimento**. Indagações sobre uma questão sensível. Campinas: Ed. Unicamp, 2004. pp. 37-55.

SILVA, Tadeu Tomas da (org). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Rio de Janeiro. Editora Vozes, 2000.

TANURI, Leonor Maria. A História da formação de professores. In: **Revista Brasileira de Educação**. Mai/Jun/Jul/Ago., n. 14, 2000. p. 61-89. Número Especial “500 anos de Educação escola”.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado**. História Oral. 3ªed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2002.

TRAGTEMBERG, Maurício. **Sobre educação, política e sindicalismo**. 3ª ed. São Paulo, UNESP Editora, 2004.

TRENTO, Angelo. **Do Outro lado do Atlântico: um século de imigração italiana no Brasil**. São Paulo. Editora Nobel, 1989.

VEIGA, Cynthia Greive. A escolarização como projeto de civilização. **Revista Brasileira de Educação**. n. 21, set/out/nov/dez., 2002.

VIDAL, Diana G., FARIA FILHO, Luciano Mendes de. Os tempos e os espaços escolares no processo de institucionalização da escola primária no Brasil. In: **Revista Brasileira de**

Educação. Mai/Jun/Jul/Ago., n. 14, 2000. p. 19-34. Número Especial “500 anos de educação escolar”.

ZAMBONI, Ernesta. Representações e Linguagens no Ensino de História. Revista Brasileira de História. São Paulo, ANPUH, v. 8, n. 36, 1998. In: **Estudo, pensamento e criação.** Campinas: FE, 2005. Vol. 3 (Orgs. Águeda B. Bittencourt e Wenceslao Machado de Oliveira Junior)

ZUANETTI, Rose; REAL, Elizabeth e MARTINS, Nelson (org.) **Fotógrafo: o olhar, a técnica e o trabalho.** SENAC, 2004.

FONTES PRIMÁRIAS:

SER – Sousas Em Revista. Campinas, 1978. Revista em homenagem ao Jubilei de Ouro da EE. Dr. Tomas Alves. Elaborada pela Associação de Pais e Mestres.

ACERVO de Fotografia da Biblioteca Distrital de Sousas “Guilherme de Almeida” – Documentária, 1972.

Jornal CORREIO POPULAR, Campinas. Edições de: 29 de abril de 1965, 26 de setembro de 1965, 25 de março de 1966, 29 de abril de 1967, fevereiro de 1970, 2 de março de 1972, 5 de julho de 1972.

Jornal DIÁRIO DO POVO, Campinas, Edição de 14 de julho de 1973.

IBGE, Censos demográficos. Recenseamento Geral do Brasil – 1920, 1940, 1950, 1960, 1970. In:
http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/defaulttab_historicas.shtm
Visitado em 10 de fevereiro de 2009.

LIVRO DE REGISTRO DE TRABALHOS DIÁRIOS, Serviço Dentário Escolar da GESC. Dr. Tomás Alves, Dr. Vivaldo Norberto Marciano, Abertura em 30 de abril de 1970.

LIVRO DE TERMOS DE VISITA DE GESC. Dr. Tomás Alves.

LIVRO DE REGISTRO E CONTROLE DO RESULTADO FINAL DO RENCIMENTO ESCOLAR, 1981/1983.

LIVRO DE MATRÍCULAS – Feminino e Masculino. 1971/1973

Revista Brasileiros: a revista mensal de reportagens. Número 30, janeiro de 2010. ISSN. 1981-559X. Tiragem 30.000 exemplares. São Paulo. SP. Brasileiros Editora Ltda.

SITES PESQUISADOS

- <http://www.congregacaodesantacruz.org.br/quem.htm> (acesso em 02/Outubro/2009)
- www.cecoia.org.br/ (acesso em 02/Outubro/2009)
- <http://www.proedes.fe.ufrj.br/files/pesqdesenvolvimento.htm> <Arquivos Acordos MEC/USAID> (acesso em 08 de junho de 2010).